



*Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Economia Rural*

***TEXTOS EM DISCUSSÃO  
DE EXTENSÃO RURAL***

**A EXTENSÃO RURAL E A DIFUSÃO  
TECNOLÓGICA PARA AS MULHERES**

Ana Louise de Carvalho Fiúza  
Douglas Emiliano  
Sheila Maria Doula  
José Ambrósio Fereira Neto  
Neide Maria de Almeida Pinto

**TD - 04/2009**

Viçosa, Minas Gerais  
Brazil

# **A EXTENSÃO RURAL E A DIFUSÃO TECNOLÓGICA PARA AS MULHERES**

**Ana Louise de Carvalho Fiúza**

**Douglas Emiliano**

**Sheila Maria Doula**

**José Ambrósio Ferreira Neto**

**Neide Maria de Almeida Pinto**

## **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa “Gênero, Pobreza, Geração de Tecnologia e Extensão Rural”, que ora apresentamos os resultados, teve como motivação para a sua realização a problematização do sexismo no campo da produção e difusão de tecnologias voltadas para o meio rural. Procuramos, através desta pesquisa, mostrar que a ausência de dados relativos às atividades e formas de atuação da mulher no meio rural contribui para o fortalecimento da assimetria posicional a que ela está submetida, perpetuando, assim, as barreiras sociais que restringem o campo de possibilidades para o desenvolvimento de suas capacidades. Tivemos como objetivo, neste trabalho, mostrar que esta subalternidade posicional da “mulher rural” tem se mantido dentro de um círculo vicioso, cultural-institucional, que pode ser evidenciado: 1) na correlação socialmente estabelecida entre tecnologia tomada como sinônimo de trabalho masculino, e trabalho reprodutivo tomado como sinônimo de trabalho feminino; 2) na orientação técnica recebida por cada sexo; e 3) nos modelos de gestão da unidade produtiva que consideram a mulher em uma condição hierárquica de complementaridade.

O objetivo geral deste projeto de pesquisa foi o de revelar evidências que nos permitissem demonstrar como o binômio geração-difusão de tecnologia está envolto em uma visão social de mundo, sexista e conservadora, no que diz respeito aos modelos de apreensão das relações sociais de gênero. Para tanto, fizemos um levantamento das tecnologias apresentadas pela Universidade Federal de Viçosa a produtores e produtoras rurais, em um evento de abrangência nacional: a Semana do Fazendeiro, que caminha para a sua 80ª edição, em 2010. Durante este evento são veiculados os conhecimentos tecnológicos desenvolvidos por, praticamente, todos os Departamentos da Universidade, bem como por instituições públicas e privadas de Pesquisa como a EMBRAPA, a EPAMIG, o Convênio Nestlé. Analisamos os últimos 4 anos deste evento,

de 2003 a 2007, correlacionando cada um dos cursos oferecidos com a frequência de homens e mulheres a eles. Dentre os objetivos específicos de nossa pesquisa priorizamos: 1) Analisar de uma perspectiva de gênero a geração de tecnologia para as unidades produtivas do meio rural; e 2) analisar a prática extensionista de transferência tecnológica da EMATER-Viçosa-MG. Estruturamos o trabalho apresentando, inicialmente, uma contextualização do problema que motivou nossa pesquisa. Em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Após apresentamos o marco teórico elaborado para analisar o sexismo na difusão de tecnologia. Já na apresentação dos resultados de nossa investigação, apresentamos, primeiro, os dados relativos ao sexismo na prática extensionista da EMATER-Viçosa, para depois enfocarmos o viés sexista da geração de tecnologia, através dos cursos ofertados à população por parte de vários dos Departamentos da Universidade Federal de Viçosa –MG.

### **1.1 Contextualização do Problema Pesquisado**

A realidade sociohistórica das mulheres rurais, sobretudo, das que vivem no meio rural, é marcada pela exclusão social, que em decorrência da dominação masculina reflete uma disparidade econômica visível e alarmante relativa aos indicadores de renda, participação na força de trabalho, acesso a benefícios sociais, a crédito e assistência técnica. Na agricultura familiar, além de cuidar da casa, as mulheres participam do trabalho agropecuário e se responsabilizam pelo quintal onde realizam atividades como hortas e pequeno roçado para consumo, além de cuidar de animais de pequeno porte destinado ao consumo direto da família. Entretanto, estas atividades não são consideradas como trabalho relevante na propriedade, em virtude de serem por elas realizadas, ainda que tenham relevância econômica. O trabalho feminino é visto como ajuda, indicando que a atividade “produtiva” é algo que não lhe cabe.

Contrariando este preconceito, os estudos como os de Strathern (2006), Paulilo (2004), Heredia (1979), Woortmann (data), Calvacanti (data), Buarque (2000), Rossini (2006) dentre tantos outros, têm revelado que o trabalho das mulheres tem sido responsável pela reprodução social das unidades familiares em várias partes do planeta. “*Na África elas cultivam 80% dos produtos alimentares; no subcontinente Indiano corresponde entre 70% e 80% das colheitas e na América Latina 50%*”. (Corrêa apud Melo, 2002, p.5). Vale destacar, que as propriedades nos moldes da agricultura familiar têm como alicerce a mulher, pois quando ela vai com os filhos para cidade, a

propriedade acaba, visto que, por razões de caráter cultural, o marido encontra dificuldade em manter o trabalho doméstico e produtivo<sup>1</sup>. (BUARQUE, 2000)

No que diz respeito ao objetivo voltado para analisar a forma como as instituições que trabalham com extensão rural vêm lidando com tais desigualdades nas relações de gênero no meio rural, analisamos a prática dos técnicos de uma das mais importantes agências de extensão rural do Brasil, a EMATER de Minas Gerais e, mais especificamente, a regional de Viçosa, MG. Esta análise foi subsidiada a partir de uma aplicação de questionários com os escritórios locais de sua responsabilidade. Circunscrevemos o marco temporal anterior e posterior a 2003 para nossa análise, como uma estratégia comparativa para a determinação de possíveis avanços ou para a contestação de reprodução de velhas práticas sexistas na relação dos técnicos com homens e mulheres no meio rural. Embora a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), de 2003, chame, explicitamente, a atenção para as condições de subordinação das mulheres e reconheça tal condição como um dos entraves ao desenvolvimento socioeconômico das famílias, comunidades e dos territórios rurais, esta nova diretriz para as relações de gênero no meio rural está sendo incorporada na prática dos extensionistas? Um dos propósitos da PNATER visa, “apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (BRASIL, 2004, p.4)

Assim, analisamos de forma comparativa, o período anterior e posterior a 2003, em termos dos programas, projetos, publicações e documentos, que subsidiaram as práticas de assistência técnica e extensão rural prestadas pelos técnicos da EMATER-MG, à luz da perspectiva de gênero. Ao fazermos um retrospecto histórico das iniciativas que propõem mudanças relacionadas à condição da mulher rural, o ano de 1985 se destaca pela criação do Programa de apoio a mulher rural do Ministério da Agricultura, que visava melhorar as condições de trabalho da mulher rural, possibilitando sua maior participação no processo de reforma agrária. Em 1988, dentro do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, houve uma preocupação em sensibilizar e treinar os extensionistas relacionados a questão de gênero (HEREDIA e CINTRÃO, 2004). Estas iniciativas, por parte do governo, em propor medidas que melhorassem

---

<sup>1</sup> Ainda um estudo empreendido por Rossini (2006) no espaço rural de Ribeirão Preto do estado de São Paulo, verificou uma tendência crescente das mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977 e 1987 era 11,6% e 23,7% respectivamente. As mulheres do espaço rural, sobretudo aquelas que desempenham atividades de corte da cana em neste município, têm uma dupla jornada de trabalho, pois elas executam tarefas de produção e prestação de serviços na unidade doméstica. Logo o seu tempo de descanso passa a ser cada vez mais exíguo. (ROSSINI 2006).

a condição existencial da mulher no meio rural, foram impulsionadas por pressões de movimentos organizados, na forma de marchas e reivindicações trabalhistas e sociais.

Atualmente, em virtude do ambiente político favorável, os gestores políticos têm efetivado medidas importantes, por meio de políticas públicas, visando de forma mais sistemática e articulada, no âmbito das políticas públicas, melhorar as condições de vida das mulheres. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, voltada à formulação de políticas públicas relacionadas às questões de gênero. Tomamos, portanto, este ano de 2003, como um marco comparativo das práticas extensionistas dentro da perspectiva de gênero, tomando como marco a PNATER e a criação da Secretaria e das políticas públicas por ela formuladas.

## **2 METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos expostos a seguir tiveram como intuito alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, qual seja o de analisar a perspectiva de gênero de forma comparativa, antes e depois de 2003, em publicações, documentos e diretrizes que subsidiaram as práticas da assistência técnica e extensão rural prestadas pelos técnicos da EMATER Regional de Viçosa, à luz da perspectiva de gênero.

Primeiramente, realizamos um levantamento do acervo documental da EMATER Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a fim de conhecer suas intervenções no meio rural, de 1971 até 2007. A justificativa desse levantamento a partir da referida data está na configuração desta instituição como EMATER-MG. Neste sentido, nossa orientação foi consultar os dados dos relatórios anuais da biblioteca central e da “Memória da EMATER” em Belo Horizonte. Foram encontrados 15 relatórios anuais, contendo as atividades realizadas em cada ano. Os períodos correspondentes a estes relatórios foram: 1971, 1972/1973, 1976, 1979, 1980, 1986/1987, 1990, 1991, 1992, 1994, 1997, 1998, 2000, 2001, 2003/2006. Ressalta-se que as atividades mencionadas por esses relatórios, se dedicavam majoritariamente aos números de famílias atendidas em suas respectivas regiões sem mencionar na maioria das vezes a metodologia de execução das atividades de prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Sempre tendo por perspectiva identificar as concepções e práticas da instituição acerca das questões de gênero, realizamos uma pesquisa documental na revista “Extensão Rural em Minas Gerais”. Fizemos uma amostragem aleatória das publicações, entre os anos de 1982 e 2007, sorteando duas revistas por ano, e em seguida agrupamos os títulos dos artigos criando

categorias, que remetiam aos temas abordados nos artigos. Foram analisadas 29 revistas de 1982 a 2007, totalizando 330 artigos. Tal como na revista, realizamos o mesmo tipo de procedimento analítico com os cursos oferecidos pela EMATER-MG, no período de 2004 a 2007, na Semana do Fazendeiro, evento promovido anualmente pela Universidade Federal de Viçosa. Primeiro listamos todos os cursos, em seguida os agrupamos em categorias, por semelhança e depois quantificamos a frequência de homens e mulheres a eles. Foram analisados 118 cursos de 2004 a 2007.

O levantamento amostral desses documentos anteriormente mencionados refere-se à história da extensão rural, entre os anos de 1973 a 1985, período considerado o auge do serviço de extensão rural de caráter difusionista; e ao período subsequente, pós-85, período reconhecido como marcado por características de tendência crítica e humanista (RODRIGUES, 1997). As críticas ao modelo difusionista de extensão deste período pós-constituição de 1985 coincidem com o período da abertura democrática no Brasil e, também, com o período de encolhimento do Estado, que pode ser exemplificado pela extinção da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a consequente descentralização de seus serviços.

Este recorte temporal de 34 anos, de 1973 a 2007, permitiu-nos, portanto, levantar dados referentes às mudanças nas orientações técnicas destinadas aos extensionistas, voltando, sobretudo, nossas lentes para as questões de gênero. É importante destacar que, mesmo que as relações de gênero não estivessem identificadas claramente como uma diretriz em boa parte desses trinta e quatro anos, ela sempre esteve presente nos direcionamentos destinados aos técnicos extensionistas, pela EMATER-MG, orientando a conduta prática em relação aos homens e mulheres do meio rural.

Além dessa pesquisa documental, realizamos o levantamento de dados por meio de uma aplicação de questionários com todos os extensionistas dos escritórios locais de responsabilidade da EMATER Regional de Viçosa. O objetivo foi conseguir informações acerca das mudanças relativas à estrutura institucional, bem como identificar os direcionamentos para as práticas dos extensionistas junto aos produtores e produtoras rurais. Também ocorreu o interesse em verificar, a partir destes extensionistas, suas expectativas e dificuldades para a implementação das diretrizes recebidas.

Os questionários foram encaminhados por correio eletrônico para todos os escritórios locais, via EMATER Regional de Viçosa, sendo recebidos de volta 18 questionários, dentre os 50 que seriam possíveis. Os escritórios que responderam foram os de Visconde do Rio Branco, Viçosa, Brás Pires, Cajuri, Coimbra, Araponga, Ubá, Divinésia, Piranga, Ervália, Paula Cândido, São

Miguel do Anta e Senhora de Oliveira. Em alguns municípios foram recebidos mais de um questionário, por haver nestes escritórios uma equipe de trabalho e não um técnico(a) responsável. Ressaltamos que a área de atuação da EMATER Regional de Viçosa totaliza 13 municípios além dos que já foram citados. Após o recebimento dos questionários sistematizamos as informações coletadas, sistematizamos as respostas dadas, criando categorias e quantificando os extensionistas que responderam ao questionário.

Os questionários recebidos apresentaram uma grande amplitude no que se refere ao tempo de trabalho na instituição, variando de 2 a 31 anos de serviços prestados, bem como no que se refere ao sexo, visto que foram doze do sexo feminino contra seis do sexo masculino. Sabendo que os questionários foram enviados a todos os extensionistas e que há um número maior de extensionistas do sexo masculino que do feminino, isto já reflete numa concepção de que o tema relacionado ao gênero é mais direcionado a mulher. Essas variáveis são importantes, uma vez que permitiram verificar como estes extensionistas observam as mudanças institucionais, além de indicarem o habitus internalizado.

### **3 MARCO TEÓRICO**

O marco teórico desta pesquisa está estruturado de forma a primeiro apresentar os conceitos e categorias de análise para a compreensão das formas de subordinação da mulher na sociedade e, em seguida, as especificidades relativas à mulher rural, para só depois adentrarmos o campo das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), enfocando as práticas de trabalho desenvolvidas junto a homens e mulheres no meio rural. A fim de evidenciarmos o viés sexista presente nos direcionamentos e nas práticas dos extensionistas das instituições de ATER, adotamos o conceito de “Campo” de Bourdieu, buscando através dele, ressaltar que as instituições de ATER como quaisquer outras organizações de trabalho socializam os seus empregados, através da interiorização de normas e diretrizes direcionados pela missão institucional da empresa e por seus objetivos. A empresa busca, assim, que seu quadro de funcionários tenham uma conduta pautada em conformidade com a sua cultura organizacional, ou seja, com suas normas, orientações e forma de funcionamento. Pretendemos através da construção deste marco teórico ter elementos de análise para vislumbrarmos o campo de possibilidades para a efetivação de Serviços de ATER não sexistas.

### ***3.1 As concepções de gênero e a crítica das formas de subordinação social das mulheres.***

O potencial crítico das concepções de gênero se firmou dentro historicamente de uma tradição questionadora quanto à forma como se estabelecem as relações entre homens e mulheres na sociedade ao longo dos séculos. Começaremos apresentando a concepção teórica denominada sistema sexo-gênero. Esta pretendia desnaturalizar os papéis sexuais afirmando que eles eram construídos e não determinados biologicamente, daí variarem culturalmente. Gayle Rubin (1989) foi a teórica de maior expressão dentro desta vertente analítica. A autora argumenta que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológico-sexuais, sendo que as demais diferenças observáveis têm como alicerce de sustentação o fator cultural. Neste sentido, as relações de gênero que geram a opressão das mulheres devem e podem ser transformadas, com a finalidade de resplandecer as relações entre os seres humanos. Isto é, seres diferentes seriam compreendidos como diferentes e não desiguais, como afirma Todorov (1993).

Dentro desta perspectiva paradigmática, portanto, o corpo é algo definido biologicamente e sobre ele se erguem os papéis culturalmente atribuídos a homens e mulheres, os quais são variáveis. Para os pesquisadores que desenvolvem trabalhos a partir desta perspectiva, o conceito de gênero remete, portanto, a traços culturais construídos sobre uma base biológica. As diferenças socialmente construídas enfatizariam uma polaridade opressiva às mulheres, visto que calcada em uma representação das relações sociais dentro da qual o homem é associado à esfera da produção e do mundo público e a mulher à esfera da reprodução e do mundo privado. Para as autoras do paradigma sexo-gênero tal diferença entre os papéis sexuais estabeleceria uma relação de poder, tendo como consequência a subordinação das mulheres nas mais diversas esferas. (FARAH, 2004).

Contudo, esta vertente teórica foi contestada pela perspectiva teórica pós-estruturalista que destacou o caráter histórico da subordinação da mulher, afirmando que não existe esta categoria unívoca e genérica, ela é diferente e plural. Essa corrente tem como premissa primordial que não se compreende as relações de gênero a partir de uma homogeneização do universo feminino e do masculino, mas, antes, reconhecendo a existência da diversidade no interior de cada grupo,, incorporando outras categorias de análise, tais como raça, classe e geração. Ou seja, dentro desta perspectiva teórica pós-estruturalista se concebe, por exemplo, que o corpo de uma menina negra, ou índia, ou alemã, ou japonesa, etc., está carregado de história e significados culturalmente construídos e socialmente reconhecidos e lidos, não apenas pela sociedade, mas, também, pelo próprio indivíduo. Seu campo de possibilidade de atuação e escolhas está

determinado dentro de condições sócio-históricas específicas. Assim, a possibilidade de tornar-se uma *mulher* específica está circunscrita a determinadas condições sociais, econômicas, políticas, tecnológicas etc.

Portanto, a vertente pós-estruturalista percebe não um homem e uma mulher, mas homens e mulheres, os quais não são algo abstrato e genérico. Homens e mulheres não estão dados, prontos para serem moldados pela cultura, antes o corpo, que o paradigma sexo-gênero tomava como algo biológico, natural, para os pós-estruturalistas já está carregado de história e significado. Não nascemos meninos e meninas, nascemos meninos e meninas ricos ou pobres, negros, pardos ou índios, protestantes, católicos ou judeus, enfim, o corpo é concebido como reagindo a uma cultura específica na qual ele está inserido. Este corpo já traz marcas significativas socialmente. O corpo sexuado, racializado, culturalizado dentro da perspectiva pós-estruturalista é concebido como um projeto, uma construção do indivíduo e da sociedade, em constante interação, desde o momento das primeiras leituras sociais feitas pelo indivíduo em relação às expectativas socialmente construídas que paira sobre si, tal como afirmava Simone Beauvoir (1980), superando, Sartre, para quem a perspectiva de projeto era bem mais desencarnada.

O conceito de gênero, nesta perspectiva, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, mas, também, entre mulheres e mulheres, numa dimensão que remete as desigualdades de poder em todas as esferas da vida: quanto à raça, à renda, à escolaridade, à religião, à opção sexual, etc. Este corpo sexualizado emite signos socialmente lidos e com eles interage. Para Wittig (1978), o gênero torna-se o lugar dos significados culturais tanto recebidos como escolhidos. E escolha vem a significar um processo corpóreo de interpretação no seio de uma rede de normas culturais profundamente entranhadas. Dentro desta concepção o conceito de gênero diz respeito a:

um conjunto de elementos que inclui formas e padrões de relações sociais, práticas associadas à vida cotidiana, símbolos, costumes, identidades, vestuário, adornos e tratamento do corpo, crenças que fazem referências específicas em registrar as diferenças entre os gêneros. (CANABRVA apud PRÁ, 2004: 46).

Esta premissa tem como fundamento que as pessoas são socializadas como homens ou mulheres, no conjunto de práticas sociais interativamente construídas, todo o tempo, mesmo quando o sujeito não tem plena consciência desta construção. Esta concepção pós-estruturalista das relações de gênero está ancorada numa desnaturalização da realidade, nela não há a fragmentação do sujeito, concebido como separado de seu mundo presente. Sua existência

dependente de sua experiência existencial. Ele é concebido como tendo substância teórica, o mundo não é concebido como anterior à existência do sujeito, do corpo sexualizado, mas é constitutivo dele e constituído por ele. (BERNADES e GUARESHI, 2004).

Já na perspectiva existencialista de Sartre(1997) embora o corpo seja percebido, por um lado, dentro desta mesma perspectiva pós-estruturalista, como co-extensivo com a identidade pessoal, sendo encarado como uma perspectiva que se vive, Sartre também insinua que a consciência está de certo modo além do corpo, com este sendo um ponto de partida entre o que se é e o que ao mesmo tempo se pode ultrapassar. Quer dizer, é uma perspectiva que exacerba a dimensão ideal do projeto do indivíduo, ou seja, o corpo sexualizado não conhece limites para a construção de seus desejos e objetivos. De certa forma, Sartre (1997) incorpora uma dimensão cartesiana, a concepção de razão é transcendente. Ao invés de refutar a razão como uma dimensão a-histórica do ser humano, a teoria de Sartre assimila esta concepção cartesiana de razão desencarnada (a-histórica), admitindo o aspecto imanente da consciência. Todavia, este caráter transcendente da razão frente ao corpo, que minimiza os constrangimentos sociais que agem sobre os corpos sexualizados, culturalizados, não é uma constante na obra de Sartre Assim, transparece na perspectiva de Sartre uma dualidade da consciência como encarnada e transcendente à identidade pessoal. Dado que para ele todos os seres humanos se empenham por possibilidades ainda não realizadas, nessa o corpo é vivenciado como um modo de tornar-se.

Beauvoir (1980) não refuta Sartre, mas adota o seu lado mais claramente não-cartesiano. A tensão na sua teoria não reside entre estar “no” e “além” do corpo, mas a mudança de perspectiva em torno de um corpo natural para um corpo aculturado. Não nascer, mas tornar-se uma mulher não implica que esse tornar-se percorre um *caminho da liberdade desencarnada* a uma incorporação cultural. Para esta autora o gênero não é originado de repente, em algum ponto do tempo depois do qual assume forma definitiva. O gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e assumir um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo. Beauvoir percebe o gênero como um projeto incessante, um ato diário de construção e interpretação. É o tipo de escolha que fazemos e só mais tarde entendemos que fizemos, é o que ela denomina de escolha pré-reflexiva.

Tornar-se um gênero é um processo impulsivo, embora cauteloso, de interpretar uma realidade plena de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir certo tipo de corpo, viver ou usar o corpo de certo modo, implica aceitar ou rejeitar estilos corporais estabelecidos. Escolher um gênero é interpretar normas sexuais e culturais socialmente recebidas de um modo que as reproduzam e as organizem de novo. Menos um ato radical de criação, o gênero é um projeto

tácito para renovar a história cultural nas nossas próprias condições corpóreas. As constrações sociais sobre conformidade e desvio são tão grandes que a maioria das pessoas se sente profundamente ferida se lhes dizem que exercem sua masculinidade ou feminilidade inadequadamente.

O corpo torna-se um nexos peculiar de cultura e escolha. A existência do próprio corpo torna-se uma maneira de examinar e interpretar normas de gênero recebidas. Se o gênero é um modo de existir o próprio corpo, e esse corpo é uma situação, um campo de possibilidades a um tempo recebidas e reinterpretadas, então gênero e sexo parecem ser questões inteiramente culturais. O sexo seria, portanto, o gênero desde sempre. A perspectiva não é mais a do paradigma sexo-gênero, que concebia o corpo como algo dado, um substrato biológico sobre o qual se despejava normas e valores constitutivos dos papéis sexuais. Na perspectiva de Beauvoir a demarcação da diferença dos sexos não precede a interpretação daquela diferença, mas essa demarcação é um ato interpretativo carregado de pressupostos normativos sobre um sistema binário de gêneros. Evidentemente, como afirma Wittig (1978), as diferenças sexuais existem, são binárias, materiais e distintas. Não se questiona a existência ou facticidade da distinção sexual, mas esta não é algo em si. O corpo de cada indivíduo traz consigo um conjunto de significados socialmente lidos, ele não nasce desprovido de códigos, mas, antes pelo contrário, é interpretado de acordo com as características, sexuais, raciais, religiosas, de renda, etc. O gênero torna-se, assim, o lugar dos significados culturais tanto recebidos como inovados. E “escolha” vem a significar um processo corpóreo de interpretação no seio de uma rede de normas culturais profundamente entranhadas.

Após termos construído esta base analítica para a compreensão das relações de gênero, passaremos à reflexão acerca das especificidades que cercam as possibilidades de escolhas com que contam as mulheres rurais. Neste sentido, é importante se perceber que ser uma mulher rural é algo que guarda as mesmas especificidades que ser uma mulher urbana, ou seja, em qualquer contexto existem mulheres e não uma mulher genérica. Queremos, assim, chamar a atenção para o fato de que não estamos querendo afirmar que as especificidades das mulheres rurais se devem ao fato delas viverem em um ambiente a parte do urbano e das transformações do mundo moderno. Absolutamente não aceitamos esta perspectiva de especificidade, que circunscreve as pessoas como se elas tivessem à margem do mundo mais amplo. Nossa perspectiva de especificidade está voltada para a contextualização dos campos possíveis de escolhas das mulheres rurais, está voltada para o delineamento dos aspectos que são peculiares aos seus contextos de existências: os costumes relativos à herança da terra, ao casamento, às possibilidades de trabalho e lazer etc., que constroem suas possibilidades de escolha.

### ***3.2 As formas de subordinação vivenciadas pelas mulheres rurais.***

Em seu estudo “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil”, Marie-France Garcia (2008) tenta chamar atenção para o fato de que mesmo quando se altera aparentemente uma situação, no caso do estudo em questão, a ampliação da presença das Produtoras rurais em uma feira no nordeste, tal alteração pode se mostrar potencialmente enganadora, se tomarmos este aumento como um indicador da diminuição da discriminação que elas sofrem e como expressão de um maior equilíbrio da relação entre os sexos. O que Garcia (2008) vai mostrar é que na verdade, continua pesando sobre as mulheres uma série de restrições normativas que restringem o seu espaço social e as suas escolhas.

Desde a infância, mais precisamente a partir dos dez anos, os meninos são estimulados a ir para a feira com o pai, a andar por todo o mercado vendendo bala a fim de ir aprendendo a se virar na vida, enquanto a menina que vai para a feira com esta idade só o faz na eventualidade de não haver um irmão, devendo, ao contrário do menino estar o tempo todo do lado do pai, sob seu olhar, o ajudando. Aos quatorze anos o menino já coloca seus produtos no chão para vender passarinhos, ervas medicinais e verduras; e aos dezoito se tiver conseguido dinheiro com a migração temporária para o sul pode comprar um ponto na feira, para vender em uma banca seus produtos, podendo, inclusive, se deslocar para várias cidades a fim de comercializá-los. Enquanto a mulher, por outro lado, só ganha espaço na feira em casos de exceção, viuvez ou invalidez do marido, devendo, no entanto, estar sempre cercada pelos vizinhos e parentes.

Garcia (2008) observa, então, que o aumento da presença das mulheres na feira, como vendedoras, é o resultado de uma pressão advinda das necessidades do grupo doméstico, quando as condições sociais não permitem mais ao chefe de família fazer face às suas obrigações. Os dados da pesquisa revelaram que as mulheres dos pequenos proprietários, dos meeiros e rendeiros mais bem-sucedidos tendiam a não vender na feira. Foi entre os camponeses sem terra ou com pouca que se encontrou o maior número de mulheres que “negociavam”. As mulheres que estão em melhor situação tendem a deixar a feira ou a se colocarem em posições muito protegidas. As mais desprovidas também não conseguiam inserir-se na feira, sendo condenadas ao *trabalho alugado*, ou a pedir esmola etc., eram estas, justamente, as mulheres cujos maridos não conseguiam sustentar a casa - e cuja autoridade, portanto, se encontrava estremecida e que investiam mais no negócio; para elas, a feira torna-se um meio de independência econômica e acabava por contribuir para a diminuição de dependência em relação ao marido. Contudo, como

chama a atenção Garcia (2008), a maior presença das mulheres na feira não altera as relações assimétricas entre homens e mulheres dentro do espaço do mercado, além do que está associado a uma fragilidade das capacidades dos pequenos proprietários, meeiros, dentre outras categorias, para cumprir com seu papel social de provedor da casa.

Da mesma forma, Nilce Panzutti (2006), em seu texto “*Mulher rural, eminência oculta*” ao analisar o intenso processo de modernização da produção da cultura do algodão em Leme, mostra o quanto a tradicional divisão dos espaços públicos como masculino e o privado como feminino obliteram o campo de possibilidades de realização pessoal e de autonomia das mulheres rurais. Ela se utiliza em seu estudo em Leme da trajetória de vida das famílias da década de 60 à de 80, durante o processo de modernização agrícola, para mostrar que as mulheres foram da condição de complementaridade na atuação junto aos maridos na esfera produtiva à dependência dos mesmos, no momento em que a sua mão de obra deixou de ser necessária, em virtude da mecanização e uso de insumos agrícolas poupadores de braços de trabalho. Ao contrário do mostrado no estudo de Ellen Woortmann (2002) entre pescadores de uma comunidade pesqueira do nordeste, onde a decadência das condições de existência significou a perda da condição socialmente reconhecida de complementaridade para dependência em Leme, a dependência das mulheres se deu dentro de um contexto de ascensão social e não de deterioração das suas condições de existência. Ou seja, a situação de dependência das mulheres estava associada ao fato delas não serem reconhecidas como pertencentes ao espaço público, à esfera produtiva. Não coube a elas no contexto de ascensão da família o trabalho de gerir e administrar a propriedade junto ao marido, este papel coube ao filho mais velho, o que mostra que a sua presença no espaço produtivo era vista como uma ajuda, em contexto de necessidade, mas não como um lugar seu de direito.

A representação da sociedade dividida em uma esfera pública vinculada ao homem e privada vinculada à mulher está presente até mesmo em autores críticos da sociedade capitalista, como Marx e Habermas, como demonstram respectivamente Linda Nicholson (2000) e Nancy Fraser (1987) Nicholson (2000) chama a atenção para o fato de que Marx ao demonstrar que na emergente sociedade capitalista a realização de atividades para a geração de renda se desloca da esfera da casa, acaba por assumir que o significado daquilo que é produtivo está relacionado ao que se realiza na esfera do mercado e pelo homem, e as atividades que se realizam na esfera doméstica dizem respeito às atividades reprodutivas, realizadas pelas mulheres. Desta forma na teoria marxista assume-se uma dissociação entre as esferas ditas produtivas e reprodutivas,

desconsiderando-se, além disto, que a mulher está presente em ambas as esferas, só que de forma subjugada.

Outro aspecto apontado por Nicholson (2000) diz respeito ao fato de que as tarefas realizadas pelas mulheres, de cuidado com os filhos, futuros trabalhadores, de limpeza da casa, das roupas, de preparação dos alimentos, dentre outras tarefas, são fundamentais para a reprodução do capital, visto que são realizadas gratuitamente pela “esposa”, mãe de família. Caso estas atividades tivessem que ser pagas, os salários pagos aos trabalhadores teriam que ser muito mais altos para que eles conseguissem se manter saudáveis e produtivos, e as crianças limpas, alimentadas, tratadas e educadas. Assim, se dentro da teoria marxista que se preocupa com a luta de classe e as formas de exploração dos proletários, falta contemplar a exploração de aproximadamente metade da população mundial, as mulheres, que têm a sua força de trabalho explorada e não paga. Desta forma, conclui Nicholson (2000), que para as mulheres, mesmo que a reivindicação pela remuneração de seus trabalhos domésticos significasse a inclusão no mundo dos explorados proletários, como criticam aqueles marxistas que são contra as lutas feministas, elas estariam muito melhor, em termos de autonomia econômica face aos seus maridos e companheiros que na sua atual situação de dependência, desvalorização e invisibilidade do seu trabalho.

Já Fraser (1987) estabelece as suas críticas à teoria crítica de Habermas começando por mostrar que a dicotomia por ele criada entre “*reprodução material*” e “*reprodução simbólica*” referindo-se, respectivamente, a alimentos e bens produzidos na esfera da economia de mercado, e a socialização das crianças na esfera privada, está equivocada. A autora esclarece que tal separatismo está enviesado, visto que o cuidado das crianças não se resume aos aspectos relativos à sua socialização, como o aprendizado da língua e das normas de comportamento e de convivência, mas, inclui, também, cuidados físicos, que poderiam claramente se encaixar como fazendo parte da esfera da “*reprodução material*”, tais como: cuidados com as doenças infantis, vigilância face aos riscos de lesões e ferimentos nas brincadeiras. Enfim, o cuidado das crianças envolve tanto aspectos relativos a “*reprodução simbólica*” como da “*reprodução material*”. Por outro lado, os alimentos e bens produzidos na esfera da “*reprodução material*” não estão isentos de aspectos simbólicos, envolvendo a valorização dos alimentos.

Complementando sua crítica à teoria de Habermas, Fraser (1987) formula uma provocante interpretação acerca do significado atribuído à esfera da “*reprodução simbólica*” e a esfera da “*reprodução material*”, as quais segundo ele caracterizariam, respectivamente, os “*contextos de ação socialmente integrados*” e os “*contextos de ação sistematicamente*” integrados. O “*contexto*

*de ação socialmente integrado*” corresponderia ao “Mundo da Vida” e seria formado pelo “*subcontexto da família nuclear moderna*”, pertencente à “*esfera privada*” e pelo “*subcontexto da opinião pública*”, referente à “*esfera pública*”. O segundo Contexto, o “*Sistêmico*”, dentro da categorização proposta por Habermas seria formado pelo “*Subcontexto da Economia Oficial*”, referente à “*esfera privada*”, e pelo “*Subcontexto do Estado*”, referente à “*esfera pública*”. No “Mundo da vida”, esfera que congrega a família e a opinião pública, impera as formas de consenso comunicativo. Na família o consenso vem da tradição e não do diálogo, como é o caso da opinião pública. Já na esfera sistêmica, composta pela Economia Oficial e pelo Estado, a engrenagem funcionaria de forma praticamente autônoma, sem interferência externas, e pautada por uma racionalidade pautada pelo cálculo frio, matemático.

Contudo, segundo Fraser (1987) o Contexto do Mundo da Vida não é totalmente destituído de cálculo racional, basta ver, por exemplo, o que acontece nas estratégias de herança no meio rural, quando as mulheres são completamente desfavorecidas no recebimento de terras, em prol dos filhos homens. Por outro lado, também a esfera sistêmica não é totalmente destituída de interferência de valores, como se observa nas pressões feitas pela opinião pública sobre o Estado e dos fatores culturais sobre a economia, como, por exemplo, uma decisão em massa de suspensão do consumo dos produtos de um país, como forma represália. Sahlins (???, afirma que os objetos, para serem úteis precisam ser significativos e defende a prioridade e a anterioridade da razão cultural sobre a razão utilitária, sustentando que a mesma está submetida à ordem simbólica ou à cultura.

Fraser (1987) enfatiza, ainda, que nesta dicotomização proposta por Habermas há problemas de potencial crítico, também, do âmbito das perspectivas de gênero, visto que novamente as formas de subjugação que atingem aproximadamente metade da população mundial, as mulheres, não são levadas em consideração em seus esquemas analíticos. E onde estão os problemas de falta de criticidade em relação às mulheres? De acordo com Fraser (1987) nenhum destes contextos ou mesmo subcontextos representam esferas absolutamente separadas entre si. A esfera doméstica é responsável pelo fornecimento de mão de obra para o mundo do trabalho formal, e este paga salários aos seus funcionários, que lhes permitem se reproduzir e satisfazer as necessidades de seu grupo familiar. Só que em ambas as esferas as mulheres estão presentes, mas, tal como Nicholson chamou a atenção, quanto a este viés da teoria marxista, também na perspectiva crítica de Habermas, o mesmo viés se reapresenta.

Na verdade, a sociedade capitalista institucionaliza o Contexto do Mundo da Vida articulado com o Contexto Sistêmico, interligando-os por meio dos papéis sociais de gênero: as trocas entre

a “Opinião Pública” e o “Estado” são efetuadas na figura do cidadão, geralmente, o homem, enquanto as trocas entre a família nuclear moderna e a economia oficial são realizadas por meio do trabalhador e do consumidor, sendo o primeiro representado pelo papel cabível socialmente ao homem e o segundo a mulher. Para Fraser (1987) este viés na análise de Habermas permanece quando ele vai analisar a passagem do capitalismo clássico para o Estado do Bem-Estar-Social. Segundo ele há uma colonização do Mundo da Vida (Família e Opinião Pública) pela Esfera Sistêmica realizada por meio da ação intensiva do Estado. Ao utilizar a categoria “colonização” Habermas quer chamar a atenção para a transformação de sujeitos ativos socialmente em passivos. Assim é que o cidadão que reivindica e se organiza coletivamente é transformado em um cliente do Estado.

Contudo, segundo Fraser (1987) o que Habermas não mostra é que nesta passagem para o Estado do Bem-Estar Social se reduz o papel do cidadão-masculino e se infla o papel do consumidor-cliente, papel este, feminino. Com isso há uma mudança no campo da dominação sobre a mulher, de um patriarcado privado para um patriarcado público, dentro do qual a mulher continua dependente das benesses de outrem, sendo que agora este outro não é mais o marido, mas, sim, o Estado. É dentro desta perspectiva de passividade, gerada pelas formas de assistencialismo, que se inserem as críticas de Habermas às políticas públicas que só oferecem o peixe, mas não ensinam a pescar. Esta posição de cliente e um cliente de segunda categoria pode ser observada, por exemplo, por exemplo no PRONAF. É imensa a disparidade de crédito acessado por homens e mulheres, em virtude destas serem vistas e mesmo se manterem dentro de uma concepção muito reduzida de cidadãs, não explorando, nem tão pouco sendo levadas a explorarem por estas mesmas políticas públicas, papéis mais pró-ativos na administração e economia da unidade produtiva familiar.

Após as ponderações apresentadas acerca das formas de subordinação das mulheres na sociedade, em geral, e no meio rural, em particular, passaremos agora a apresentar a construção do referencial analítico que nos possibilitou perceber a forma como as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) implementam as suas práticas junto a homens e mulheres no meio rural. Para tanto, nos utilizamos do conceito de *campo* e *habitus* de Bourdieu, que procuram ressaltar, respectivamente, as instâncias de socialização das normas de conduta e a interiorização de formas de pensar e agir por parte de seus integrantes.

### ***3.3 O Conceito de Campo em Bourdieu***

O conceito de campo em Bourdieu (1999) aponta para a formação de micro-arranjos sociais: o campo familiar, o religioso, o científico, o artístico, econômico etc. Cada campo pode se estratificar, ou seja, se subdividir. Assim é que o campo científico pode se subdividir em sub-campos: no caso das ciências humanas, o das ciências exatas, o das ciências biológicas, e estes, por sua vez, em outros sub-campos, por exemplo, o das ciências humanas em: campo da história, campo da geografia, campo das ciências sociais, este último, por sua vez, também, pode se subdividindo em sub-campos: o da sociologia, o da antropologia, o da política. As divisões se aprofundam com o processo de especialização da sociedade, se constituindo em campos de forças, que se complementam e competem entre si. Dentro de cada campo há a formação de processos de diferenciação e competição. A diferenciação entre as instituições coloca para os indivíduos que as compõem, valores, normas e diretrizes de ação, buscando diferenciá-los em termos de pertencimento de outros grupos concorrentes.

Um campo se constitui, portanto, em um arranjo social delimitado por valores ou graus de apropriação de capital, podendo ser de caráter econômico, simbólico ou social para Triry-Cherques (2006), o *Capital Econômico se constitui pelo acúmulo de dinheiro; o simbólico, através do conjunto de rituais de reconhecimento social, que compreende o prestígio, a honra; e o social, que se refere a relacionamentos e rede de contatos*. “(TRIRY-CHERQUES, 2006, p.39). A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas através das quais os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital que lhe dão sustentação. Estas lutas são evidenciadas por meio de estratégias não conscientes que se fundam em *habitus* de caráter individual e ou de grupos inseridos num determinado campo específico. No caso desta pesquisa, o campo que será objeto de análise é o da extensão rural, dentro do qual a EMATER Regional de Viçosa se situa.

O conceito de campo aponta para a existência de uma estrutura desigual de poder entre dominados e dominantes. Esta diferenciação social pode originar antagonismos e às vezes enfrentamentos coletivos entre os atores situados em posições diferentes de um mesmo campo ou de campos em competição. Por exemplo, o campo ambiental e o campo das políticas públicas de desenvolvimento rural, na interseção dos quais, muitas instituições de ATER atuam, podem ilustrar esta concorrência entre campos de forças com lógicas diretivas antagônicas: o campo das políticas de desenvolvimento rural está voltado para a implantação de projetos de transformação das condições locais e o campo ambientalista para a preservação ou recuperação de condições socioambientais existentes no passado. Mas, pode haver, também, a constituição de uma relação de forças no interior de um mesmo campo, mais precisamente entre agentes que possuem

diferenças econômicas e simbólicas. Cada ator ocupa uma posição dentro do campo, podendo competir ou colaborar entre si, em diferentes contextos, visto que as posições dos indivíduos neste espaço não são estanques ou invariáveis, mas, antes, permitem a sua mudança de configuração. Haja vista, que mesmo havendo uma determinada autonomia do campo, o resultado dessas lutas nunca independe dos fatores externos. (BOURDIEU, 1996).

Na interpretação de Triry-Cherques, (2006) o campo é constituído como uma estrutura que compreende as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que atuam em seu interior. A autoridade destes agentes se expressa pelo poder de ditar as regras e de repartir o capital específico. A repartição deste capital depende das relações internas existentes no campo, em outras palavras, a forma como se apresenta a sua estrutura. Segundo ele, o campo está sempre em o conflito, em virtude de haver uma assimetria na apropriação do capital. Esta forma de dominação é legítima dentro de cada campo, revertendo sempre em ganhos de todos os tipos de capital para os agentes dominantes. Contudo, esta configuração do jogo de poder não é imutável, logo ela torna-se passível de mudanças.

### ***3.4 O Conceito de Habitus e sua aplicação para compreender a prática extensionista.***

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996) há na sociedade estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos indivíduos, que são produtos de uma gênese social de esquemas de percepção do pensamento e da ação, que balizam seus comportamentos e ações. Logo, essas estruturas, representações e práticas exercidas pelos agentes, são construídas cotidianamente. Diferentemente da concepção aristotélica de *habitus*, a qual indicava que a construção do ator está previamente estruturada por disposições e valores que refletem na apreensão da realidade vivida, Bourdieu aponta para o caráter estruturado e não apenas estruturante do *habitus*, ou seja, o *habitus* pode incorporar as transformações de pensamentos e práticas, quando estas são legitimadas e incorporadas socialmente.

O conceito de *habitus*, de Bourdieu (1996) aponta que as pessoas agem e pensam por modelos de interpretação previamente estruturados. Desta forma, a materialização da identidade do indivíduo constitui-se num processo de socialização histórica, de interpretação empírica do mundo social. O conceito de *habitus* numa perspectiva escolástica-aristotélica enfatizava uma apreensão de um aprendizado passado que estaria numa disposição do individuo em seguir uma direção. A

interpretação de Bourdieu vai contra esta perspectiva, num embate do objetivismo escolástico com a fenomenologia. Assim, o conceito de *habitus* para Bourdieu designa:

“Um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.”(BOURDIEU apud ORTIZ, 1994, p. 15).

Logo, o *habitus* em Bourdieu na interpretação de Ortiz (1994) tende a conformar e orientar as ações dos indivíduos de forma a naturalizá-las e a transformá-las em disposições para agir de acordo com as práticas e modelos de comportamento vigentes. Assim, a interiorização de valores, princípios e normas sociais pelas pessoas, constitui-se em um artifício de adequação do sujeito à realidade presente. Além de ser um sistema de classificação social que *presidem* as escolhas possíveis ao indivíduo para uma determinada ação, o que exprime um viés importante para a reprodução das estruturas sociais, mas também, para a possibilidade de transformação desta estrutura a partir da ação dos indivíduos. Há no processo de internalização da objetividade do contexto social por parte do indivíduo espaço para a mão dos indivíduos na escrita da história.

A homogeneidade do *habitus* numa classe social ou num grupo de pessoas é assegurada na medida em que é internalizado o conjunto de normas, valores e sistemas de classificações, resultado das posições sociais existentes. Contudo, esta estrutura estruturante funciona, também, como uma estrutura estruturada, visto que os indivíduos agem sobre ela. Um exemplo da internalização do *habitus* pode ser observado na divisão sexual do trabalho, uma forma de classificação indicativa das tarefas cabíveis a cada um dos sexos.

Assim, seguindo este pensamento em relação ao sujeito não essencializado, ele nos remete a uma compreensão de que o mesmo é construído historicamente e estará sempre dentro de um processo de atualização. Deste modo, ao se considerar os indivíduos como seres interpretativos, considera-se, também, o indivíduo como um inventor de si mesmo; contudo, este processo de construção se faz através da cultura e da história e não de forma isolada. Esta interpretação do indivíduo como estando em um palco de negociações e conflitos o situa em um território permeado por relações de poder, tomando-o como força que interage no tecido social coercitivo moldando as formas cotidianas de sua vida.

Percebemos, assim, que as relações de gênero estão em um espaço social que age sobre os indivíduos e sofre suas intervenções, moldando e absorvendo as suas representações. (BERNADES e GUARESHI, 2004). Os sujeitos, de acordo com Bourdieu (1996), são agentes dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios, de interpretações, de classificação e de divisão do mundo social. A estrutura cognitiva duradoura é constituída essencialmente do produto da incorporação das estruturas objetivas e de esquemas de ação que orientam a percepção e a resposta adequada do sujeito em relação a uma situação específica. Contudo, o próprio Bourdieu afirma que a incorporação de valores e normas não acarreta a construção deste espaço social de forma imutável.

A compreensão do conceito de *Habitus* nos permite não cair na armadilha dos que acreditam que a mentalidade existente é algo dado, adquirida pela existência de condições já estabelecidas. Desta forma, para Bourdieu, nossos modos de perceber, de pensar, de sentir, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada estão em movimento, ainda que este seja lento e passe por um processo de absorção e legitimação social. O *habitus* se constitui em rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. É produto de uma aprendizagem contínua da qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude natural para nos conduzirmos em um determinado meio. Funciona como princípio gerador e organizador de práticas e representações e estão associados a uma determinada classe social. (TRIRY-CHERQUES, 2006).

A manifestação do *Habitus* contém em si, o conhecimento e o reconhecimento das regras do jogo em um campo determinado, funcionando como um conjunto de ação, percepção e reflexão; no corpo, está por meio de gestos e posturas; na mente em suas formas de ver e classificar a realidade que o rodeia. O *Habitus*, portanto, se constitui em um sistema de classificações sociais que preside as escolhas adotadas para uma determinada ação e se constitui em um fator importante para manter a reprodução das estruturas sociais. O *Habitus* aponta para o processo de internalização da objetividade do contexto social no qual o indivíduo está inserido. Vale destacar que a percepção da homogeneidade do *habitus* numa classe social ou num grupo de pessoas é assegurada na medida em que é internalizado o conjunto de normas, valores e sistemas de classificações, resultado das posições sociais existentes neste espaço. Logo, a história dos indivíduos se revela por meio da estrutura do *habitus* de seu grupo social ou classe. O mesmo pode ser considerado um gerador de práticas distintas e distintas.

A título de exemplo está o operário que come, e, sobretudo a sua maneira de comer, seu esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas

opiniões políticas e sua maneira de expressá-lo diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes dos empresários. (BOURDIEU, 1996, p.22).

Em relação à teoria da prática aponta esse autor que os indivíduos só realizam suas ações, se há condições estruturais dentro da sociedade para efetivá-las. Isto é, uma estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante. Para clarear esta afirmação, ele retoma uma afirmação marxista: “*eu não tenho vocação efetiva para os estudos se não tenho dinheiro para realizá-los*” (ORTIZ, 1994, p. 15). Este exemplo pode ser utilizado para evidenciar que a fim de realizar o exercício de um espaço social previamente estruturado é necessário haver condições efetivas para realizá-lo. Logo, a própria cultura terá que estar evidente e visível ao acesso dos indivíduos para haver em nossa interpretação, a internalização do *habitus* em um determinado contexto histórico. Martino (2003), interpretando a teoria de Bourdieu, afirma que a prática é produzida a partir da relação entre a estrutura objetiva definidora das condições sociais de produção do *habitus* e as múltiplas condições em que determinado agente está inserido. Do contrário, temos um cenário de idéias fora do lugar, manifesto por uma esquizofrenia entre as idéias e as condições para sua concretização.

Tal situação pode ser vista através do relato de Siliprandi (1999) acerca da atuação da extensão rural pública do Rio Grande do Sul em torno das questões de gênero. Embora estas façam parte dos projetos da instituição, na prática, o que se percebe é que há uma ausência das mulheres do espaço de representação política voltados para o meio rural: reuniões, seminários, oficinas de trabalho e dos próprios Conselhos. Quando as mulheres se envolvem em alguma atividade concreta, o fazem, especificamente, nos temas ditos “sociais”, tais como: saúde e educação, e em intensidade muito menor, nas atividades ditas “econômicas”, ligadas com a produção agropecuária e com a comercialização dos produtos. Isto pode ser compreendido do ponto de vista da instituição da EMATER, a partir de um *habitus* incorporado ao longo de sua história, por parte de seus técnicos, que naturaliza estes espaços como destinados ao homem. A foto 1 retrata um período marcadamente difusionista da extensão rural, no qual a divisão sexual do trabalho está bem dicotomizada em termos do trinômio “*trabalho produtivo = trabalho que gera renda = trabalho masculino*” e “*trabalho feminino = trabalho voltado para o cuidado da casa e da família = trabalho reprodutivo*”.

**Foto 1:** *Produção de Doces*

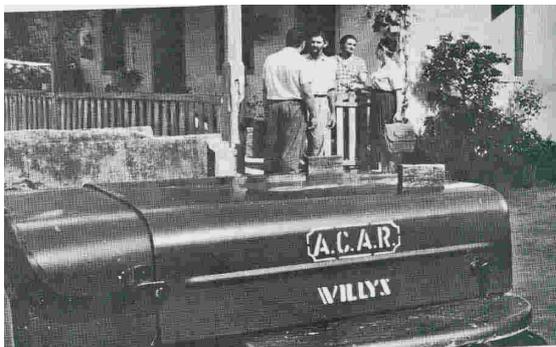


**Fonte:** EMATER-MG, 1994.

Esta foto explicita o estímulo à produção de doces e alimentos em geral, a partir de recursos endógenos, com a iniciativa à formalização de agroindústrias. Esta orientação a partir da formalização e organização das produtoras rurais era um viés importante para uma intervenção sem paternalismo. Além de potencializar os recursos econômicos por meio destas atividades tradicionalmente exercidas pelas produtoras e que historicamente esteve relegada apenas ao plano reprodutivo. Tais concepções e direcionamentos se sustentam até meados da década de 80, quando o Estado do Bem-Estar Social entra em crise, o que no Brasil é claramente sinalizado pela extinção da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), em 1990, no Governo Collor.

Dentro do modelo de Extensão Rural, que vigorou por aproximadamente 40 anos, dentro da EMATER, ainda quando esta era ACAR, o papel dos extensionistas rurais advinha do seguinte perfil: um engenheiro agrônomo, que era um supervisor regional que tratava dos problemas rurais, sobretudo, da produção; e uma economista doméstica que tinha como missão difundir práticas de higiene pessoal para família rural.

**Foto 2:** *Dupla de extensionistas rurais visitando uma propriedade rural.*



**Fonte:** EMATER-MG 1996.

Os extensionistas rurais acreditavam que “*haveria a necessidade de substituir a cultura e as práticas tradicionais, por métodos modernos e práticos, vistos como difíceis de serem absorvidos pelos agricultores e sua esposa, em virtude do nível de instrução não ir além da escola primaria [...]*” (MINAS GERAIS apud FONSECA, 1984 p.93). Então, o trabalho consistiu na execução de projetos que permitiriam a produtividade das atividades agropastoris, enquanto as economistas domésticas ficariam com o melhoramento das habitações rurais, práticas de higiene pessoal e ofício de costureira. “*Elas viajavam com máquinas manuais de costura para ensinar as moças a fazerem peças de vestuário*” (OLINGER, 1996, p.283). Assim, o engenheiro agrônomo ficava a cargo da transferência de tecnologias e de técnicas que aumentassem a produtividade agrícola, enquanto a economista doméstica ficava encarregada essencialmente da administração do lar. (OLINGER, 1996).

A construção desta prática extensionista se valeu da formação profissional obtida por estes agrônomos e economistas domésticas dentro das universidades. Lopes (1995) em um estudo consistente sobre as impressões dos padrões de gênero a partir da Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), em Viçosa, salienta que o modelo educacional inspirador desta Universidade foi os *land-grant colleges* de referência Norte-Americana. O público assistido pela UREMG era formado por filhos e filhas dos fazendeiros. Havia uma segregação da matrícula mediante o sexo: os homens eram destinados às ciências agrárias enquanto as mulheres às ciências domésticas. Lopes (1995) relata em relação ao curso de Ciências Domésticas, que este tinha como objetivo dar status de trabalho, utilizando como estratégia de formação acadêmica o uso do planejamento, do instrumental da administração, com vistas a alcançar a eficiência na casa. (LOPES, 1995). Conforme destaca a autora, a base de sustentação do modelo patriarcal reluz neste direcionamento voltado para manter os homens no sistema agrícola, permitindo a manutenção de seu poder, enquanto que as mulheres ficariam subjugadas no universo da família e dos domínios domésticos.

A necessidade do Estado em promover a modernização do setor agropecuário foi realizada através da busca por alterar a sua base técnica, em prol do aumento da produtividade. Utilizou-se de um planejamento sistematizado, cuja orientação filosófica e operacional esteve direcionada para a difusão de tecnologia consorciada ao crédito rural orientado. Dentro desta perspectiva produtivista os agrônomos, veterinários, zootecnista e técnicos agrícolas se projetaram em relação às economistas domésticas e assistentes sociais: entre 1956-75 havia 4.665 profissionais da área agropecuária contra 887 da área de bem-estar social. (RODRIGUES, 1997). Este período

marca a expansão das unidades locais especializadas, formadas por equipes de profissionais da área agrônômica, veterinária, técnicos agropecuários e economistas domésticas, refletindo a prioridade da política de extensão rural às atividades econômicas.

Mostraremos a partir do próximo item, como estas predisposições práticas voltadas para a reprodução de práticas sexistas por parte dos extensionistas da EMATER, homens e mulheres, persistem mesmo com direcionamentos políticos anti-discriminatórios. Talvez, porque as condições para a implementação de tais práticas modernizadoras das tradicionais relações de gênero, ainda não estejam dadas. Vejamos.

## **4 RESULTADOS**

### ***4.1 A prática dos extensionistas rurais da EMATER-Viçosa de uma perspectiva de gênero.***

Nesta seção serão trazidos dados relativos à prática dos extensionistas rurais, tentando ressaltar o habitus sexista cultivado no Campo da Extensão Rural. Analisamos aqui as mudanças e/ou permanência em torno das práticas dos extensionistas junto a homens e mulheres no meio rural. Analisamos a concepção de trabalho produtivo e reprodutivo, associada a homens e mulheres, no meio rural, associando-a, a divisão existente na EMATER entre a atuação da assistência de bem estar social (BES) e os profissionais para as áreas “técnicas”.

Segundo Siliprandi (1999), a prática de trabalho dos extensionistas rurais acaba por reproduzir as condições existentes socialmente, as quais estão estruturadas a partir do princípio da separação dos papéis sexuais, que relaciona as mulheres à esfera privada e às atividades reprodutivas e os homens à esfera pública e às atividades produtivas. Nota-se, que, embora haja uma concordância dos extensionistas em desenvolver programas e projetos sociais para o desenvolvimento rural, com participação feminina e masculina de forma dialógica, há dificuldades em incorporar uma nova disposição prática isenta de sexismo.

Se, como vimos anteriormente, as mudanças nas predisposições para agir de forma diferente exigem condições efetivas, concretas, para tal, podemos esperar que para que haja mudanças nas práticas sexistas dos extensionistas, homens e mulheres, seria necessário, por exemplo nos cursos

de capacitação que problematizassem o que é concebido como trabalho produtivo e reprodutivo. A tabela 1, apresentada a seguir, ilustra como esta questão é desconhecida para os extensionistas.

**Tabela 1-** *Conhecimento acerca da distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo*

Conhecimento acerca da distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo	Número/%
Sim	6 (33,20%)
Não	12 (66,6%)
Total	18 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A discussão acerca de trabalho produtivo, associado ao homem, e reprodutivo, associando à mulher, não aparece nos relatórios anuais e nos artigos da revista Extensão em Minas Gerais. Percebe-se, assim, o que aparece como diretriz para guiar a prática dos extensionistas não é subsidiado de condições concretas. O desconhecimento acerca desta diferenciação existente no trabalho realizado por homens e mulheres no meio rural pode ser ilustrado pela tabela 2 apresentada a seguir.

**Tabela 2-** *Dicotomias apresentadas acerca do trabalho produtivo e reprodutivo*

Dicotomias apresentadas acerca do trabalho produtivo e reprodutivo	Número/%
Produtivo sugere produção, construção; e Reprodutivo: manutenção de algo existente.	7 (39%)
Produtivo sugere participação das pessoas na execução das tarefas; Reprodutivo: execução de tarefas sem análise.	1 (5,55%)

Produtivo sugere valorização do saber local; Reprodutivo: repasse de técnicas distante da realidade dos agricultores.	1 (5,55%)
Produção: Qualidade e crescimento	1 (5,55%)
Produtivo sugere o trabalho realizado pelo homem de produção para garantir a renda e os alimentos da família. Reprodutivo sugere que a mulher tem uma atividade mais voltada à criação e educação dos filhos, ao preparo dos alimentos da família, aos cuidados com a habitação,	1 (5,55%)
Ambos se relacionam a planejamento familiar	1(5,55%)
Não responderam	6(33,20%)
Total	18(100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Em termos da diferenciação de trabalho produtivo e reprodutivo, os extensionistas em sua maioria, não têm clareza conceitual acerca de ambos. Cerca de 33,20% não responderem e 39% vincularam o conceito de trabalho reprodutivo a aquilo que permanece. Quando um extensionista relaciona trabalho produtivo e reprodutivo a homens e mulheres, respectivamente, o que faz de forma acrítica, dentro do senso comum.

De acordo com esta respondente, produtivo sugere o trabalho realizado pelo homem de produção para garantir a renda e os alimentos da família, enquanto o reprodutivo estaria nas atividades executadas pelas mulheres, voltadas à criação e educação dos filhos, ao preparo dos alimentos da família e aos cuidados com a habitação. Linn (1987) chama a atenção para esta representação argumentando que frequentemente o trabalho do homem definido como técnico, e o da mulher como não-técnico. Segundo a autora, o termo tecnologia tem um certo glamour, sendo interessante perceber em que contexto ele dá *status*. Aquilo que é considerado tecnológico atribui *status* a um segmento em detrimento de outro. O homem é aquele que executa as tarefas consideradas como trabalho técnico, já a mulher permanece realizando atividades artesanais ou manuais.

Siliprandi (1999) relata essa relação de trabalho técnico e não técnico a partir dos profissionais da Emater do Rio Grande do Sul. As extensionistas do sexo feminino que trabalham nas atividades de bem estar social no espaço rural riograndense enfrentam, uma parte delas, o problema de serem vistas como profissionais inferiores por parte dos agricultores e por seus

colegas do sexo masculino. Tal justificativa, estaria relacionada ao fato de seu trabalho ser considerado menos importante por se trabalhar com a organização de grupos específicos de mulheres.

Mas, a mudança nas concepções e práticas sexistas por parte dos extensionista por parte dos extensionistas implicaria em mudanças relacionadas a forma da divisão de trabalho entre os extensionistas. Segundo Siliprandi (1999), seria necessária uma formação que permitisse observar criticamente as relações de poder entre homens e mulheres, a fim de realizar uma desnaturalização da divisão sexual do trabalho na própria EMATER. Contudo, segundo a referida autora, estas mudanças de percepção dos extensionista não são capazes, por si só, de romper com uma estrutura objetivada de subordinação das mulheres. Seria necessária maior atuação das mulheres no espaço público e maior direcionamento do Estado, através de políticas públicas anti-sexistas. (SILIPRANDI, 1999). Assim, poderia haver uma mudança de *habitus* dos extensionistas, bem como dos produtores e produtoras rurais. A perpetuação dessa compreensão sexista da realidade rural tem como contribuição a própria estrutura organizacional da Emater ao estabelecer uma equipe técnica, onde os trabalhos da área de bem-estar social são destinadas a mulheres, enquanto o setor de agropecuária é percebido como masculino, ou dependendo do município apenas um(a) técnico(a) para ambas atribuições.

Fazendo um retrospecto histórico do perfil desses extensionistas, Siliprandi (1999) ressalta que durante décadas houve uma prática pautada pela separação entre a chamada área técnico-produtiva, relacionada à agricultura comercial, à venda de produtos, às tecnologias modernas etc., a qual foi empreendida principalmente por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, do sexo masculino, estando esta voltada para os agricultores homens. Já a área tida como *social*, que incluía os temas relacionados à administração do lar (alimentação, saúde, educação básica, relacionamento familiar, saneamento e geração de renda complementar), era considerada como atividade feminina e empreendida, geralmente, por economistas domésticas e assistentes sociais, do sexo feminino.

Siliprandi (1999) ressalta, ainda, que tal situação de reprodução de um viés sexista na prática dos extensionistas não era admitida por eles. Segundo suas observações, havia uma tendência à culpabilização das mulheres, com argumentos que remetiam à falta de interesse pelas discussões. Giovana (2003) relata em seu estudo, que as produtoras rurais têm uma dupla jornada de trabalho, ao conciliar suas tarefas domésticas com as atividades produtivas. Logo é possível entender que a “falta” de interesse está relacionada ao seu tempo exíguo e à existência de horários que não permitem a sua participação nas discussões.

Contrariamente a esta perspectiva da falta de interesse por parte das mulheres temos o fato de que a grande parte das produtoras e trabalhadoras rurais estão realmente nesta condição de produtoras e trabalhadoras, ou seja, envolvidas diretamente com as atividades ditas produtivas.

Portanto, obter informações sobre tais tarefas lhe seria com certeza útil e não desprezível. Reforça este argumento o trabalho realizado por Fiúza (2001), com viúvas da seca no norte de Minas Gerais. Segundo a referida autora, no período de migração dos homens para os centros urbanos mais ao sul, os técnicos extensionistas, tanto da EMATER, como de uma ONG ambientalista atuante em nível local, não se faziam presentes. Justamente, no período em que elas necessitariam de maior assessoramento.

Na respostas obtidas dos questionários aplicados aos extensionistas temos, uma outra fonte de dados que enfraquece a tese do desinteresse das mulheres por informações. 72,22% dos respondentes reconheceram uma postura demandante por parte das mulheres. Tal postura quando relacionada ao homem caía para 66,66%. Ou seja, os extensionistas atribuíam às mulheres um caráter mais pró-ativo que os homens no que diz respeito à postura de demandantes de informações. A tabela 3, apresentada a seguir detalha mais profundamente os interesses que os extensionistas identificam como estando relacionados a homens e mulheres no meio rural.

**Tabela 3- Atividades demandadas por homens e mulheres.**

---

*Informações demandadas por homens e mulheres*

---

*Homens:* Processamento de derivados de leite, frutas e cana de açúcar

Agropecuária (Bovinocultura e atividades agrícola)  
Palestras e dia de campo  
Operar máquinas e equipamentos agrícolas  
Atividades Agrícolas  
Bovinocultura  
Não Respondeu

*Mulheres:* Costura, Artesanato, Processamento de frutas e Derivados de Leite  
Saúde

*Pelos Dois:* Qualidade de Vida  
Associativismo  
Cultivo e Segurança Alimentar  
Organização e Meio Ambiente

---

Jovens (Lazer)

---

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Percebe-se na tabela 3, que as atividades que os extensionistas entrevistados afirmam serem demandadas tanto por homens quanto por mulheres são, na verdade, realizadas na comunidade, de forma coletiva, em reuniões, palestras, dias de campo etc. Ou seja, prevalece uma prática de orientação extensionista que segmenta o trabalho em produtivo-reprodutivo, sendo o primeiro de responsabilidade de um(a) técnico(a) voltado para uma preocupação com a produção para o mercado e o segundo, de responsabilidade de uma técnica do bem-estar-social, voltado, prioritariamente, para uma lógica doméstica, que acaba por delimitar a esfera de atuação da mulher atrelada ao privado. É importante mencionar que essas atividades identificadas como demandadas por homens e mulheres não necessariamente demonstram haver qualquer desinteresse por parte das mulheres quanto aquilo que os extensionistas identificam como sendo interesse dos homens.

A tabela 4 mostra que, apesar de quase 70 % dos extensionistas realizarem tarefas com homens e mulheres, tais atividades são aqueles que têm um caráter coletivo (treinamento, palestras, dias de campo, diagnóstico participativo, reuniões para o desenvolvimento sustentável), as mesmas se voltam para a comunidade. Nas tarefas voltadas para a dinâmica interna da propriedade a divisão sexual das orientações se faz presente, com as mulheres recebendo, prioritariamente, orientações voltadas para a qualidade de vida, artesanato e processamento de alimentos. Na tabela que se segue podemos compreender melhor o porquê desta dificuldade dos extensionista romperem com a dicotomia: “*homem igual a atividades produtivas*”, “*mulher igual a atividades reprodutivas*”.

**Tabela 4-** *Tipo de prática educativa desenvolvida junto a homens e/ou mulheres.*

Atividades desenvolvidas junto a homens e/ou mulheres.	Número/%
<i>Com os dois</i>	
- Treinamento, palestras, Dia de Campo, Diagnostico Participativo, Reuniões para o Desenvolvimento Sustentável.	6 (55,60%)
- Cultivo de hortas	1(5,55%)
- Assistência Técnica e Extensão Rural;	1(5,55%)
<i>Com as Mulheres</i>	
- Organização da casa	1(5,55%)
- Agroindústria e Artesanato	3(16,65%)

- Qualidade vida	2(11,10%)
<i>Com os homens</i>	
Atividades Agrícolas	1(5,55%)
Não responderam	3(16,56%)
Total	18 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Podemos observar na tabela 3, anteriormente apresentada e também na tabela 4, abaixo, que há uma relação entre as atividades que os extensionistas identificam como sendo tipicamente demandadas apenas pelas mulheres ou as demandadas apenas pelas mulheres ou as demandadas pelos os homens, e a capacitação recebida, a qual se faz de acordo com as relações de gênero tradicionais do meio rural. Este dado reforça o argumento de que embora exista uma diretriz institucional que afirme a necessidade de se levar as questões de gênero em consideração, não há por parte da empresa, a construção de estratégias para operacionalizar a assimilação destas diretrizes nas práticas dos extensionistas.

**Tabela 5-** Relação entre a capacitação recebida pelo extensionista e o sexo do público alvo a que se destina.

Tipo de capacitação recebida.	
Metodologia Participativa.	1(5,55%)
Atividades voltadas para um ou outro sexo:	8(44,32%)
- Informação nutricional.	
-Trabalho com grupo de mulheres.	
- Gestão da propriedade.	
Atividades voltadas para ambos os sexos.	2(11,11%)
Não responderam.	7(49,87%)
Total	18(100%)

Fonte: Trabalho de Campo 2007.

Pode-se observar na tabela 5 que apenas dois extensionistas entrevistados apontaram ter recebido treinamento voltado para o trabalho integrando as atividades de homens e mulheres dentro da economia da família. Mais ainda, mesmo que isto acontecesse, nada aponta para o fato do rompimento da vinculação da mulher apenas à esfera reprodutiva e do homem à produtiva. A inexistência de uma sistemática capacitação dos extensionistas para o trabalho das questões de gênero no meio rural se evidencia quando observamos que 44% dos respondentes afirmaram ter recebido uma capacitação que voltava para o atendimento ao público masculino, como no caso da gestão da propriedade, ou para o público feminino, como no exemplo das capacitações voltadas para o trabalho com grupo de mulheres e para informação nutricional. É importante destacar, também, que quase metade dos respondentes não se manifestou frente a esta questão. Seja qual for o motivo, tal grau de abstenção revela uma falta de identidade dos extensionistas com este tema. É oportuno salientar que ao analisar os relatórios anuais foi encontrada no relatório de 1994, uma descrição do curso de especialização de 443 horas oferecido pela Universidade Federal de Goiás em 07/10/1994. Este curso contava com 19 participantes de agronomia da EMATER de diferentes estados da federação, sendo todos homens.

As disciplinas eram: Seminário de Extensão Rural, Metodologia Científica, Antropologia Cultural, Sociologia do Desenvolvimento, Política de Desenvolvimento Agrícola, Estudo de Comportamento, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Metodologia de Ensino, Metodologia de Extensão Rural, Administração Rural, Planejamento, Seminário sobre Extensão Rural e Pesquisa Aplicada. Analisando a ementa das disciplinas, sobretudo daquelas que poderiam pelo menos mencionar o tema de gênero, tais como: Antropologia Cultural e Estudo de Comportamento, não foi encontrada nenhuma abordagem que enfatizasse a relação entre homens e mulheres no meio rural. A tabela abaixo ilustra a indiferença às questões de gênero, que descrevemos anteriormente.

**Tabela 6:** Opinião acerca da pertinência em receber informação sobre gênero.

Opinião acerca da pertinência em receber informação sobre gênero	Número/%
Sim	2(11,10%)
Não	8(44,55%)
Não responderam	8(44,55%)
Total	18(100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Nota-se, na tabela 6, supra-apresentada, que aproximadamente 90% dos extensionistas entrevistados não têm nas suas práticas educativas uma atenção voltada para as questões de gênero. Tal fato é muito coerente com a forma como se estrutura a própria divisão sexual das tarefas entre os próprios extensionistas, visto que as técnicas mulheres são aquelas identificadas como responsáveis pelo trabalho social realizado na extensão rural, enquanto a parte considerada como parte da economia produtiva fica, geralmente, sob os cuidados do técnico. Tal segmentação pode ser visualizada, até mesmo, na assimetria de salários de técnicos e técnicas dentro da empresa.

Fiúza (2007), em pesquisa realizada com 55 egressos dos cursos de Ciências Agrárias da UFV, da década de 1970 até 2006, confirma esta organização sexista do mercado. Em sua pesquisa, cerca de 70% dos respondentes reconhecem ter sido o sexo determinante na escolha do profissional que ocupará uma vaga de trabalho. É importante observar que a disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho expressa-se não somente na desigualdade de oportunidades de emprego, como também, conforme afirmam 52% dos entrevistados, em salários diferenciados, sendo bastante comum a obtenção de renda mais baixa por parte das mulheres, apesar de desempenharem tarefas equivalentes às aquelas realizadas por homens.

Este sexismo presente no campo profissional está tão naturalizado, que aparece até mesmo nos materiais informativos da empresa. As atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural ganham publicização dentro dos meios de comunicação utilizados pela Emater. Contudo, tal registro se faz dentro de uma perspectiva dicotomizada que vincula homens e mulheres às esferas distintas relacionadas ao trabalho: produtivo e reprodutivo. Ou seja, a perspectiva de valorização do trabalho da mulher tem sido trabalhada pelos materiais informativos e formativos da empresa, porém dentro de um modelo tradicional e hierarquizado das relações de gênero no meio rural. A tabela 7 apresenta os percentuais de identificação das questões de gênero, por parte dos extensionistas, nos materiais informativos e formativos veiculados pela EMATER.

**Tabela 7-** Identificação de referência a questões de gênero no meio rural nos materiais informativos e formativos divulgados pela EMATER.

Identificação	Número/%
Sim	13 (72,10%)
Não	5(27,66%)
Total	18 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Ao contemplarmos a tabela 7, na qual é apresentada as diferentes fontes de informação com conteúdo de gênero (revistas, projetos e programas) identificadas pelos extensionistas, é importante considerar que eles exercem influências de abrangência e profundidade distintas, havendo, inclusive, diferenças de sistematicidade quanto a informação recebida. As matérias de revistas não são absorvidas e internalizadas da mesma forma que o conteúdo trabalhado durante o desenvolvimento de um projeto ou programa. A tabela 8, apresentada a seguir, evidencia a diversidade de fontes de informação que abordam a temática do gênero dentro da empresa.

**Tabela 8-** *Materiais identificados como contendo informações sobre gênero*

Materiais identificados como contendo informações sobre gênero.	Número/%
Folders	1(5,55%)
Revistas	7(39,00%)
Projeto Inovar	3(16,66%)
PRONAF	2(11,11%)
Não Responderam	5(27,66%)
Total	18 (100%)

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Quando observamos a tabela 8, podemos perceber que apenas 17% dos extensionistas mencionam ter recebido informações advindas de projeto, no caso, o projeto INOVAR, o qual não visa especificamente o tema relativo a gênero. No entanto, é possível, ainda assim, perceber como o conteúdo desenvolvido durante um projeto tem sistematicidade, quando comparado ao conteúdo lido em uma revista. Ou seja, a ausência de projetos voltados para o gênero é um indicio dessa insuficiência nas fontes de informação disponíveis ao extensionista para interiorizar novas predisposições para agir face as questões de gênero. Só para termos uma noção da

sistematicidade trazida por um projeto no tratamento desta temática, vejamos mais de perto o Projeto INOVAR.

O projeto INOVAR visa estimular a construção coletiva de conceitos, à troca de conhecimentos, bem como a sua incorporação planejada na ação extensionista, além de buscar a prática da gestão participativa com o intuito de contribuir para o planejamento e a comunicação interna. Como metodologia, faz o uso de mídias diversas (vídeo orientador, dicionário e site); reuniões em núcleos para discussão proposta, dividindo cada tema em três componentes: conceitual, diagnóstico e planejamento, visando à criação de uma interação entre todos os participantes com o propósito de uma construção e de melhoria contínua. Há o exercício do debate, criado via instrumentos de comunicação, fóruns para a troca de idéias e conceitos. (BRASIL, 2008). Enfim, a sistematicidade das atividades promovidas pelo projeto INOVAR serve de referência para percebermos a distancia entre uma capacitação ao longo de um tempo e a informação adquirida por leitura; como pode ser observado na tabela 9.

**Tabela 9-** Assuntos relativos ao trabalho das mulheres rurais nas fontes de informação consultadas identificados pelos extensionistas.

Assuntos relativos ao trabalho das mulheres tratados nas fontes de informação consultadas	Número/%
Melhoria da qualidade vida da mulher rural	1(5,55%)
Agroindústria, hortas comunitárias.	1(5,55%)
Participação em Associações	1(5,55%)
Trabalho Doméstico	1(5,55%)
Importância do trabalho feminino na geração de renda	2(11,10%)
Capacidade de realizar trabalho na unidade familiar	3(16,66%)
Não responderam	9 (50,55%)
Total	18 (100%)

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Como apresentado na tabela 8, cerca de metade dos extensionistas não sabem identificar os temas referentes ao trabalho de homens e mulheres apresentados nos materiais comunicacionais da EMPRESA. Dentre os que identificaram os temas relacionados a homens e mulheres nos materiais informativos da EMATER, 16,16% o fizeram dentro de uma perspectiva tradicional,

visto que estes 16,16% atrelam aos assuntos reprodutivos ao mundo feminino. Dentro dessa perspectiva nota-se que para, que os extensionistas pudessem romper com práticas de intervenção marcadas por um viés sexista, eles necessitariam confrontar este modelo assimétrico e segmentador das relações sociais de gênero com uma percepção construtivista dos modos de vida, percebendo-os como “culturas e identidades Ou seja, ninguém se torna diferente sem ter clareza do que deseja superar; é necessário se ter referências críticas acerca dos modelos limitadores a expansão das liberdades de homens e mulheres atuarem de forma legítima tanto na esfera privada, como pública, rompendo com o paradigma sexista que cria uma ruptura em termos daquilo que é considerado como produtivo e reprodutivo. A tabela 9 permite analisar de uma forma mais abrangente o viés sexista nos temas abordados pela Revista de Extensão Rural da EMATER, ao longo das décadas de 80, 90 e meados dos anos 2000. Apresentaremos, logo após a tabela, o conteúdo em cada tema trabalhado pela revista. Foram analisadas 29 revistas de 1982 a 2007, totalizando 330 artigos.

Tabela 10- *Temas abordados nas revistas da EMATER ao longo das décadas*

TEMAS RELATIVOS A:	PERÍODOS					
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2006-2009
Produtor rural	0	12,50%	13,88%	8,69%	0,00%	12,50%
Produtora Rural	11,11%	14,28%	9,40%	7,50%	0,00%	0,00%
Emater	25,64%	25%	19,67%	30,20%	17,89%	6,20%
Atividades produtivas	<b>45%</b>	<b>40,90%</b>	<b>34,28%</b>	13,88%	13,92%	0,00%
Técnico	25%	25%	8,30%	0,00%	0,00%	23,80%
Técnica	10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Juventude	25%	0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Meio Ambiente	28%	20%	9,37%	8,10%	10,97%	37,50%
Habitação Rural	11,90%	0%	9,40%	9,52%	0,00%	0,00%
Meio Rural	33%	0%	0,00%	21,62%	<b>33,68%</b>	11,76%
Municípios	11%	12,50%	33,30%	<b>31,50%</b>	10,66%	<b>45,45%</b>
Organização Rural	16,75%	0%	0,00%	14,58%	13%	0,00%
Crédito	0%	0%	8,30%	8,30%	0,00%	0,00%
Comunicação	0%	0%	0,00%	10%	6,89%	0,00%

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

*Temas relacionados ao produtor* \_ Referem-se a assuntos relacionados a esfera produtiva. Exemplos: O pequeno produtor e a chuva; O produtor rural investe alto em piscicultura em Paraopeba; Produtores fazem extensão alternativa.

*Temas relacionados à mulher rural* \_ Referem-se a assuntos que tratam da esfera privada. Exemplos: Culinária; hortas de Butigar; participação das mulheres nos destinos de sua comunidade.

*Temas relativos à Emater.* Assuntos que revelam algum evento promovido pela instituição (eventos e capacitação para os técnicos), evidenciando a atuação da mesma. Exemplo: Emater-MG se reestrutura para sintonizar novos tempos; Espaço para preservar a memória da extensão rural; Emater-MG na "hora do fazendeiro".

*Temas relativos a atividades produtivas.* Ações extensionistas, cujo fim consistiria no aumento da produtividade das atividades agrícola e pecuária. Exemplos: sal, uréia e minerais; irrigação; defensivos; inseminação artificial comunitária.

*Assuntos relativos a técnico(a) da EMATER.* Exemplos: Walter Guarolla: Extensionista por vocação; O que pensa a Coordenadora Estadual.

*Juventude*\_ Ações destinadas a este público. Exemplos: Juventude \_ Incentivo e Vitória no Caribe; No sul a juventude dá o tom.

*Assuntos relativos ao meio ambiente.* Planos de conservação, tecnologias adaptadas que promovam a conservação da natureza. Exemplos: Preservação Ambiental; Gestão dos recursos hídricos e melhoria dos cursos de água.

*Habitação Rural*\_Ações destinadas à melhoria da casa. Exemplos: O sonho da casa própria; Qualidade de vida começa com moradia digna.

*Assuntos relativos ao Meio Rural*\_ Situação em que vivem os produtores, migrações, projetos de reforma agrária, situação da agricultura (perfil, crescimento), agronégocio e atividades não-agrícolas. Exemplos: Cresce a agricultura familiar; Arte para superar dificuldades; Agricultura familiar busca espaço nos supermercados; Sustentabilidade é o novo perfil do desenvolvimento rural

*Assuntos relativos aos Municípios de abrangência da EMATER.* Situação e ações ocorridas num determinado município, sobretudo aquelas relacionadas a produtividade agrícola e ambiental. Exemplo: Pedro Leopoldo: Projeto Agrícola Comunitário; Abacaxi em Canapólis.

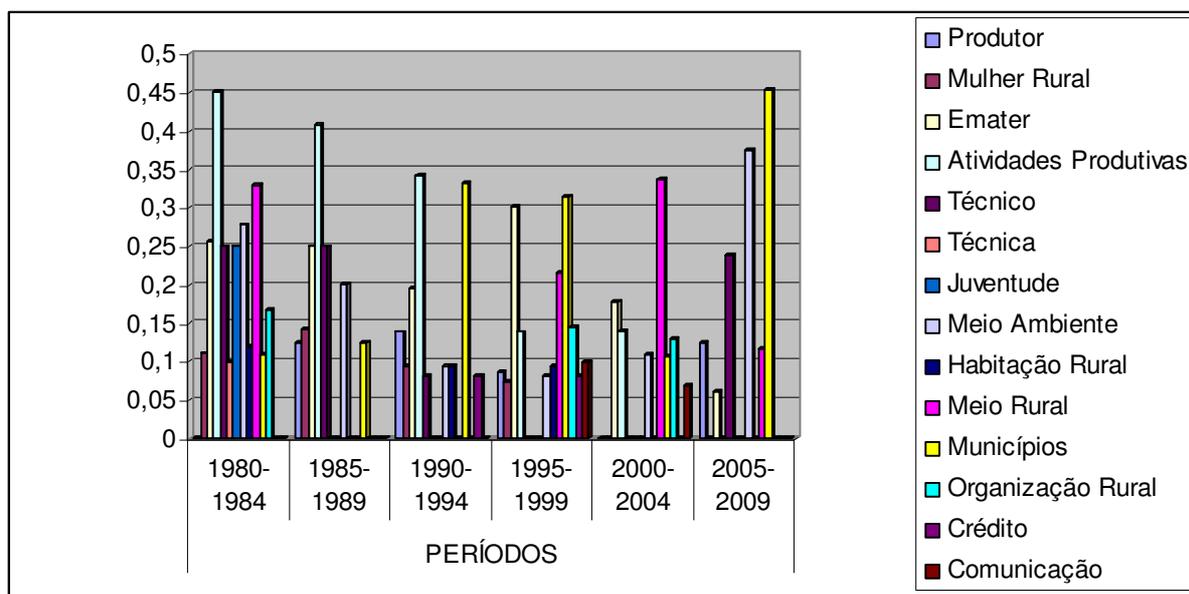
*Assuntos relativos à organização rural*\_ Ressaltam as formas organizativas dos produtores, ações comunitárias, formação de agroindústria. Exemplos: Clube de mães; Ação comunitária, Agroindústria é a solução da lavoura; Agroindústria Caseira. Plantio Comunitário de fumo

*Crédito Rural*\_ Ressalta as ações destinadas ao fomento e a obtenção do crédito, via PRONAF. Exemplos: Crédito rural: mudanças fundamentais precisam ser efetivadas; PRONAF aumenta a capacidade produtiva da agricultura familiar; PRONAF muda perfil de produção agropecuária no Vale do Rio Doce.

*Comunicação Rural*\_ Assuntos relativos aos meios de divulgação da realidade rural. Exemplos: O rádio é um poderoso aliado da extensão rural; Alterosa cria programa de cafeicultura para renda e emprego no município.

O gráfico 1, abaixo apresentado, permite a melhor visualização dos conteúdos abordados na Revista de Extensão Rural da EMATER ao longo das últimas três décadas, que foram apresentados na tabela 10.

**GRÁFICO 1: Temáticas presentes nas revistas da EMATER**



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Os dados supracitados revelam que as abordagens das atividades produtivas que se mantiveram majoritárias na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990, entraram em declínio na segunda metade dos 90, quando ganhou proeminência de temas voltados para o âmbito local, acompanhando justamente o direcionamento da política de desenvolvimento rural, que ameniza

o enfoque produtivista, dando lugar a perspectiva de desenvolvimento sustentável e local, justamente em meados da década de 1990. Este fato mantém sua veracidade ao verificar que a partir da primeira metade da década de 1990 até 2004, o crescimento da importância atribuída à temática do meio rural. Vale destacar, ainda que esse modelo de desenvolvimento rural se volta para uma dimensão onde a preocupação com o meio ambiente é ressaltada. Este fato pode ser averiguado nos relatórios anuais da instituição nesta referida década. Assim, em 1990, foram apresentados 14 projetos em conservação do solo e reflorestamento de matas, em 1991 foram 13 projetos de conservação de matas ciliares e matas nativas e em 1998 foram 16 projetos na conservação do meio ambiente em seus diversos horizontes, tais como: recuperação de nascentes, do solo, conservação e reflorestamento de matas.

Nesse sentido, Fiúza (2001) destaca que na década de 1990, no Brasil, a trajetória das políticas de desenvolvimento rural foi influenciada pela crescente preocupação ambiental, ganhando ênfase, nesse cenário globalizado, a defesa de um desenvolvimento sustentável, que valorizasse estilos de vida e práticas produtivas “alternativas”, que viabilizassem a conservação de recursos naturais para a sobrevivência das gerações futuras. Frente a essas demandas, estão os pequenos agricultores familiares e, mais especificamente, a mulher rural do Terceiro Mundo, que passa a ser valorizada por suas práticas tradicionais<sup>2</sup>, que transformam muito mais lentamente o meio ambiente do que as tecnologias e práticas modernas.

Segundo, essa mesma autora a forma como a mulher rural é valorizada a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento produtivista e à tecnologia moderna permite refletir sobre as práticas sociais de linguagem e outras formas de representação que vêem a mulher dentro de uma perspectiva de imanência<sup>3</sup>. Esta situação foi enfatizada por Linn (1987), que assinalou os aspectos culturais relacionados ao uso do termo “tecnologia”. Segundo ela, o termo tecnologia está envolto em certo glamour, sendo interessante perceber em que contexto ele dá *status*. Para essa autora, o trabalho do homem é freqüentemente definido como técnico, e trabalho técnico é visto como trabalho de homem. Já o trabalho da mulher é freqüentemente definido como não-técnico, e trabalho não-técnico é visto como trabalho de mulher. Esse aspecto implícito da tecnologia, o de não ser imune aos valores sociais, é que permite perceber que ela pode ser veículo para a diferenciação entre determinados grupos sociais. Portanto, aquilo que é

---

<sup>2</sup> Utiliza-se o termo “tradicionais” para aquelas práticas que vinculam a mulher ao âmbito doméstico, executando atividades constitutivas de seu papel de mãe, esposa e filha, tais como: fornecer lenha, água, preparar os alimentos, cuidar da criação, recolher e dar um fim ao lixo.

<sup>3</sup> Entende-se por “perspectiva de imanência” as concepções abstratas e generalistas da mulher que acreditam que ela já traz em si, prontos, na sua constituição como mulher, os atributos que a aproximam mais da natureza do que o homem.

considerado tecnológico atribui “status” a um segmento em detrimento de outro. O homem é aquele que executa as tarefas consideradas como trabalho técnico, já a mulher permanece realizando atividades artesanais ou manuais.

Tal como acontece na divisão sexual das atividades no meio rural, que segmentarizam e hierarquizam o que é produtivo e reprodutivo, vinculando essas esferas socialmente construídas ao homem e à mulher, também, no campo da extensão rural, o modelo de socialização da divisão do trabalho entre técnicos e técnicas, dentro da empresa, sedimentam práticas que obstaculizam papéis de gênero mais igualitários, tanto no âmbito público como privado, para homens e mulheres. Sobre o técnico e a *técnica*, como se pode verificar houve uma supremacia de assuntos referentes ao sexo masculino. Isto se reflete na queixa de algumas extensionistas ao observar que alguns colegas do sexo oposto consideram o seu trabalho menos relevante. Rodrigues (1997) relatou que na trajetória da extensão rural houve um percentual sempre maior de investimento nas intervenções agropecuárias em detrimento do Bem Estar Social.

A fim de dar mais detalhes acerca desta prática extensionista de caráter sexista, serão apresentados a seguir os cursos oferecidos pela EMATER na Semana do Fazendeiro, em Viçosa, entre os anos de 2004 a 2007. Neste período, supostamente, as questões de gênero já eram tidas pela empresa como importantes de serem trabalhadas, no intuito de se alcançar um modelo de desenvolvimento rural mais equitativo para homens e mulheres.

#### ***4.2 A prática extensionista da EMATER na Semana do Fazendeiro***

A análise do oferecimento de cursos por parte da EMATER durante a Semana do Fazendeiro foi utilizada como mais uma estratégia para focar o tratamento dado às relações de gênero pela Empresa, visto que este evento se constitui em uma ocasião de oferta ampla por parte da EMATER de cursos a comunidade. A demanda pelos cursos advinda de homens e mulheres, já se constitui, por si só, em um indicio da prática institucionalizada pelos extensionistas junto a ambos os sexos.

A Semana do Fazendeiro foi instituída em 1929 e se consolidou a partir da criação de um Centro de Ensino e Extensão (C.E.E.), na década de 1950. Tal proposta tinha como orientação manter a supremacia dos conhecimentos práticos em relação aos conhecimentos teóricos, além de exercer um importante vínculo entre os agrônomos e fazendeiros, pois, naquele momento histórico, estes últimos exerciam um poder político muito forte. Atualmente, este evento mantém suas atividades

anualmente para difusão de tecnologias e conhecimentos agropecuários aos agricultores (LOPES, 1995).

A seguir apresentamos a relação dos cursos oferecidos pela EMATER de 2004 a 2007 durante a realização da Semana do Fazendeiro. Nosso intuito ao destacar o viés sexista nas escolhas que os participantes fazem do curso a ser frequentado, é a de mostrar que tal opção não é gratuita. Se, de um lado, ela é influenciada pelos padrões de gênero socialmente vigentes, por outro, ela é parte de um reconhecimento dos participantes quanto ao perfil sexual que se espera em cada curso. Ou seja, a própria EMATER reproduz um padrão sexista em seu habitus institucional, ao padronizar práticas de assistência apropriadas e distintas para o tratamento com homens e mulheres.

**Tabela 11-** Cursos oferecidos pela EMATER na Semana do Fazendeiro no período de 2004-2007.

Cursos	2004		2006		2006		2007	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Aplicação de Medicamentos, Vacinas, Mutações e Castração em Bovinos.	14	1	19	1	15	5	15	4
Armazenamento de Grãos na Propriedade Rural	9	1	12	3	0	0	0	0
Avicultura como Alternativa de Renda e Alimentação para Agricultores Familiares	15	5	11	9	7	3	13	6
Café	71	14	55	23	17	2	31	6
Conservação do Solo e da Água na Propriedade Rural	35	6	20	15	22	17	29	10
Fabricação Caseira de alimentos	51	161	28	138	51	79	41	76
Formação e Condução do Pomar Doméstico	11	5	10	5	11	9	13	6
Plantio Direto por Tração Animal	8							
Produção de Banana, Goiaba, Maracujá, Mangueira, Coco Anão,	56	9	94	35	19	6	45	13
Produção de Mudanças de Eucalipto	18	2						
Produção de Ovinos	20	5						
Produção de Peixes	93	27	66	10				
Produção de Tomate, hortaliças	19	3	29	12	27	20	32	13
Qualidade do Leite em Tanque de Expansão Coletiva	12	3	18	2	9	6	12	6
Técnicas alternativas de plantio			26	29	30	23	29	17

Produção artesanal de Cachaça			16	4	18	2		
Processamento Artesanal dos Derivados do Leite					9	4	5	8
Turismo Rural			8	11	5	14		
TOTAL	432	242	412	297	240	190	265	165
TOTAL DE HOMENS							1349	
TOTAL DE MULHERES								894

Fonte: Pesquisa 2007.

### **QUADRO 1- Atividades enquadradas na Esfera Produtiva e Reprodutiva.**

ESFERA PRODUTIVA: Aplicação de Medicamentos, Vacinas, Mutações e Castração em Bovinos, Armazenamento de Grãos na Propriedade Rural, Avicultura como Alternativa de Renda e Alimentação para Agricultores Familiares, Café, Conservação do Solo e da Água na Propriedade Rural, Plantio Direto por Tração Animal, Produção de Banana, Goiaba, Maracujá, Mangueira, Coco Anão, Produção de Mudas de Eucalipto, Produção de Ovinos, Produção de Peixes, Produção de Tomate, hortaliças, Qualidade do Leite em Tanque de Expansão Coletiva, Técnicas alternativas de produção de alimentos, Produção artesanal de Cachaça, Turismo Rural.

ESFERA REPRODUTIVA: Fabricação Caseira de alimentos, Formação e Condução do Pomar Doméstico.

Fonte: Pesquisa 2007.

### **QUADRO 2- Atividades enquadradas nos Cursos de Café**

CAFÉ: Colheita e Preparo do Café com uso do Lavrador Sertãozinho, Qualidade do Café, Construção de Terreiro de Café com Lama Asfáltica, Poda do Cafeeiro, Cuidados na Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita para Obtenção de Café com Qualidade, Implantação de Lavouras de Café nas Regiões Montanhosas, Tipos de Poda na Cultura do Café. Como Calcular o Custo de Produção na Cultura do Café.

FABRICAÇÃO CASEIRA DE ALIMENTOS: Compotas, Licor de Banana, Pão de Queijo, Biscoitos e Pães, Biscoito, Picles, palpada, Produtos com Café, Queijo Meia Cura, Iogurte, Doce em Barra de Limão Cravo, Maracujá, Processamento Artesanal de Hortaliças-Tomate seco, Processamento Artesanal de Milho.

PRODUÇÃO DE PEIXE: Peixes-Policultura, Camarão de Água Doce, Lambari, Tilápia, Peixes Ornamentais.

TÉCNICAS ALTERNATIVAS: Agroecologia, Agricultura Comunidade, Homeopatia,

PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS: Identificação e Controle de Pragas e Doenças da Cultura do Tomate Processamento Artesanal de Hortaliças-pimentas. Processamento Artesanal de Hortaliças-Tomate seco.

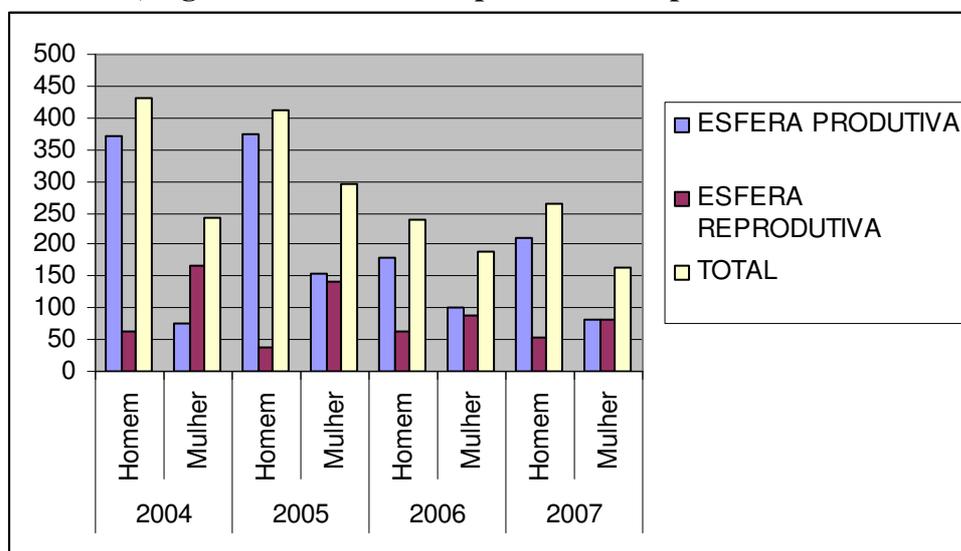
Fonte: Pesquisa 2007.

**Tabela 12- Categorização dos Cursos oferecidos pela EMATER na Semana do Fazendeiro no período de 2004-2007, segundo os critérios de produtivo e reprodutivo.**

Relação de Gênero nos Cursos da Semana do Fazendeiro										
Cursos	EMATER									
	2004		2006		2006		2007		TOTAL	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ESFERA PRODUTIVA	370	76	374	154	178	102	211	83	1133	415
ESFERA REPRODUTIVA	62	166	38	143	62	88	54	82	216	479
TOTAL	432	242	412	297	240	190	265	165	1349	894

Fonte: Pesquisa 2007.

**GRÁFICO 2: Cursos oferecidos pela EMATER na Semana do Fazendeiro no período de 2004-2007, segundo os critérios de produtivo e reprodutivo.**



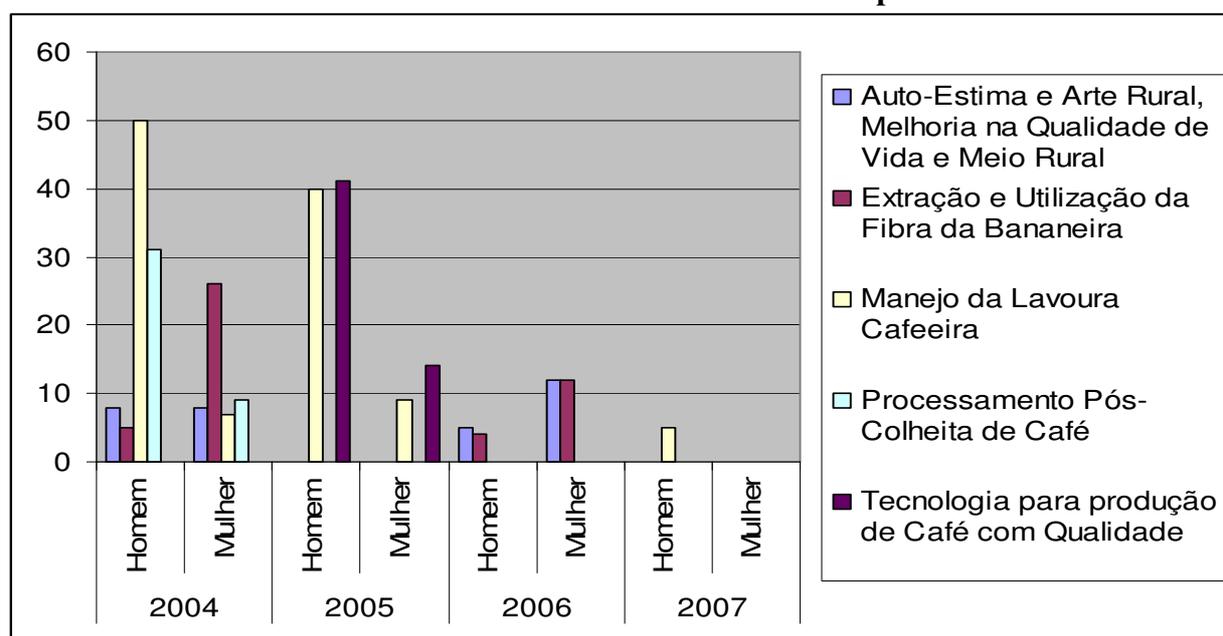
Fonte: Pesquisa 2007.

O Gráfico 2, acima apresentado, permite-nos perceber a disparidade na proporção da participação de homens e mulheres nos cursos concebidos como estando relacionados à esfera produtiva e reprodutiva. Fica claramente evidenciada a correspondência entre atividades

produtivas com o público masculino e as reprodutivas com o feminino. Contudo, para além desta tendência podemos observar, também, que os homens têm uma participação maior nos cursos oferecidos. Aproximadamente 60% das pessoas que participaram dos cursos oferecidos na Semana do Fazendeiro são homens. Sobressai, ainda na análise do Gráfico 2, o fato de não haver uma tendência de aumento da participação feminina nos cursos orientados ao longo dos anos.

#### 4.3 A difusão de tecnologias e informações por parte das instituições de Pesquisa durante a Semana do Fazendeiro, vista de uma perspectiva de gênero.

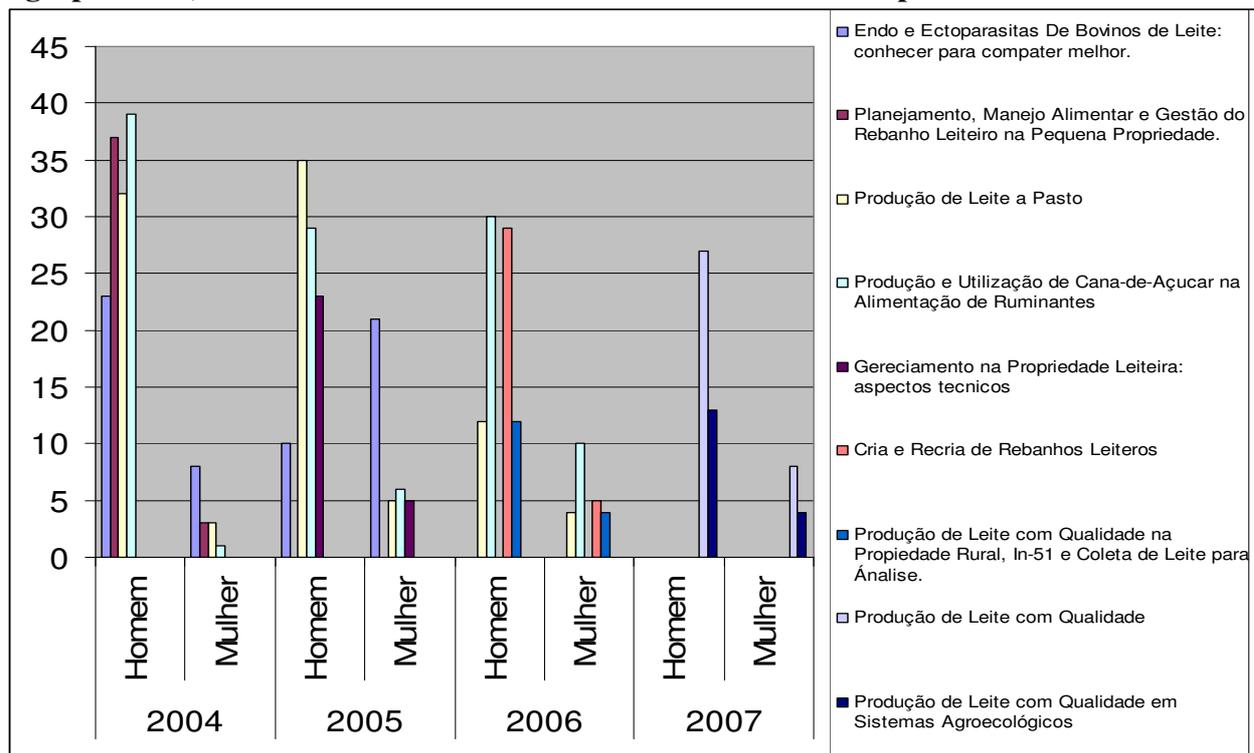
**GRÁFICO 3: Cursos oferecidos pela EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais na Semana do Fazendeiro no período de 2004-2007.**



Fonte: Pesquisa 2007.

Se considerarmos no Gráfico 3, acima apresentado, que os dois cursos oferecidos pela EPAMIG que se encaixam na concepção socialmente vigente como pertencentes à “*esfera reprodutiva*” é o de “*Auto-estima e arte rural, melhoria na qualidade de vida no meio rural*” e o de “*extração e utilização da fibra de bananeira*”, veremos que são justamente aqueles onde os homens estão menos presentes e as mulheres mais. Ao focalizarmos as atividades socialmente concebidas como estando associadas à esfera produtiva por estar relacionada ao mercado e a geração de renda, veremos que a situação se inverte, com os homens se destacando na participação dos cursos ligados à lavoura de café, atividade de grande expressão econômica para os produtores rurais mineiros, que representam cerca de 70% dos participantes dos cursos oferecidos na Semana do Fazendeiro.

**GRÁFICO 4: Cursos oferecidos pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) - GADO DE LEITE na Semana do Fazendeiro no período de 2004-2007.**



Fonte: Pesquisa 2007.

O Gráfico 4 apresenta basicamente uma relação de cursos os quais estão voltados para a atividade leiteira, que em Minas Gerais é concebida socialmente como uma atividade masculina, ao contrário, por exemplo, de Santa Catarina, onde ela é socialmente concebida como sendo uma atividade de mulheres. Temos como hipótese que esta relativização da atividade leiteira como masculina em Minas e feminina em Santa Catarina está associada ao lugar que elas ocupam frente ao mercado. Em Minas, as atividades leiteira e cafeeira representam as principais atividades agrícolas geradoras de renda, enquanto em Santa Catarina é o fumo dentre as atividades agrícolas a que apresenta maior importância econômica. Assim, é de se esperar que em virtude da predominância absoluta de produtores mineiros na Semana do Fazendeiro promovida pela Universidade Federal de Viçosa que haja uma participação muito mais expressiva dos homens que das mulheres nos cursos relativos à atividade leiteira.

Um outro aspecto importante de ser destacado ao observar os padrões de participação de homens e mulheres nos cursos oferecidos na Semana do Fazendeiro diz respeito ao fato de que há uma relação entre as tecnologias utilizadas nas atividades produtivas e reprodutivas e os modelos de gestão da unidade produtiva familiar que consideram a mulher em uma condição hierárquica de complementaridade. Há como que um círculo vicioso na eleição das atividades produtivas e

reprodutivas que terão prioridade dentro da unidade produtiva. Aquelas que são tipicamente masculinas são as que recebem prioridade na alocação da força de trabalho dentro da unidade produtiva, o que impõe um limite à mudança nos padrões produtivos face ao campo de possibilidades existente no mercado consumidor tanto de alimentos, como de prestação de serviços no meio rural.

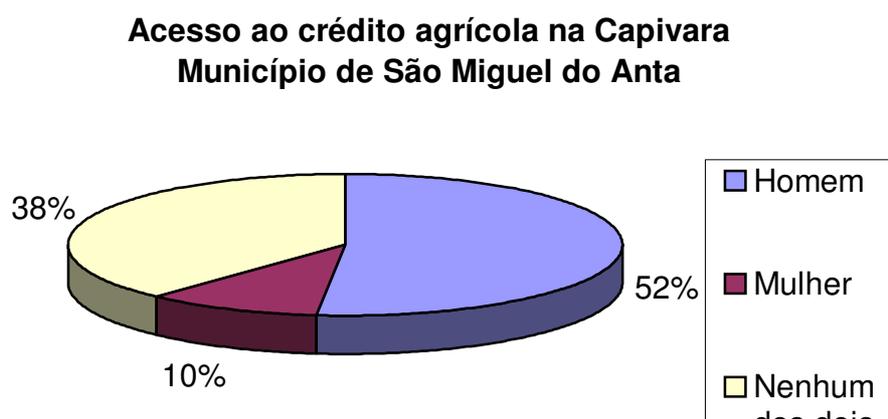
#### ***4.5 As relações de gênero nas unidades produtivas em uma comunidade do entorno de Viçosa.***

A fim de termos elementos para evidenciarmos a relação entre as tecnologias utilizadas nas atividades produtivas e reprodutivas e os modelos de gestão das unidades produtivas familiares no meio rural que consideram a mulher em uma condição hierárquica de complementaridade realizamos um trabalho de campo em uma comunidade rural do entorno de Viçosa. Em função da pesquisadora ser, também, professora da disciplina Extensão rural, surgiu a perspectiva de associar o trabalho investigativo com o de extensão universitária, com o objetivo de aproximar os estudantes dos cursos de Ciências agrárias (agronomia, zootecnia, economia doméstica, gestão de cooperativa, agronegócio etc) da realidade e dos desafios vividos pelos agricultores familiares, mais precisamente, pelos agricultores da região da Capivara, localidade da zona rural do município de São Miguel do Anta - MG.

Vislumbramos com a junção deste trabalho de pesquisa e extensão universitária no meio rural a possibilidade de aproximar estes estudantes, que estão se formando, das manifestações de desigualdade social vividas, de forma natural e pouco questionada, pelas mulheres rurais, seja no acesso ao crédito, na assistência técnica, enfim, nas possibilidades restritas que as mesmas possuem de se tornarem cidadãs de pleno direito. Os estudantes da disciplina extensão rural poderiam, assim, estabelecer contato com os agricultores e agricultoras familiares de São Miguel, procurando, em primeiro lugar, conhecer seus projetos de vida, suas necessidades e desejos, para depois poderem interagir com eles, oferecendo cursos, palestras e demonstrações técnicas que atendessem aos interesses demandados pelos produtores e produtoras rurais.

Os primeiros resultados desta iniciativa podem ser visto, primeiramente, na expressiva procura e participação das produtoras e, também, dos produtores nos eventos realizados pelos estudantes: cursos, dias de campo e palestras na UFV e na Capivara. Contudo, o resultado mais expressivo desta iniciativa foi a maior capacidade organizativa alcançada pelo grupo de mulheres. Manifestando interesses por cursos de cuidados pessoais (cabelereiro, maquiagem, manicure, bijouterias) e de cuidado com a casa (curso de pintura com tinta de barro) estas agricultoras têm

conseguido se organizar em torno de questões próprias e de importância significativa para elas, consolidando uma autonomia relativa de seus desejos e necessidades, dentro de uma cultura rural fortemente patriarcal. Ao iniciarmos o trabalho de extensão na localidade da Capivara, em São Miguel do Anta, em maio de 2006, pudemos observar as desigualdades sociais vivenciadas especificamente pela mulher no acesso a serviços e bens sociais como: acesso ao crédito e à capacitação técnica, como demonstra o gráfico abaixo:



Entre as principais atividades realizadas no ano de 2006, é possível destacar: a) *seis dias de campo realizados pelos estudantes de extensão com os agricultores e agricultoras rurais*, sendo que três foram realizados em São Miguel do Anta e três nas dependências da UFV, com a vinda dos agricultores e agricultoras. Após a realização desses dias de campo foram feitos debates com os estudantes e produtores. b) *Foram passados vídeos para as agricultoras, a respeito do trabalho da mulher no meio rural, os quais foram discutidos com as mesmas no desenvolvimento do projeto na Comunidade.* c) *Foram promovidas oficinas de cuidado com o corpo, com ensinamento de técnicas de cuidado com o cabelo (alisamento e pintura), maquiagem, bem como confecção de bijuterias.* d) Foram realizadas palestras sobre os direitos da mulher rural e esclarecimentos sobre direito ao crédito do Pronaf. e) *Participação dos estudantes no processo de organização da associação de produtores rurais da Capivara*, participando, inclusive, das discussões junto aos agricultores de Coimbra, que foram até a Capivara dar seu depoimento sobre a associação deles e propor uma parceria com os agricultores e agricultoras da Capivara. f) foram estruturados cursos sobre *Saúde da Mulher* e preparação e cultivo de *Hortas*. g) *Foi oferecido curso de capacitação* da equipe que realizou a execução do projeto em São Miguel,

através das aulas ministradas pelos professores do CPDA/UFRRJ, pelo convênio PQI estabelecido com esta instituição, no intuito de adquirir melhor formação dentro das temáticas referentes ao novo rural brasileiro, a fim de estabelecer um nível de interação mais qualificado com os agricultores e agricultoras. h) *Apresentação do trabalho em congresso.*

O trabalho de extensão universitária no meio rural destacou-se, sobretudo, e de forma particular pelo o investimento da equipe na estruturação do grupo de mulheres que já havia se iniciado na Capivara. Percebendo que todo processo de associação entre as pessoas passa, antes, pela manifestação dos interesses genuínos de cada, e de se conseguir trabalhar aqueles temas de interesse comum, propusemos os tais cursos de cuidado com a aparência (alisamento e hidratação do cabelo, manicure, produção de bijuterias). Tais atividades tiveram um grande poder aglutinador das mulheres, resultando em aumento semanal da presença das mesmas às atividades desenvolvidas pelos estudantes. Para além deste poder aglutinador e de crescente agregação de novas participantes, tais atividades resultaram importantes para a auto-estima delas. A primeira manifestação disto se deu na exposição que fizeram na 77 Semana do Fazendeiro, vencendo a vergonha de expor as coisas que elas próprias faziam, e que à princípio não achavam bonitas e dignas de serem mostradas.

Somado a essas atividades práticas foram estruturados cursos sobre *Saúde da Mulher* e preparação e cultivo de *Hortas*. E numa perspectiva de continuidade de um projeto que desde o começo primou para interação e diálogo com a realidade a qual nos colocamos a trabalho, conduzimos *dinâmicas de grupo*, buscando captar os anseios e dúvidas, objetivando direcionar o projeto para uma proximidade cada vez maior com o contexto sócio-cultural da região da Capivara, e as tradições desde grupo de pequenos agricultores. Um dos momentos mais importantes realizados junto ao grupo neste ano de 2006 foi a organização das mulheres, visando expor os produtos de artesanato que têm desenvolvido por ocasião da Semana do Fazendeiro, momento extremamente importante, uma vez que se fez como a primeira oportunidade de apresentação ao público de todo o trabalho que vem sendo elaborado por elas desde o início do projeto.

Por fim, como forma de ampliar o alcance e apresentar as problematizações acerca de nossa proposta de trabalho, participamos também do *I primeiro Encontro da Rede de Estudos Rurais*, realizado no campus de Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ, onde pudemos discutir as temáticas atuais relativas às questões do novo rural que se forma hoje no Brasil, e as problemáticas e desafios que se colocam, indo ao encontro dos objetivos também traçados em nossa proposta de trabalho.

#### ***4.5.1 Metodologia de ação do trabalho de extensão universitária***

A construção do trabalho junto às mulheres rurais da Capivara teve início a partir dos dias de campo promovidos pelos alunos de extensão rural, ou seja, no início trabalhamos promovendo atividades conjuntas para homens e mulheres, as quais continuaram existindo, concomitantemente à realização de atividades exclusivas para as mulheres, como cuidados com a beleza, com a saúde, e direitos sociais e trabalhistas das mulheres rurais. Tais atividades propiciaram a aproximação entre os estudantes e os agricultores e agricultoras, mas, também, uma relação de maior compreensão dos mesmos acerca das atividades para as quais eles estavam sendo convidados a participar, na universidade e na sua própria localidade.

Estabelecido este vínculo de proximidade começamos a promover as atividades com as mulheres. A princípio, a discussão sobre as suas condições de vida e seus direitos não se mostrou muito motivadora. Assim, fizemos um levantamento junto a elas sobre temas que elas gostariam que fossem desenvolvidos lá. À medida que o trabalho foi se firmando junto ao grupo de mulheres, que foi paulatinamente aumentando, fomos entremeando junto às atividades de promoção da beleza e dos cuidados corporais, as discussões sobre direitos sociais e trabalhistas das trabalhadoras rurais.

No que diz respeito particularmente aos estudantes de extensão, direcionamos seu contato com os agricultoras e agricultores familiares orientando as discussões em sala sobre as relações de gênero no meio rural, para a observação empírica desta realidade, a partir da elaboração por parte deles de roteiros de observação do modo de vida, do uso que homens e mulheres faziam da tecnologia, do crédito, da assistência técnica, da possibilidade de estudar e de acesso ao lazer etc. A partir destas observações empíricas os mesmos vêm construindo um banco de dados no PVA-Net, que passa as informações por eles discutidas e apresentadas em sala de aula, de turma para turma, ano após ano.

A participação da comunidade nas atividades propostas vem se consolidando gradativamente. As repetidas idas dos estudantes de extensão rural, trimestralmente à Capivara, para a realização dos dias de campo, e a vinda regular dos agricultores e agricultoras à Universidade, vêm transformando a regularidade em confiança e diálogo. Tal proximidade faz-se mais efetiva, no entanto, pelo desenvolvimento semanal de trabalhos coletivos com o grupo de mulheres, e esporadicamente com o misto, composto pela associação de agricultores.

Além da assídua presença do grupo e da visível melhoria da auto-estima das mulheres que nele se inseriram ao longo de nosso projeto, conforme já vimos destacando nos relatórios parciais, é

preciso chamar atenção para a criação de elos que foram sendo criados entre o conhecimento científico-acadêmico e a realidade cultural dos pequenos agricultores, pontes estas que se tornaram cada vez mais sólidas no decorrer do projeto, dando condições para a abertura de novos horizontes de entendimento da realidade tanto por parte dos produtores e produtoras rurais da Capivara, como por parte dos estudantes de Extensão Rural, tão acostumados ao ensino confinado do espaço da universidade. Nessa perspectiva, o crescimento em torno do projeto se deu em dois sentidos, de um lado em relação à Comunidade a qual ele se propôs a atender e noutro aos alunos que puderam problematizar e discutir novos caminhos para a formação profissional e humana.

#### ***4.5.2 Interação ensino-pesquisa e extensão promovida pelo projeto***

A interação entre as esferas da pesquisa, do ensino e da extensão se configurou da seguinte forma nesta proposta de trabalho no meio rural. Para atuarmos na Comunidade da Capivara foi preciso, a princípio, conhecer o modo de vida e as perspectivas de mundo dos produtores e produtoras rurais, seus projetos para o futuro, questões sem as quais eram imprescindíveis para conduzirmos com êxito nossas atividades, tanto na criação e estruturação do grupo de mulheres, quanto em relação à visita dos estudantes de Extensão Rural junto aos agricultores, e destes ao espaço da Universidade. Em torno da realização destas atividades nos deparamos em todo o andamento das atividades com a problematização investigativa em torno do campo de possibilidades para a ampliação da inserção social das mulheres, por meio desta questão investigativa foi possível pensar o contexto social e cultural no qual nos inseríamos, compreendendo-lhe causas e, sobretudo, tentando encontrar possibilidades para interagir. O ensino se pautou pela conjugação das reflexões teóricas sobre agricultura familiar, política nacional de assistência técnica e extensão rural, com a promoção por parte dos estudantes de atividades junto aos agricultores e agricultoras, sobre temas diversos. As demonstrações técnicas e palestras apresentadas para os agricultores e agricultoras sempre considerou, em primeiro lugar, as necessidades, desejos e modo de vida dos habitantes do meio rural com os quais eles estavam interagindo. Por fim o caráter de extensão de nossa proposta esteve firmado sobre a possibilidade de alcançar a construção do conhecimento para além das trincheiras demarcadas pela academia, promovendo uma intensa troca de experiência e saberes, na qual enriqueciam não somente o público com o qual estivemos trabalhando, mas em igual proporção também nós como equipe de extensão, que tivemos a importante experiência da *troca*, de conhecer uma outra

realidade de vida de perto, e poder ali aplicar os conhecimentos que abarcamos dentro do espaço da Universidade, e torná-los nesse sentido maduros, mais elaborados e atentos em relação a situação e aos problemas pelos quais passa a sociedade em que iremos atuar como profissionais.

## ***5 CONSIDERAÇÕES FINAIS***

A interpretação de uma realidade não se faz de um olhar estanque dos fenômenos e das relações sociais entre os seres, pois este universo social é reconstruído, cotidianamente, mesmo que seja imperceptível às lentes da consciência. Neste sentido, a pesquisa acadêmica é um instrumento importante na interpretação e construção de outros horizontes. É nesta perspectiva que esta pesquisa consistiu em analisar a forma como as instituições que trabalham com extensão rural vêm lidando com as desigualdades de gênero no meio rural, especificamente, a EMATER regional de Viçosa do estado de Minas Gerais. Diante dessa investida científica ficou evidenciado que a prática extensionista reproduz uma divisão sexista do trabalho já existente na unidade produtiva. Ou seja, o *habitus* institucionalizado nas práticas extensionistas não viabiliza a mudança dos padrões de desenvolvimento vigentes no meio rural. O viés sexista de tais práticas extensionistas não expande o potencial de ação das mulheres, já que o circunscreve às atividades reprodutivas. Assim, o potencial de desenvolvimento do meio rural ficou restrito, apenas, às iniciativas focadas nos homens.

O *habitus* sexista presente nas práticas dos extensionistas é construído a partir da estrutura e atribuições da equipe técnica, que mantém uma divisão do trabalho próxima a dos primórdios da oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural, reproduzindo, em grande parte, a estrutura formada por um agrônomo e uma economista doméstica, cujos papéis estariam na produtividade agropastoris e na melhoria das habitações rurais, respectivamente. É possível perceber que permanece a orientação de trabalho da extensionista do bem-estar-social restrita à “esfera reprodutiva”. Ao analisarmos a trajetória histórica da extensão rural percebemos que no período de criação da EMBRATER e EMATERs em meados da década de 1970, projetaram-se os profissionais da área agrônômica, veterinária e técnicos agrícolas, cursos tradicionalmente masculinos, em detrimento das economistas domésticas e assistentes sociais. Sabendo que a modernização do setor agropecuário foi realizada a partir da ênfase na técnica visando o aumento da produtividade, os recursos financeiros foram majoritariamente para projetos agropecuários.

É importante ressaltar que não é uma orientação específica da instituição analisada, pois, como demonstrado, essas práticas extensionistas são resultados de uma estrutura e arranjos políticos

implementados na trajetória da extensão rural. Em relação às análises dos questionários, houve uma intervenção coletiva na rotina de trabalho dos extensionistas que, entretanto, não conseguiu romper com o viés sexista do trabalho no meio rural. Este fato foi verificado a partir do desconhecimento conceitual do trabalho produtivo e reprodutivo, tão importante ao elucidar a assimetria existente entre o trabalho masculino e o feminino, e que na interpretação de Linn (1987) o trabalho tem um significado social, ou seja, o trabalho técnico é para o homem, enquanto o não-técnico é para a mulher. Vale destacar que as atividades desenvolvidas pelo(a)s extensionistas para homens e mulheres de forma coletiva, são realizadas por meio de reuniões, palestras e dias de campo, prevalecendo uma intervenção de caráter produtivo-reprodutivo. Nas atividades voltadas para a dinâmica interna da propriedade fizeram-se presentes as mulheres, recebendo orientações para qualidade de vida e processamento de alimentos.

Outro fato importante que esclarece essas orientações produtivas-reprodutivas, logo a inviabilidade de uma relação de gênero mais igualitária, está no tipo de instruções que os extensionistas recebem. Segundo suas respostas, estas estiveram relacionadas ao trabalho da economia separado do social na unidade produtiva; nas orientações para o único sexo, materializou-se com o trabalho na organização de mulheres, fabricação e informação. Isto refletiu em sua prática educativa em que não houve uma atenção voltada às questões de gênero. É importante ressaltar que o curso de especialização oferecido pela Universidade Federal de Goiás em 1994, não houve uma preocupação no corpo do curso a temática das relações de gênero.

Ressalta-se que, embora haja assuntos sobre o trabalho feminino nas fontes de informação oriundas da EMATER, esta não permitiu um rompimento dos papéis sexuais do trabalho, pois o(a)s extensionistas pesquisados guardam um *habitus* que os reconhecem numa identidade social definida pelo sexo. Há uma identidade social que guarda uma trajetória histórica e que, inconscientes, as pessoas recolhessem como sua. Note-se que os próprios assuntos *relativos ao trabalho das mulheres rurais nas fontes de informação* expressam o papel da produtora rural na unidade produtiva em assuntos que competem à organização social, construção de hortas comunitárias, entre outros, portanto, assuntos destinados a mulheres no seu aspecto reprodutivo. Mesmo quando os assuntos sejam relativos à renda, o enfoque consistiu na potencialização das tarefas que resultem na complementariedade da renda. Esta interpretação se dá pela inexistência de assuntos que refletissem nela como produtora e responsável pela unidade produtiva. Como subsídio argumentativo na interpretação das tabelas, os relatórios anuais de atividades

executadas, não explicitaram com clareza intervenções que remetesse numa igualdade de gênero no meio rural.

Na verificação dos conteúdos da revista “Extensão em Minas Gerais”, percebe-se que ocorreu um direcionamento para as atividades produtivas a partir da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990, além de uma supremacia de artigos direcionados aos técnicos do sexo masculino, o que sedimenta uma prática de gênero menos igualitária. O que remeteu na queixa de algumas extensionistas do Rio Grande do Sul que parte dos seus colegas do sexo oposto consideram sua prática intervencionista menos relevante para o meio rural. Mesmo a mulher rural tendo ganhado uma importância na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que a sua prática cotidiana transforma o ambiente natural mais lentamente em detrimento das práticas modernas não conseguiu romper com a sua situação de subordinação, pois a prática cotidiana valorizada remete-se ao âmbito doméstico, executando atividades a partir de sua identidade social, isto é, papel de mãe, esposa e filha. Logo suas atividades consistem em fornecer lenha, água, preparar os alimentos, cuidar da criação, recolher e dar um fim ao lixo.

Em relação aos cursos da Semana do Fazendeiro, observa-se que a participação feminina em cursos agrupados no tema de aplicação à tecnologia na agricultura, que exigiam a matemática, conhecimentos racionais administrativos e produtivos, foi bem menor. Esta modalidade de trabalho tem *status* ao ser executado, por se referir ao uso de tecnologias apropriadas à produtividade agrícola, logo, trabalho de homem. Em contrapartida, nos cursos referentes ao tema de processamento de alimentos houve uma participação majoritária das mulheres. Tal fato se refere à própria prática intervencionista da técnica de bem estar-social nas propriedades, pois, como foi mencionado, seu trabalho era destinado, sobretudo, à administração e aos cuidados do lar, contribuindo para o papel da mulher rural como dona de casa e não como produtora.

Em suma, pode-se compreender que embora haja um ambiente político que favoreça uma relação de gênero mais igualitária, sobretudo a partir da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER), esta não conseguiu romper com tal assimetria nas relações de gênero, uma vez que instituída, não teve um acompanhamento nas mudanças de valores a partir do tema da pesquisa. Nesse sentido, para haver um trabalho que promova novas mudanças e compreensão do gênero, como a Siliprandi tem feito no RS, terá de haver por parte da instituição uma discussão do tema com seus técnicos e técnicas para externalizar novas formas de relações entre homens e mulheres no meio rural. Para isso, é necessário que percebam a necessidade de confrontar esse modelo assimétrico e segmentador das relações sociais de gênero em uma

relação construtivista dos modos de vida por homens e mulheres, tendo por referência o passado das significações. Ou seja, ninguém se torna diferente sem ter clareza do que deseja superar.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERDEGUÉ, Júlío A. Las reformas de los sistemas de extensión em América Latina a partir de la década de los 80. 2002.
- BERNADES, A. G. B. e N. GUARESHI, *A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento*. Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Produzindo Gênero. Org: Carvalho, M.J. e Cristiane, M.F.R.-Porto Alegre: Sulina, 2004. 199-215p.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. RJ, Bertrand Brasil, 1999. p.13-127.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Trad: Mariza Corrêa - Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-60.
- BRASIL, 2008. PRONAF. Disponível em: [www.PRONAF/dater.gov.br](http://www.PRONAF/dater.gov.br). Acesso em 28/02/2008.
- BUARQUE, C. Estratégia para Reforma Agrária sob a ótica de Gênero. *Ministério do Desenvolvimento Agrário-M.D.A. Instituto Nacional da Reforma Agrária- INCRA*. 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) em face do difusionismo. *OIKOS* (Viçosa), v.18, p. 11-21, 2007.
- DOULA, S. M. A fotografia e o estar lá da Extensão Rural. La cuestión rural em América Latina. Exclución Resistência Social. *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Quito 20-25 Nov.2006.
- EMATER, Disponível em : [www.emater.mg.gov.br](http://www.emater.mg.gov.br). Acesso em 28/02/2008.
- FARAH. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(1): 47-71, janeiro-abril/2004.
- FIGUEIREDO, R. P. de Extensão rural no Brasil: *novos tempos*. Brasília, Rev. Bras. Tec, v.15 (4). jul./ago. 1984.
- FIÚZA, A. L. de C., O papel da mulher rural nas políticas publicas de desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado. UFRRJ: R.J., 2001. 247 p.
- FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil: *um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Ed. Loyola (Série Educação popular v.3), 1984, 191p.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. V.1. p. 9-50; p. 73-124.
- FRASER, Nancy. "O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero". In: FRASER, Nancy; BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

- GARCIA, Marie-France "O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil" Disponível [http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs\\_00\\_19/rbcs19\\_08.htm](http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm). Acesso em 29 de agosto de 2008.
- HARAWAY, Donna; SILVA, Tomaz Tadeu da; KUNSRU, Hari. *Antropologia do Ciborgue*. Autêntica, 2000.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*, Jun 2004, n.22, p.201-246.
- HEREDIA, B. M. A. de. e CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *O progresso das mulheres no Brasil*. Disponível em: [www. Mulheresnobrasil.org.br](http://www.Mulheresnobrasil.org.br). Acesso em 08/07/07.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA, I. A. A Extensão Rural e a Produção do Conhecimento: *A Fundamentação Científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no estado de São Paulo*. Pesquisa de Mestrado. INICAMP-S.P. 2001. 143p.
- LINN, P. Gender Stereotypes, Techonology Stereotypes. In: MCNEILL, Maureen. *Gender and Expertise*, 1987.
- MELO, L. A. de M. Injustiça de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, M. G., 2002.
- MUCHAGATA, Márcia. *Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e assentados no Brasil*. Brasília: FAO, MDA, SAF. 2003.
- MUNIZ, J.N. A Extensão Rural em Tempos de Mudanças. *Informe Agropecuário*, 1999. BH V.20 N°199, 56-61p.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- OLINGER, G. *Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI,1996. 12-385 p.
- ORTIZ, F. Bourdieu. FERNANDES, F. (Org) São Paulo: Ática, 1980. 216p.  
p. 481-503 – Michel Foucault e a história das mulheres.
- PANZUTTI, N.P.M. *Mulher Rural: Eminência Oculta*. Alínea- Campinas. 2006.
- PAULILO, M. I.S. Trabalho familiar: *uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, jan./abr. 2004.
- PEREIRA, V. L. Gênero: *Dilemas de um Conceito*. Gênero e cultura: Questões contemporâneas. Org: STREY, M.N. e CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. – Porto Alegre: EDIPRCRS, 2004. p.173-220
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2006.
- PRÁ, J. R. Gênero, cidadania e participação na esfera pública. Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. *Produzindo Gênero*. Org: Carvalho, M.J. e Cristiane, M.F.R.-Porto Alegre: Sulina, 2004. 44-54p.

- RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.
- ROSSINI, R. E. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada—São Paulo – Brasil. *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7*
- RUAS, E. D. et al. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. 134p.
- RUBIN, Gayle. Reflexionando el sexo: notas para uma teoria radical de la sociedad. En: Vance, Carole S. Place e Peligro. Explorando la Sexualidade. Ed. Revolución, Madri, 1989. p.113-190.
- SANCHIS, P. Algumas notas sobre identidade social. Texto mimeografo, apresentado no curso de Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora. 1997.
- SANTOS, A. D. dos, Mudanças institucionais e organizacionais na assistência técnica e extensão rural (ATER): *um estudo de política comparada nos estados de Tocantins, Acre e Rondônia – Viçosa: UFV, 2004,139p.*
- SANTOS, S.V.dos, Mulher: *figura de desordem na ordem do emprego.* Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Produzindo Gênero. Org: Carvalho, M.J. e Cristiane, M.F.R.-Porto Alegre: Sulina, 2004. 199-215p.
- SARTRE, Jean-Paul. L'être et le néant. Paris: Gallimard, 1993. (tradução espanhola: El Ser y La Nada. Buenos Aires: Losada, 1981; tradução brasileira: O Ser e o Nada. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP : EDUSC, 2001. 384 p. (Coleção Mulher).
- SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras.-S.P. 2000.
- SILIPRANDI, E. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: *considerações a partir da extensão rural (EMATER/RS, Brasil).* 1999.
- SMANIOTTO, E. Relações de Gênero entre Populações Indígenas Nômades do Chaco: *Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbayá. Século XVIII* Pesquisa de Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 2003. p.177.
- SMITH, M. El pluralismo, in: Marsh, d., stocker, g. teoriay métodos de la ciência política. Madrid: Alianza Editorial, 1997.p.235-254.
- STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2004, vol.12, no.2, p.77-105.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia.* Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- TODOROV, T. A conquista da América – a questão do outro. Cap. : *Igualdade ou desigualdade.* São Paulo. Martins Fontes. 1993. p. 143-164.
- WENGER, E. Communities of practice: *learning, meaning, and identity.* New York: Cambridge University Press, 1998.
- WOOTMAN, E.F. Monoparentalidade e Chefia Feminina: *Conceitos, Contexto Circunstância.* Pré- Evento Mulheres Chefe de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto, 2002.

## 7 APÊNDICES

### 7.1 Apêndice A- *Frequência de homens e mulheres aos cursos oferecidos durante a semana do fazendeiro:*

#### 7.1.1 Pela EMATER.

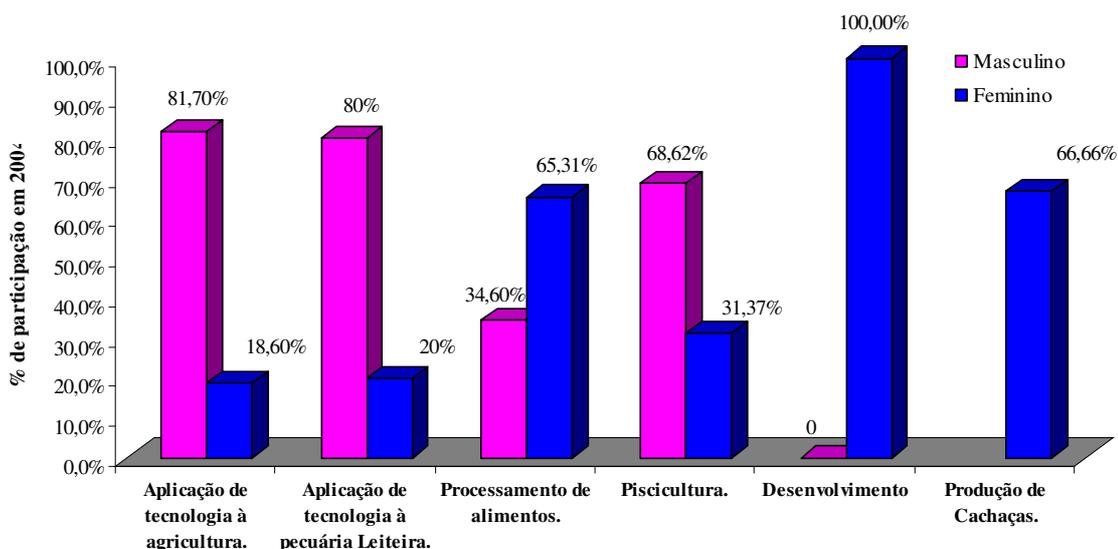


Figura - Cursos oferecidos em 2004

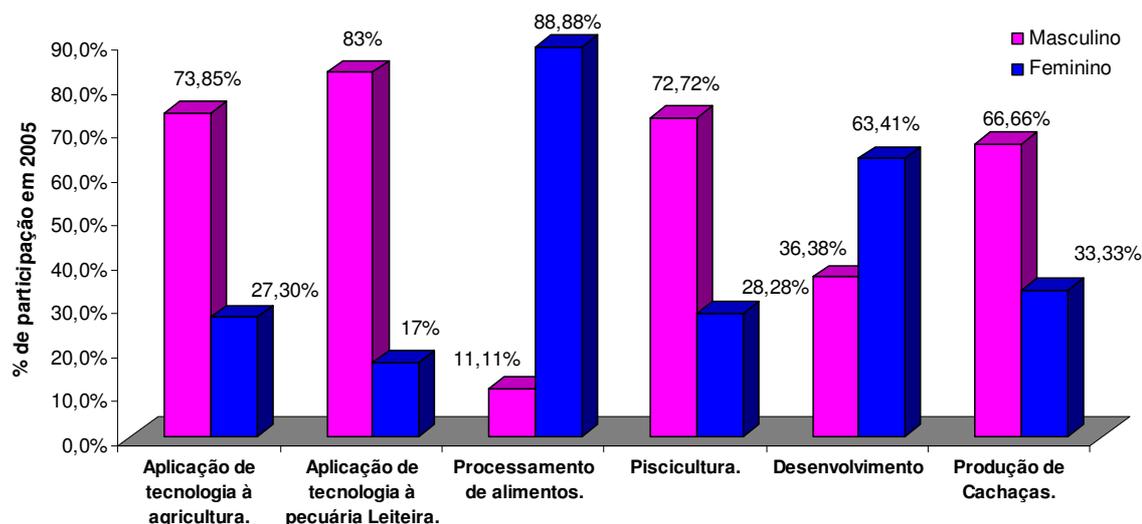


Figura :Cursos oferecidos em 2006

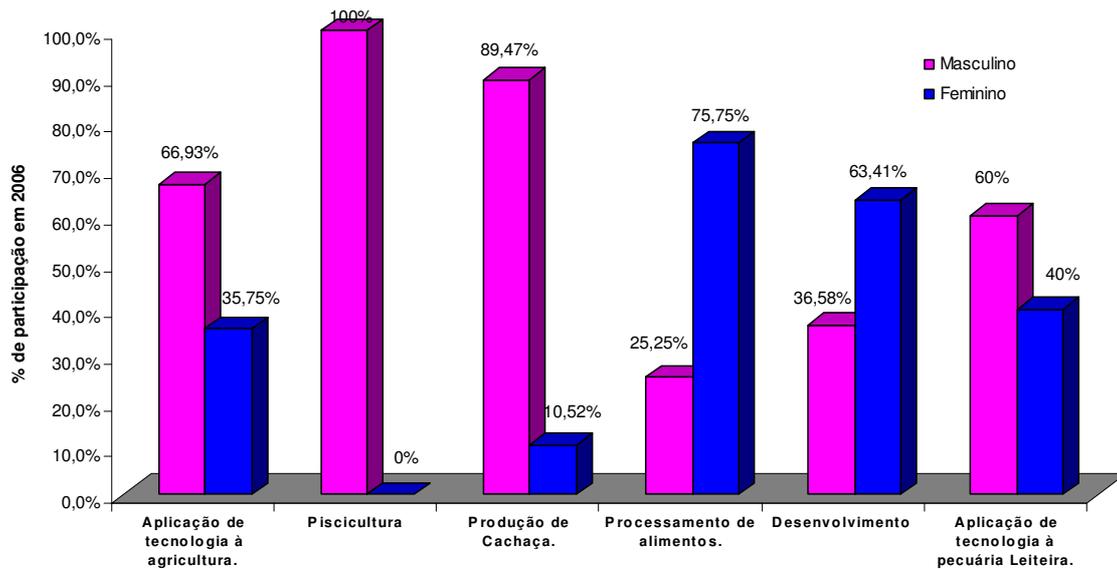


Figura : Cursos oferecidos em 2006

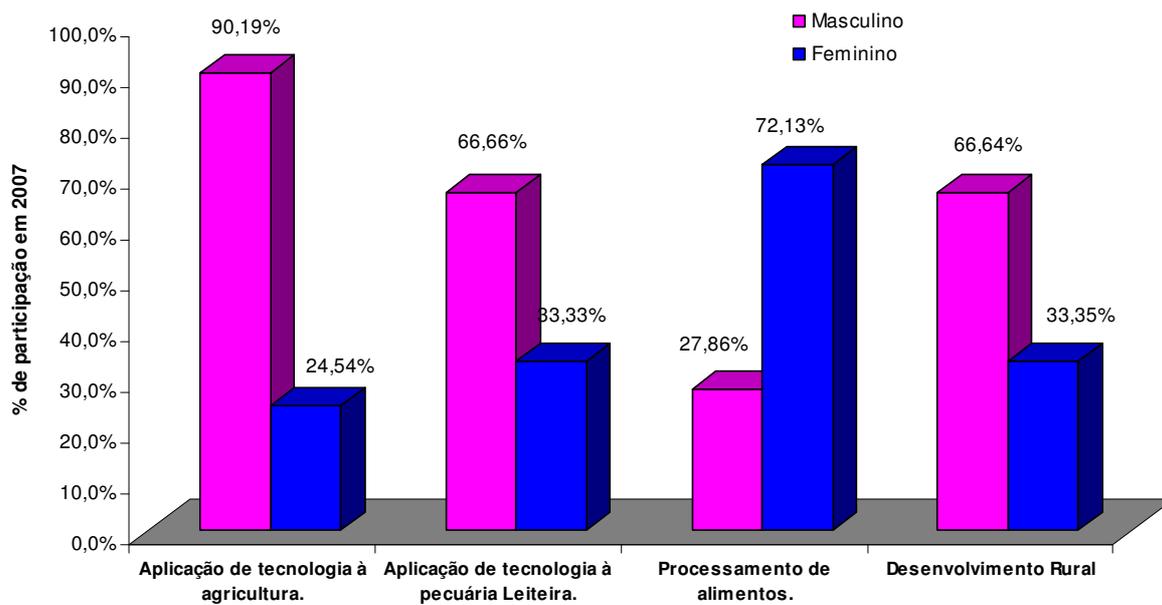
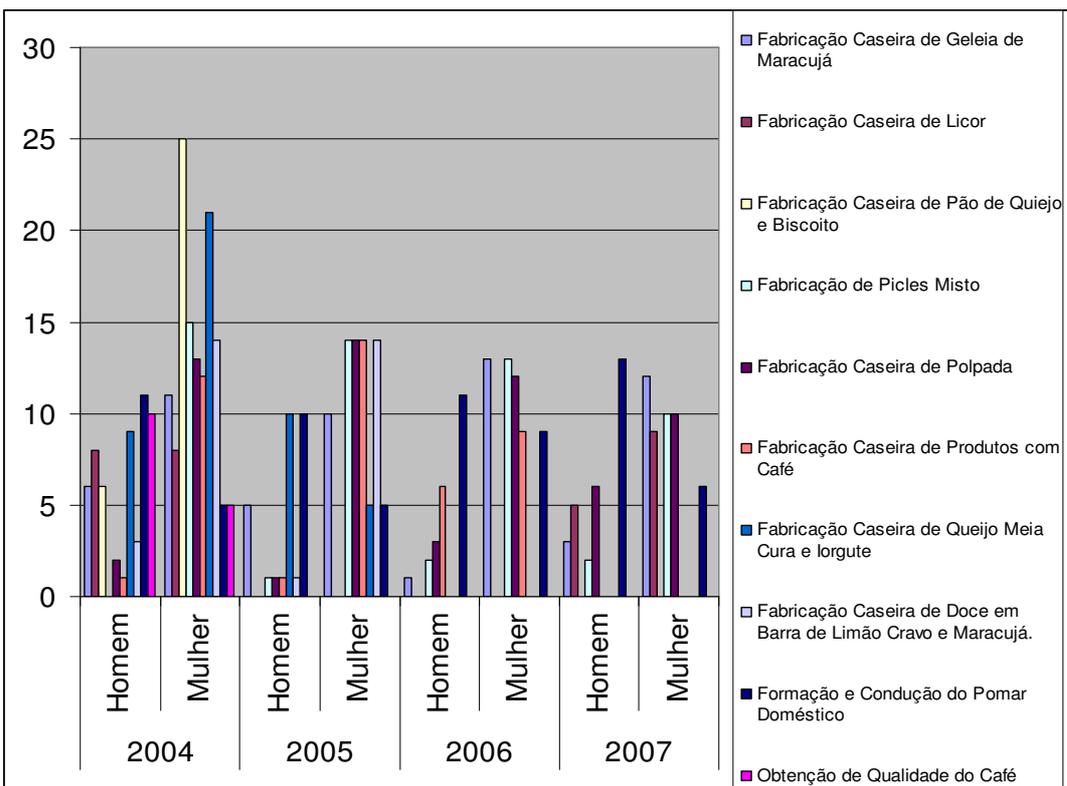
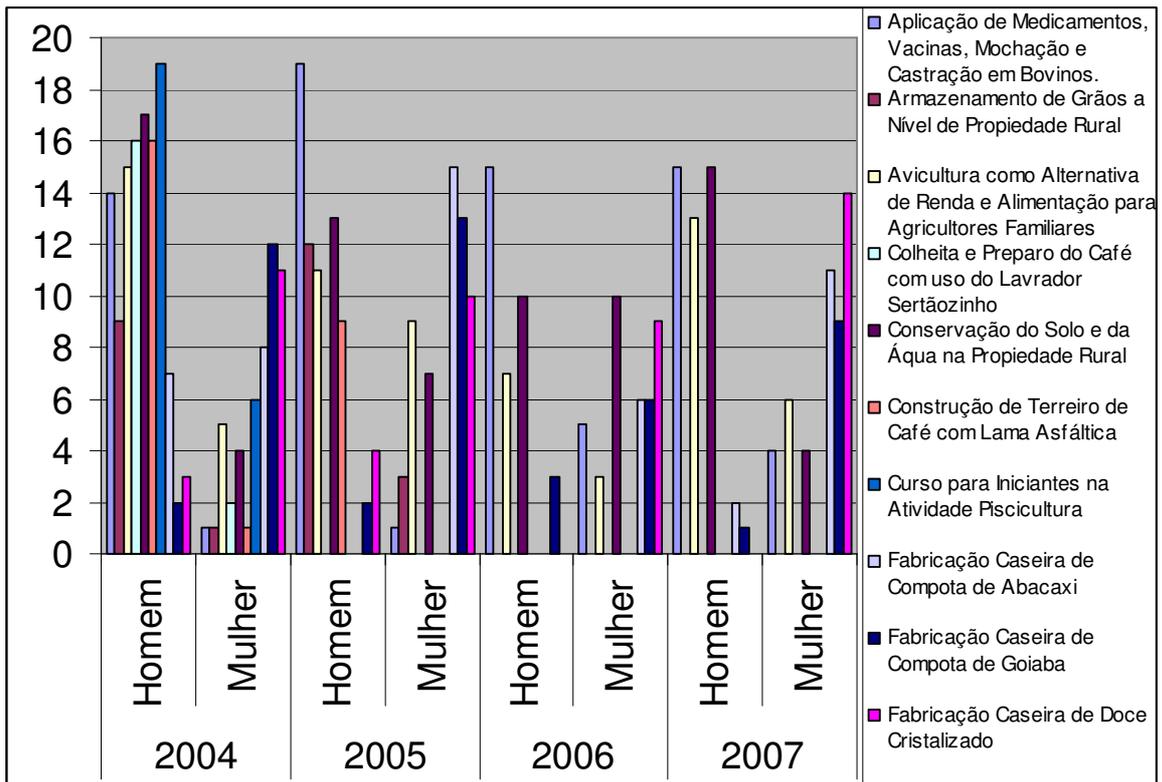
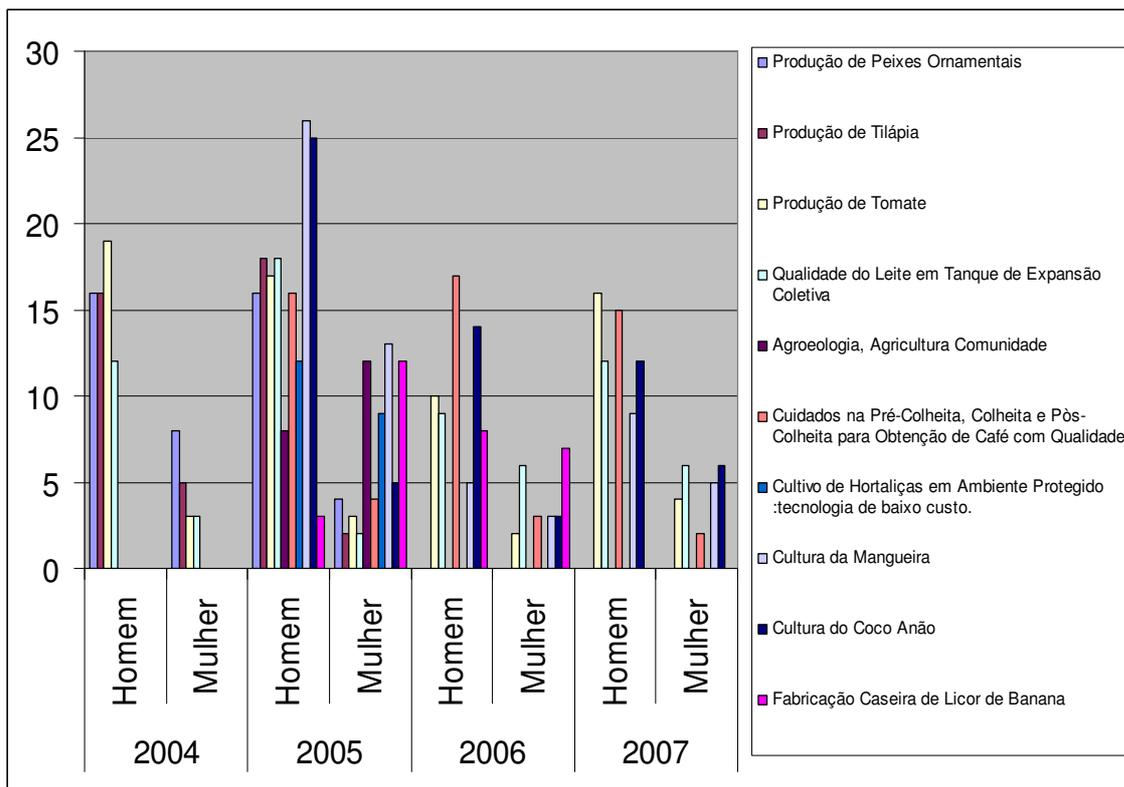
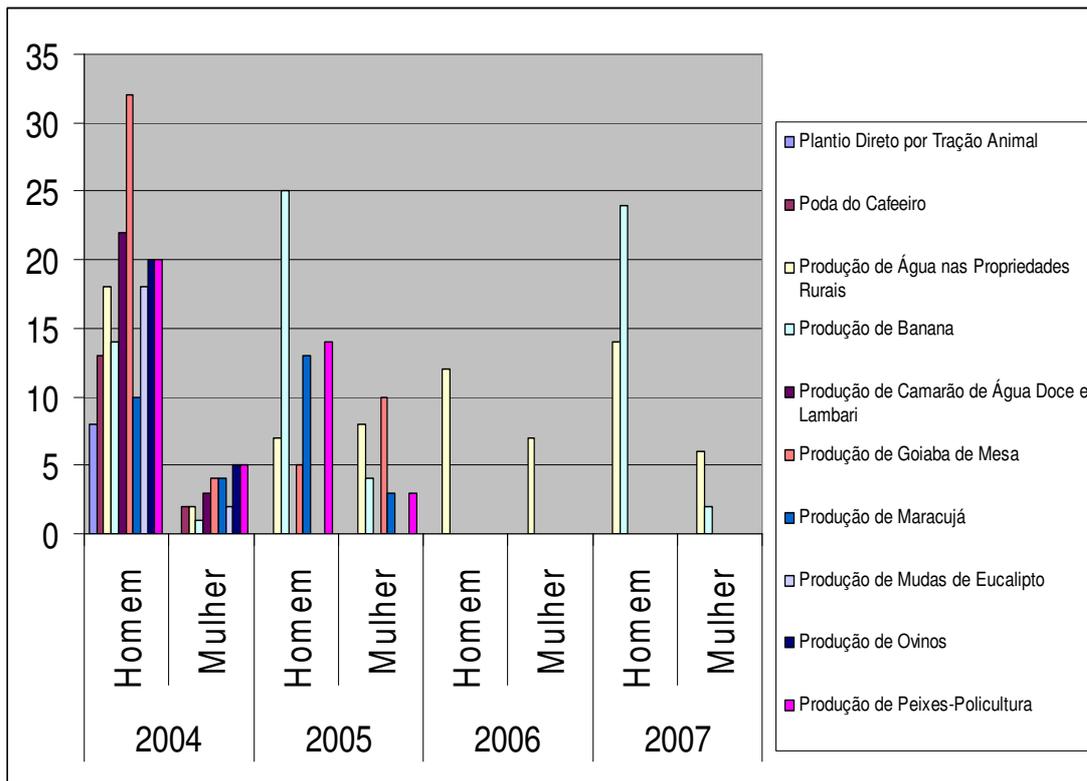
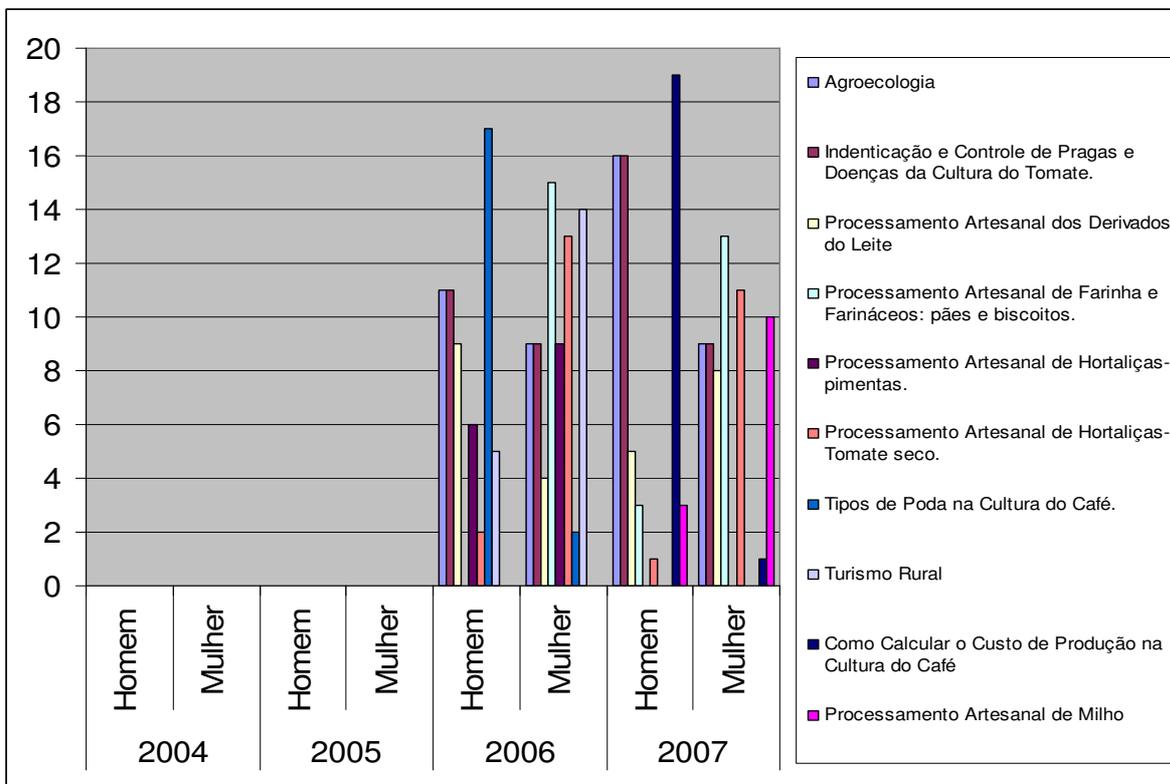
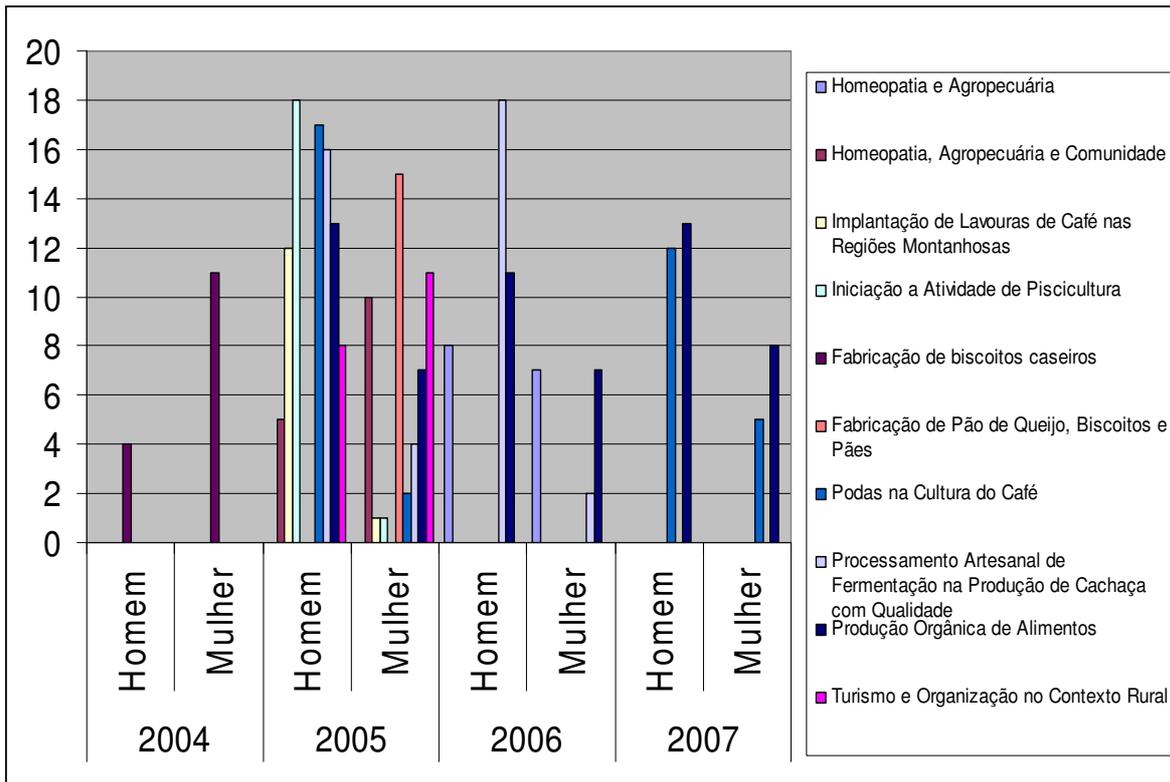


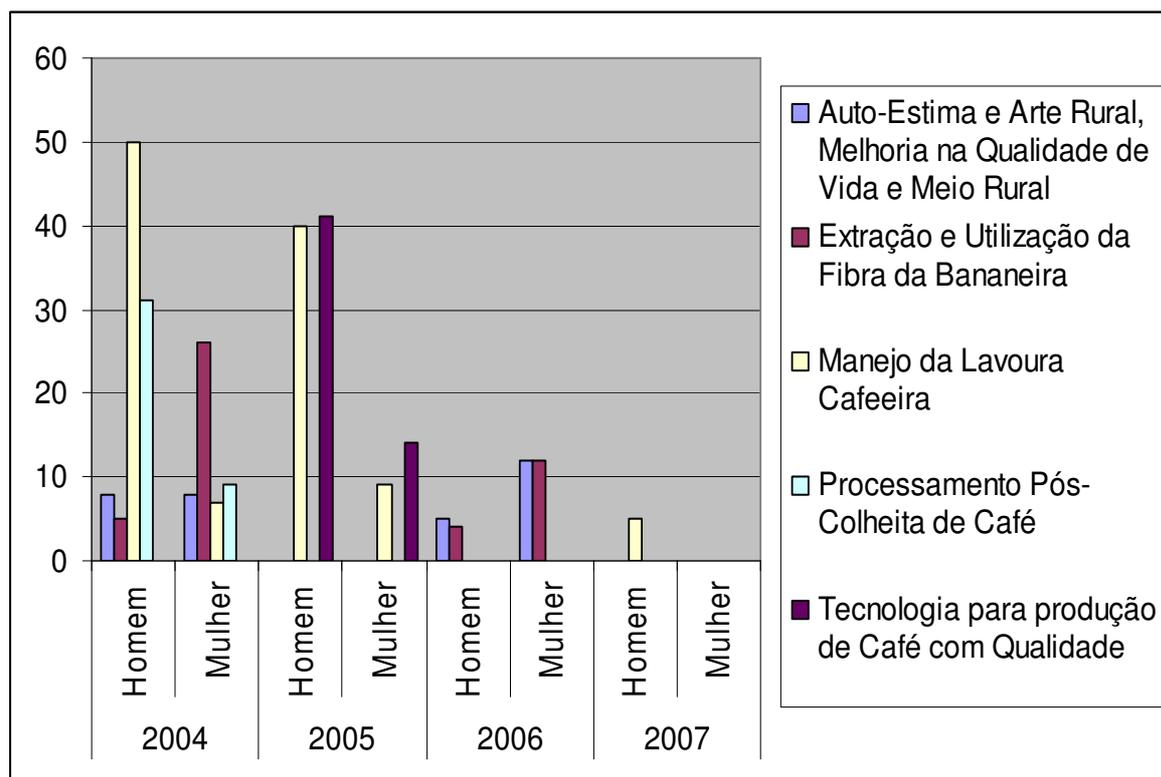
Figura : Cursos oferecidos em 2007.



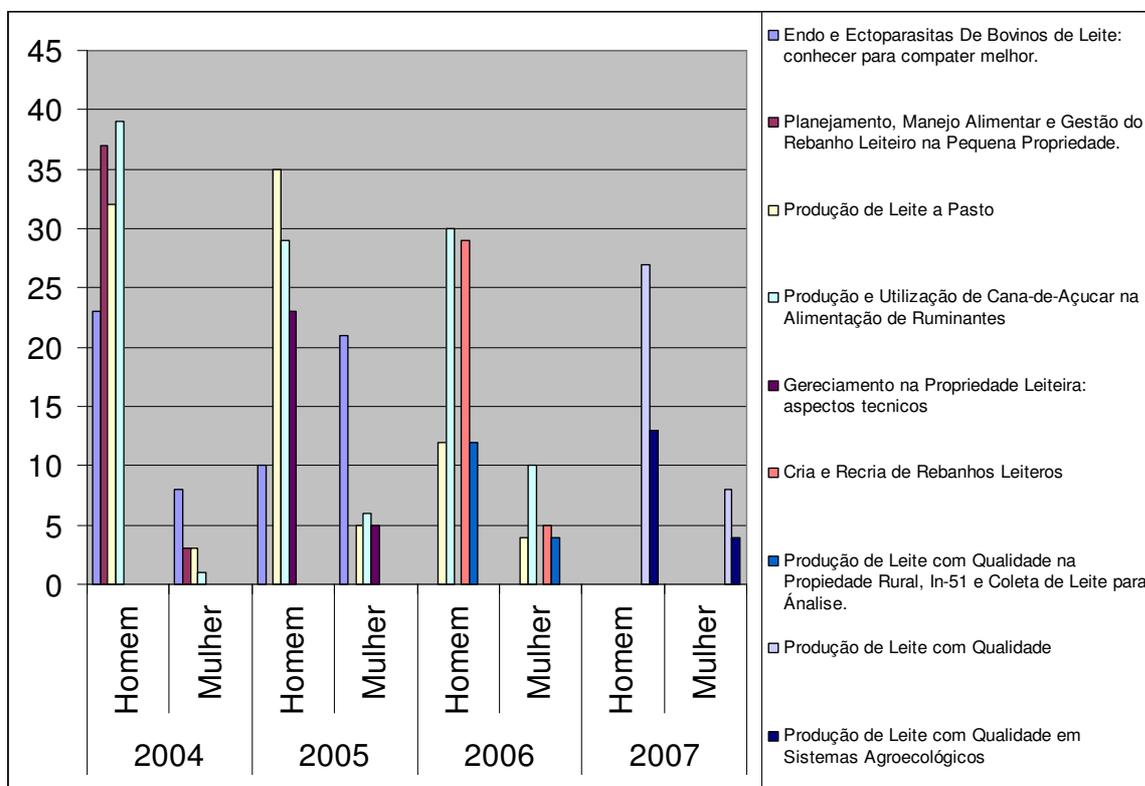




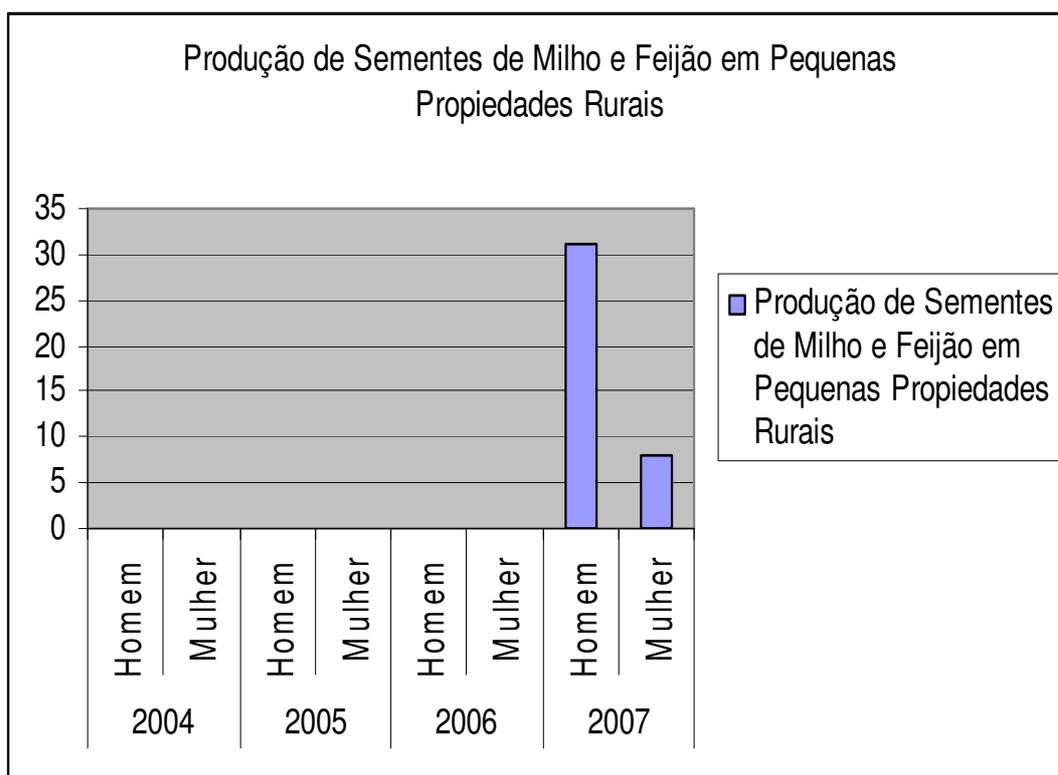
### 7.1.2 Pela EPAMIG



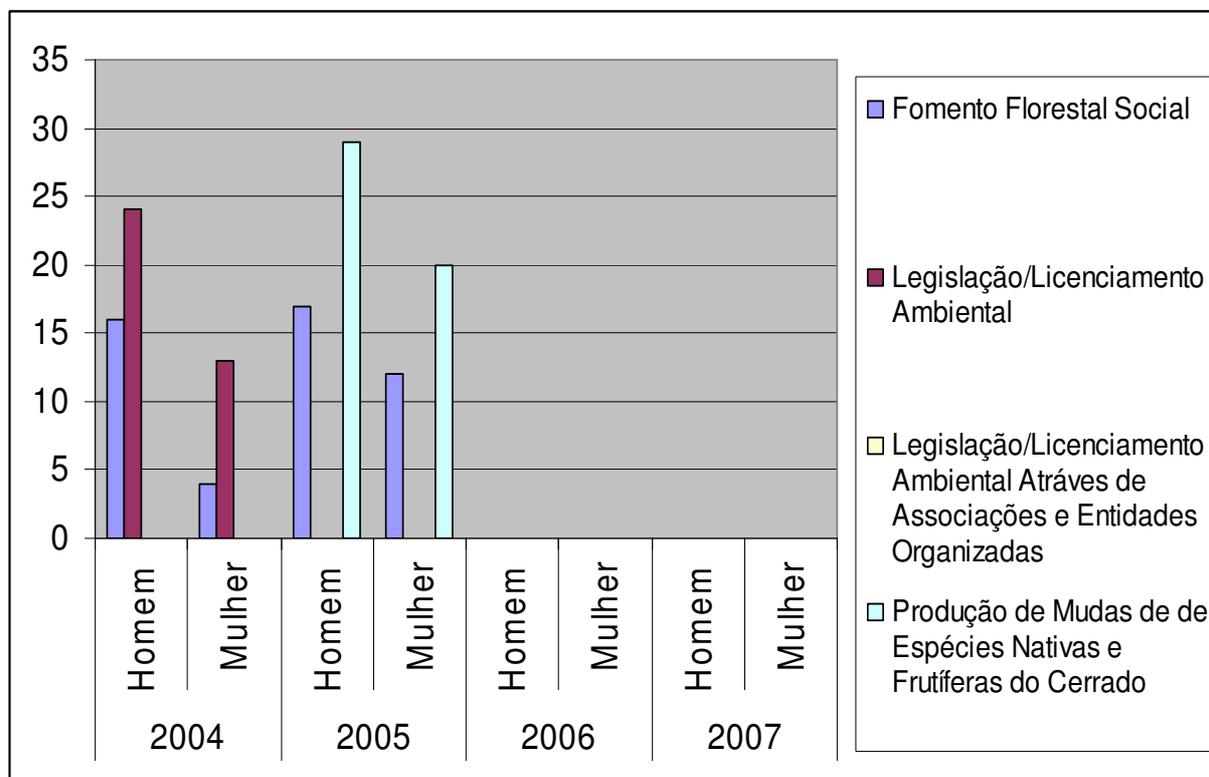
### 7.1.3 Pela EMBRAPA - GADO DE LEITE



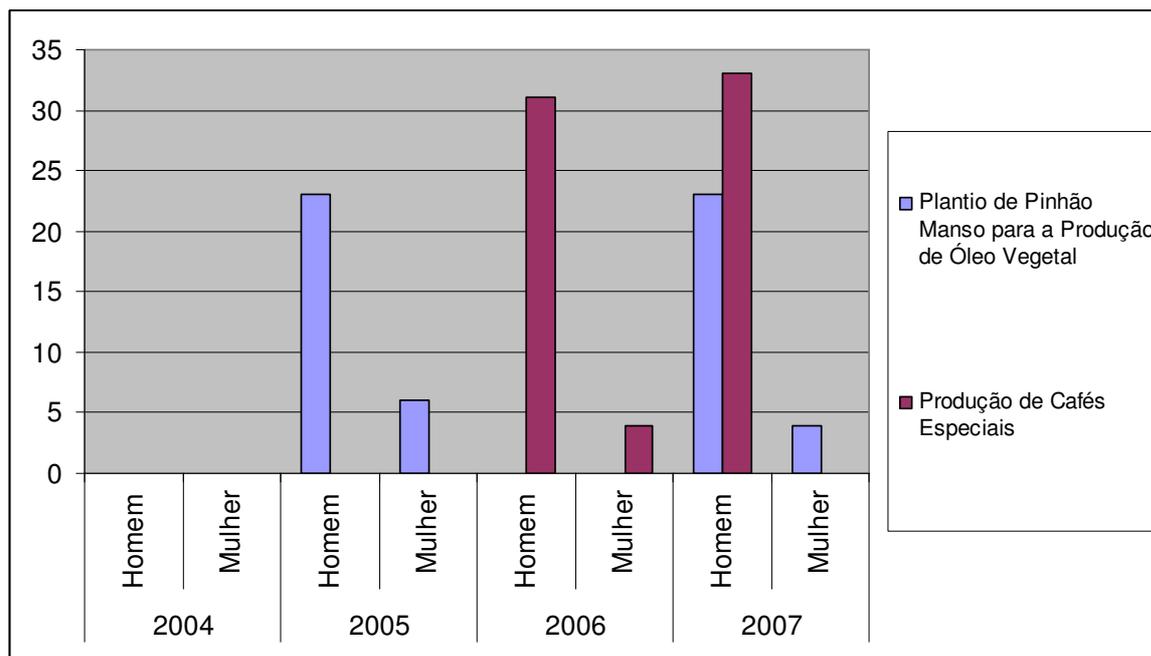
### 7.1.4 Pela EMBRAPA – SETE LAGOAS



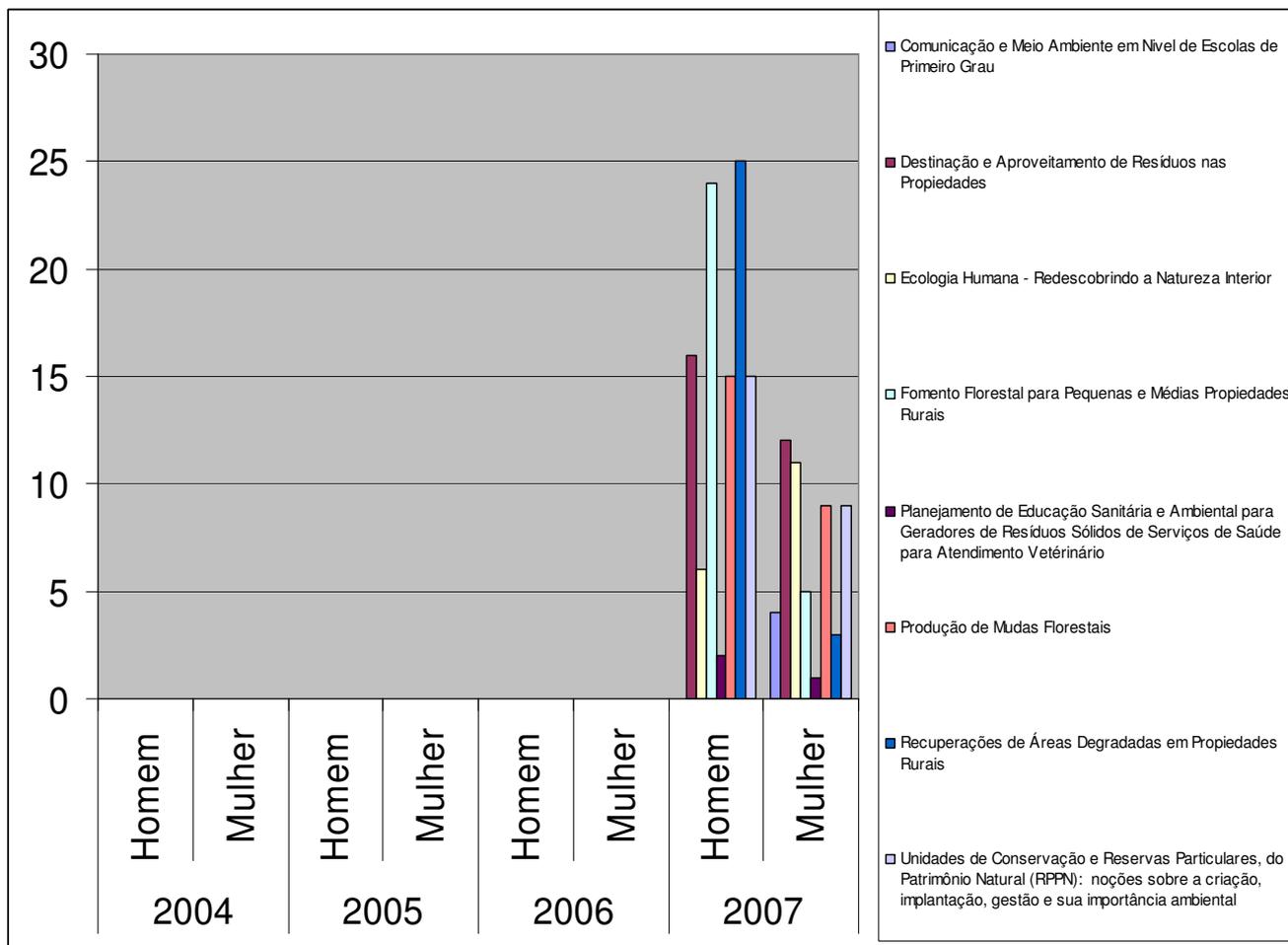
### 7.1.5 Pelo IEF (Instituto Estadual de Floresta)



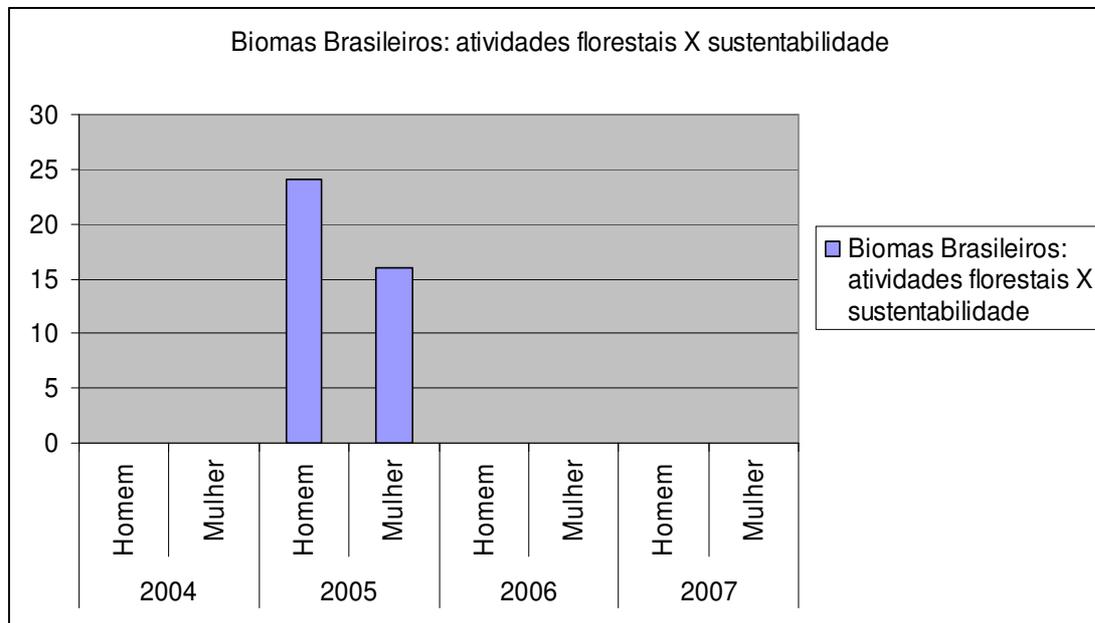
### 7.1.6 Pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente



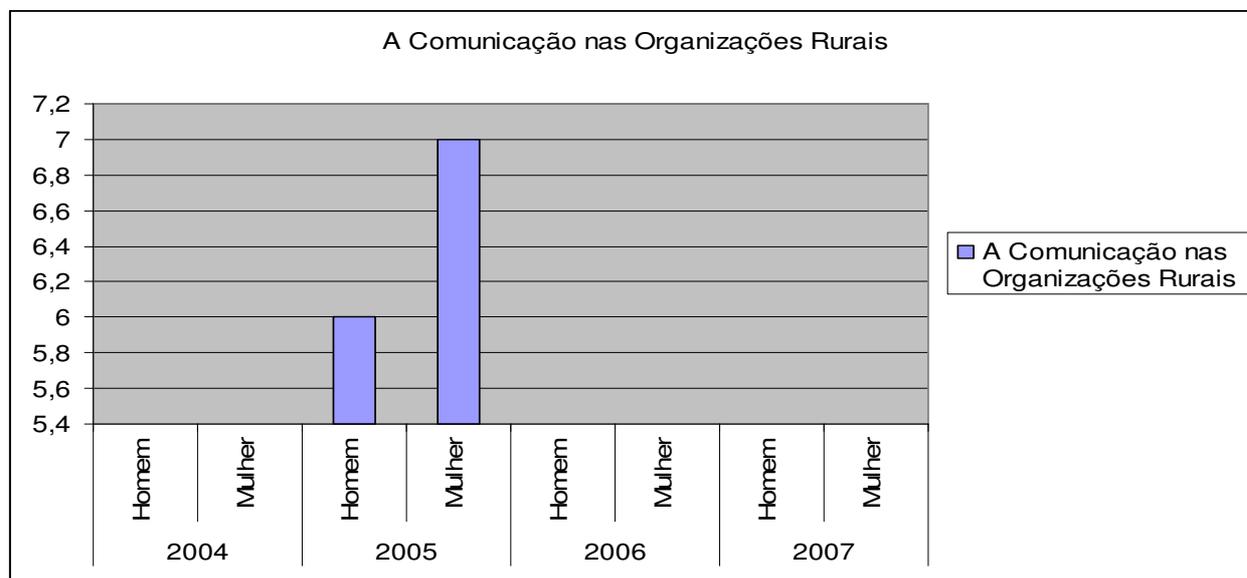
### 7.1.7 Pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente / IEF



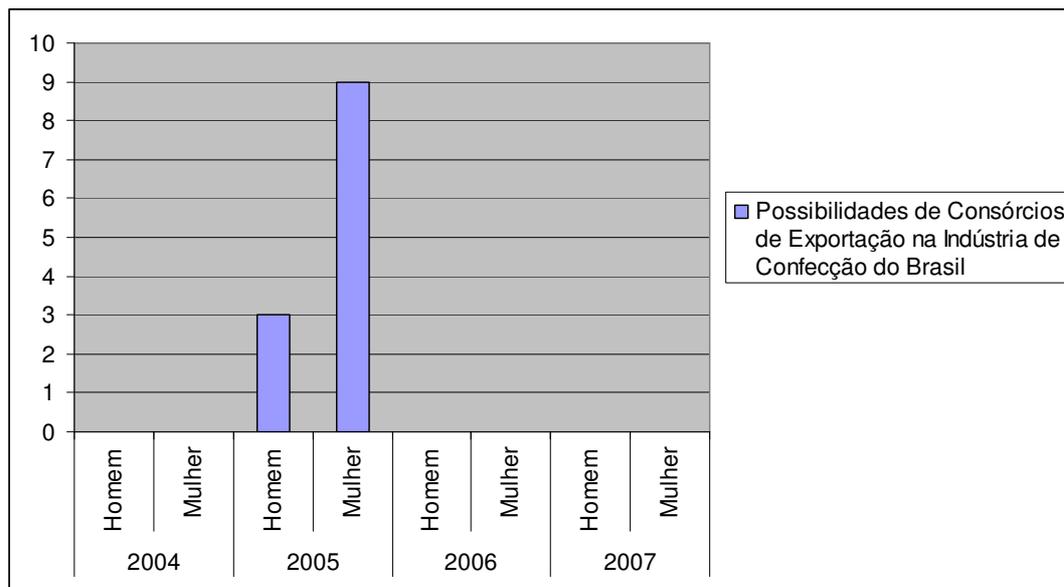
### 7.1.8 Pelo Ministério do Meio Ambiente



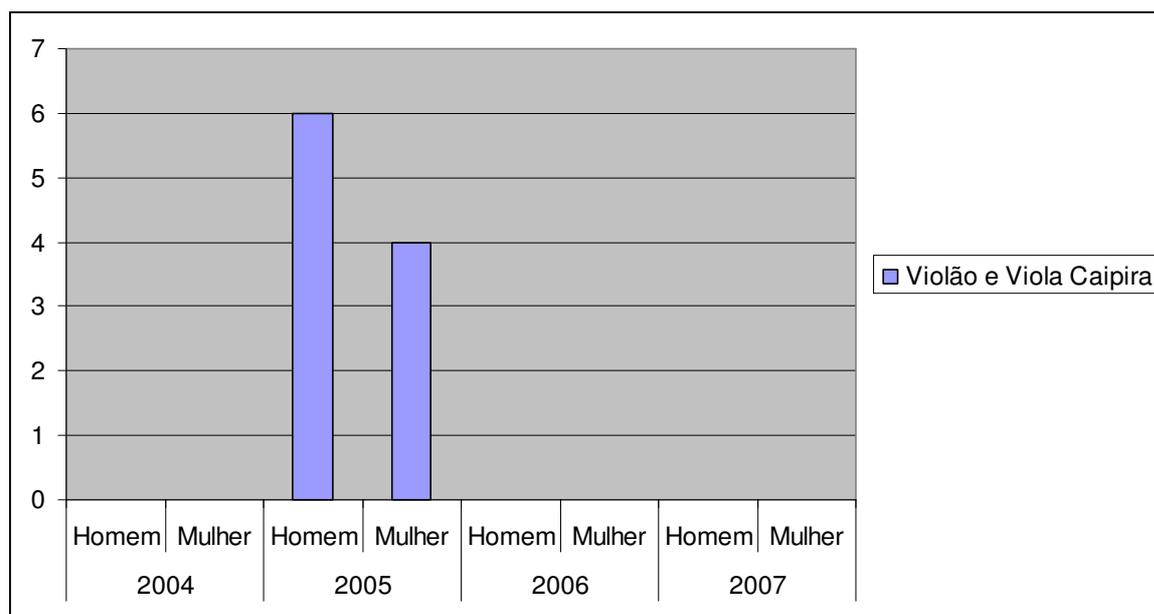
### 7.1.9 Pelo CIENTEC



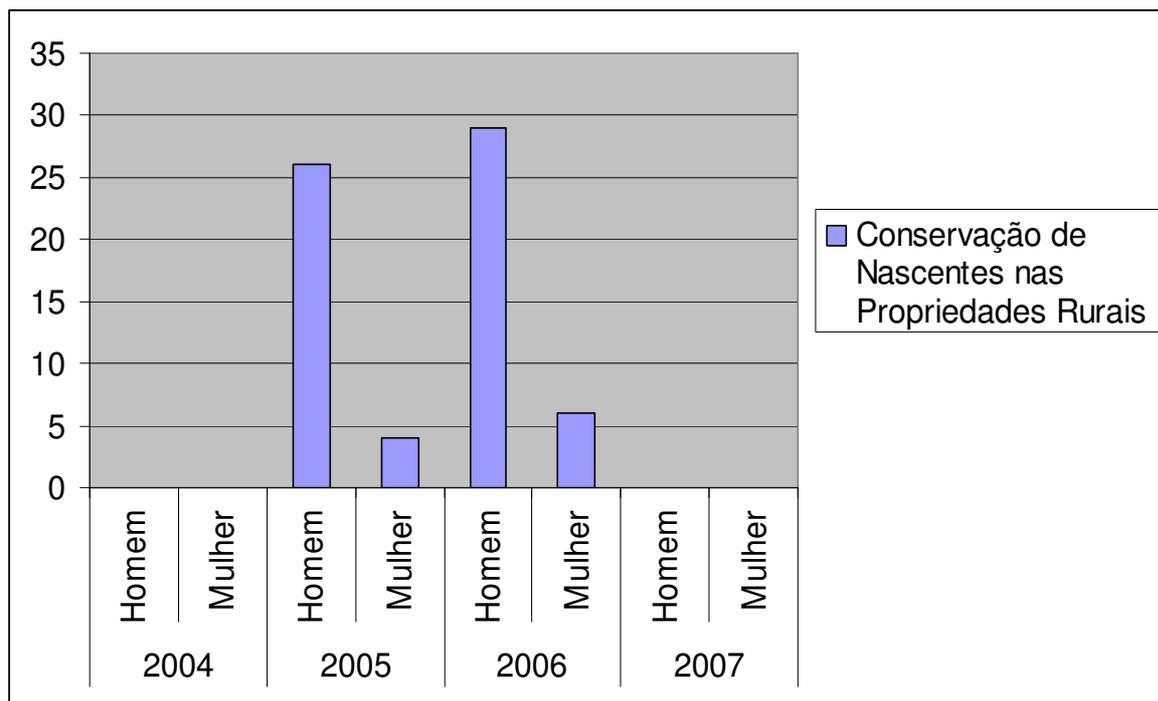
### 7.1.10 Pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)



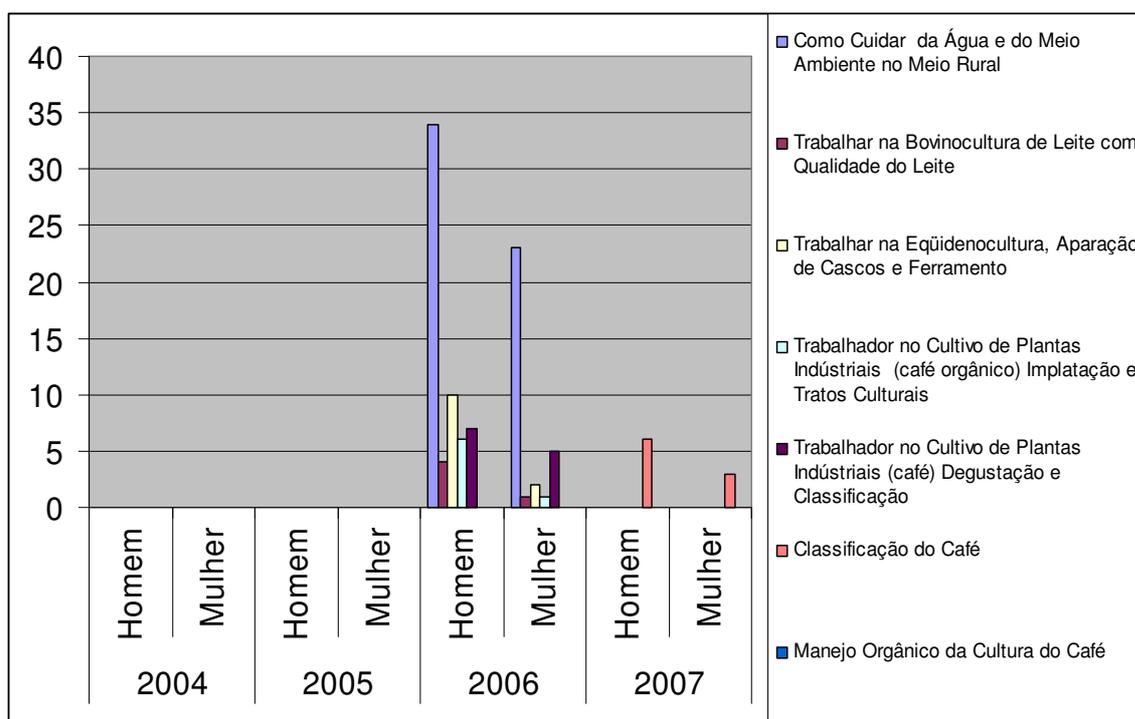
### 7.1.11 Pela DAC (Divisão de Assuntos Comunitários)

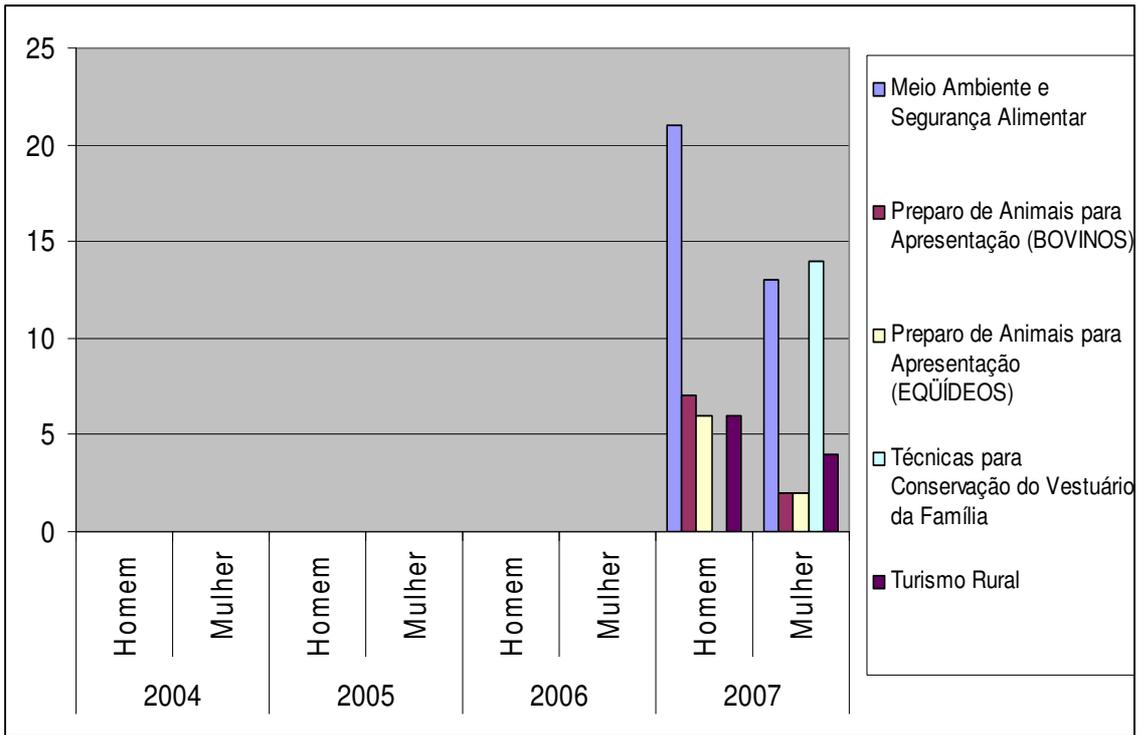


### 7.1.12 Por convidados externos -SAAE/CBCN

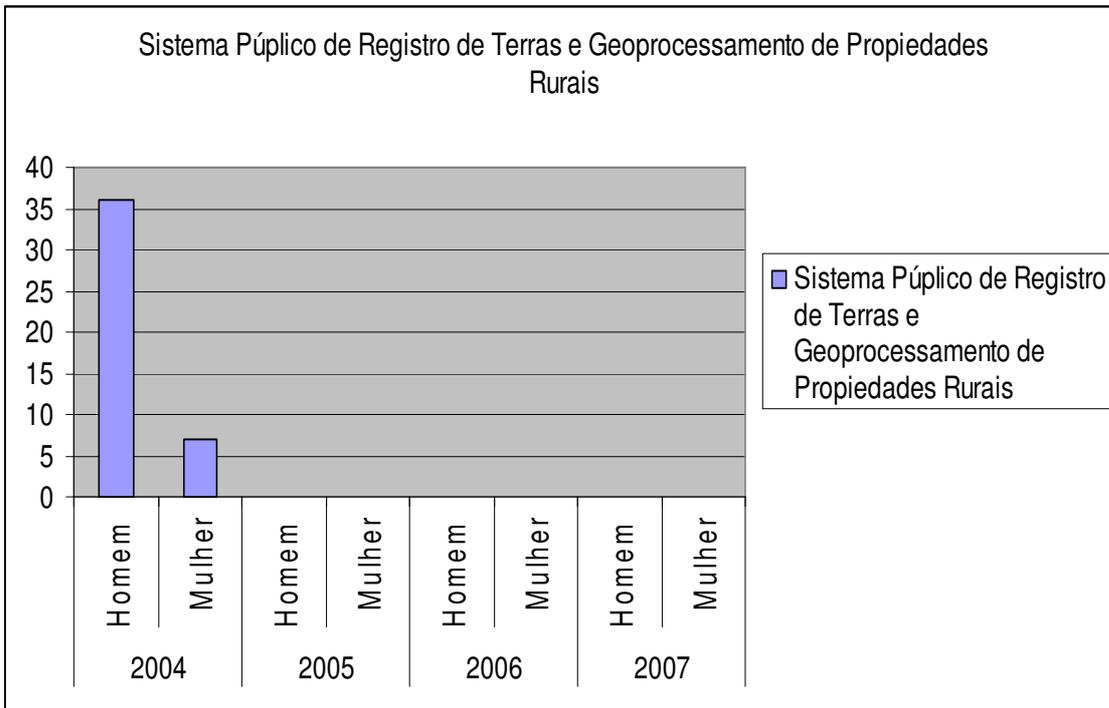


### 7.1.13 Pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)

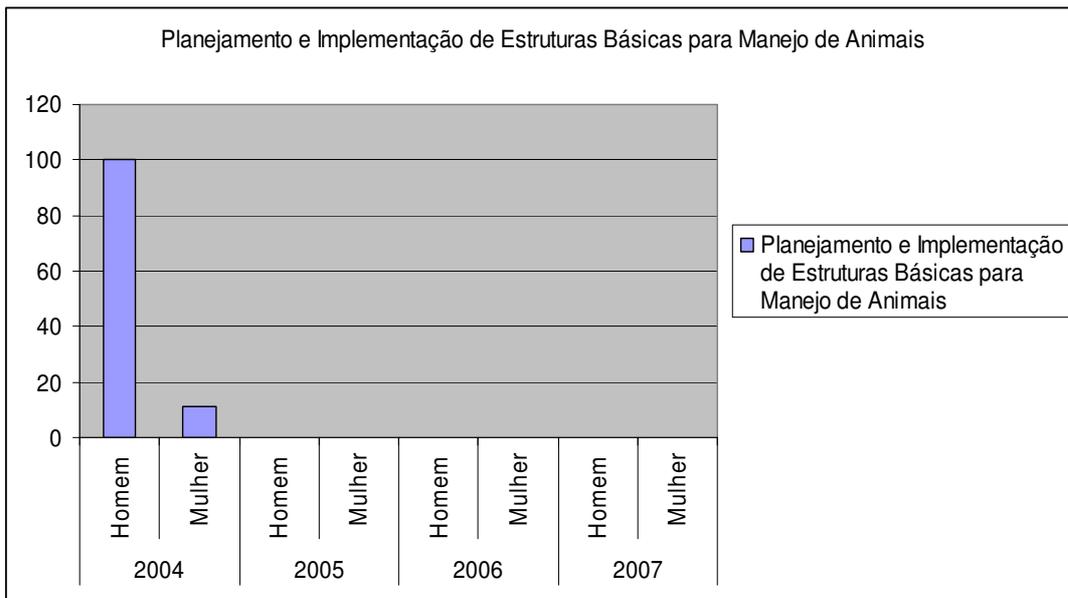




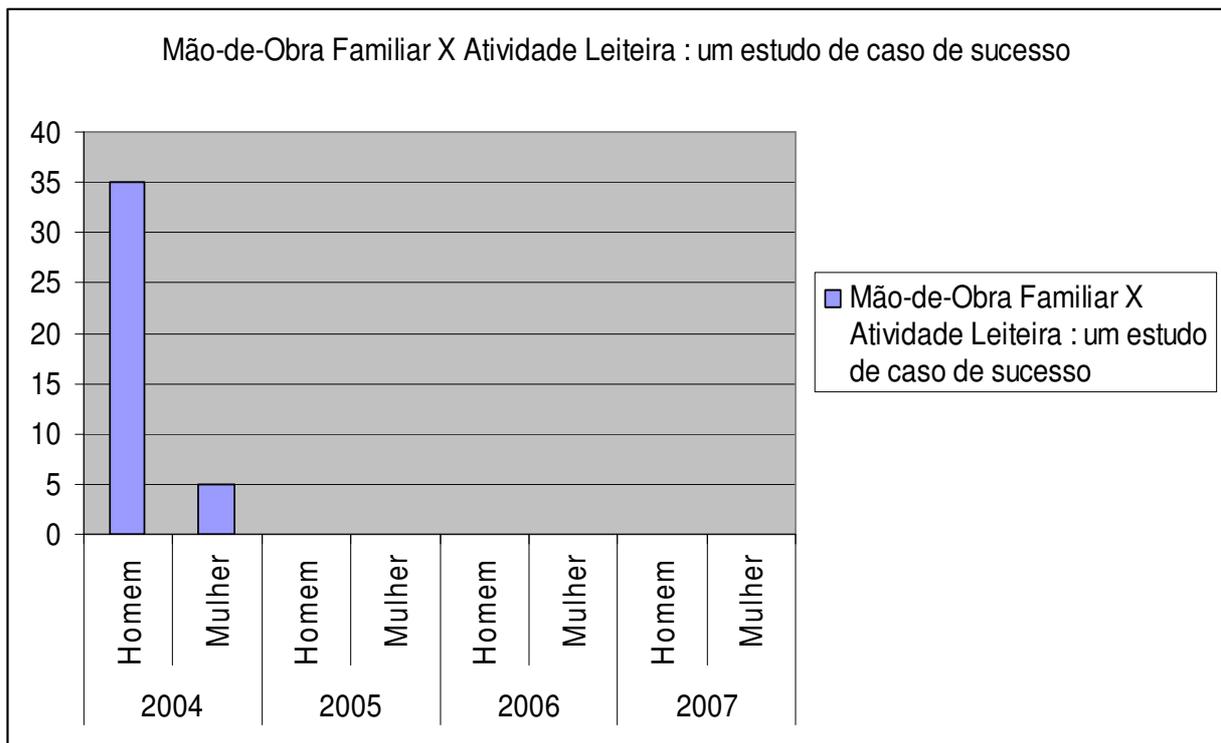
**7.1.14 Pelo INCRA**



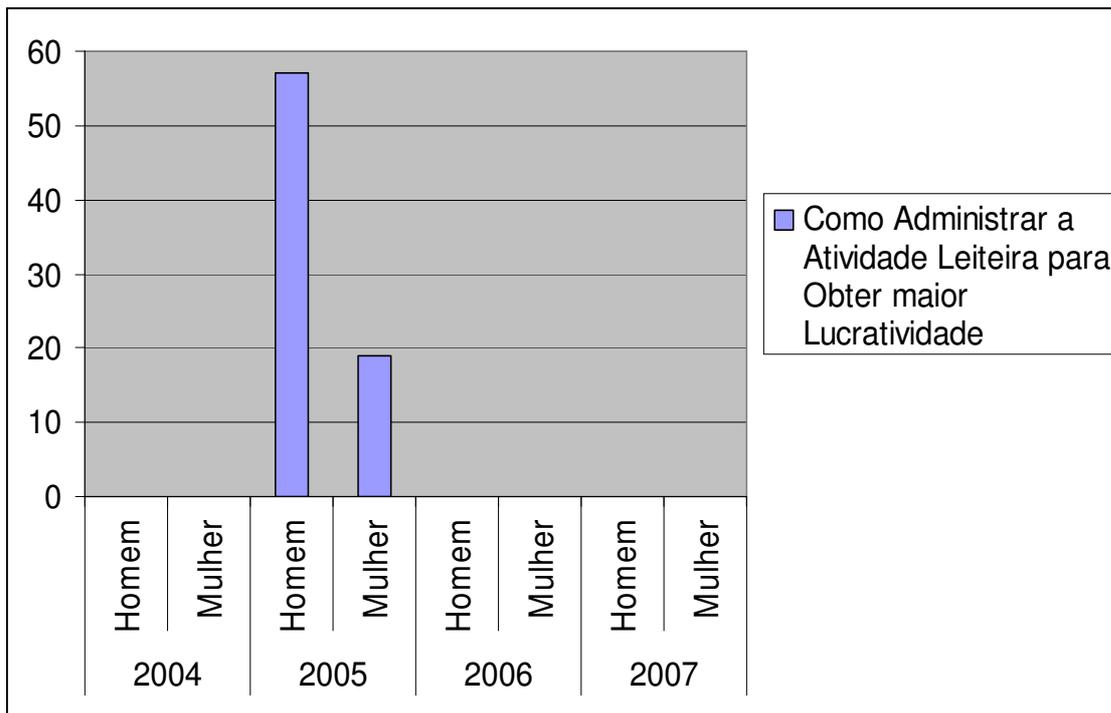
### 7.1.15 Pela Belgo Mineira



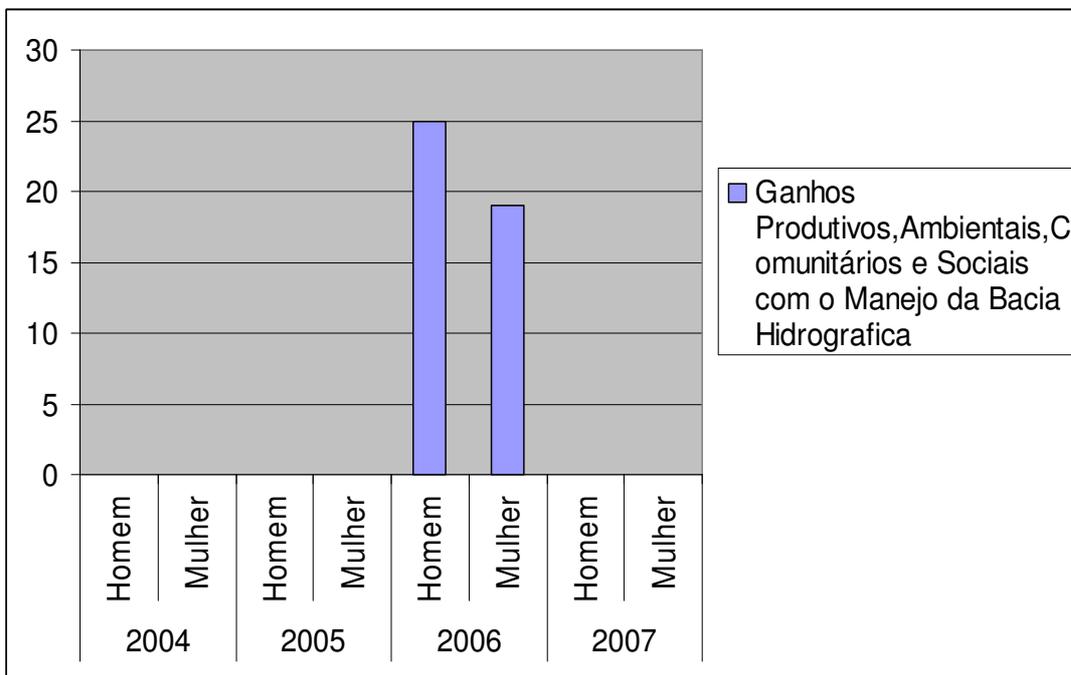
### 7.1.16 Pelo Convênio Funarbe – Nestlé



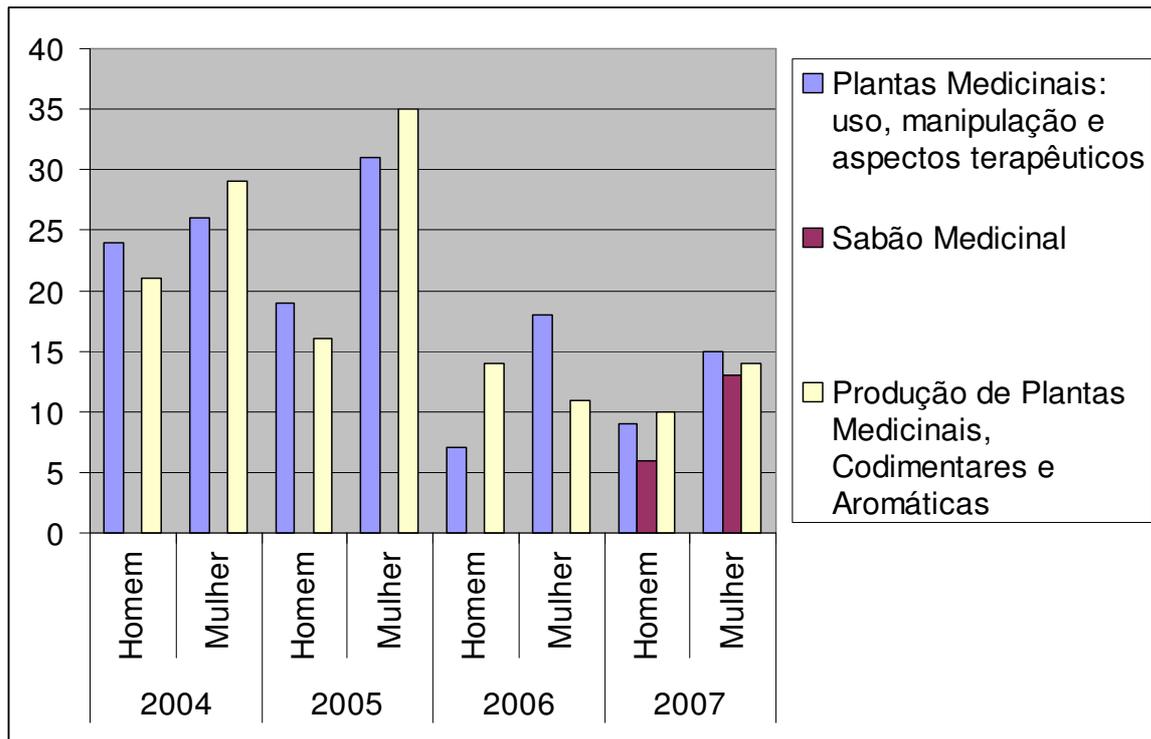
**7.1.17 Pelo Convênio DPA/FUNARBE/UFV**



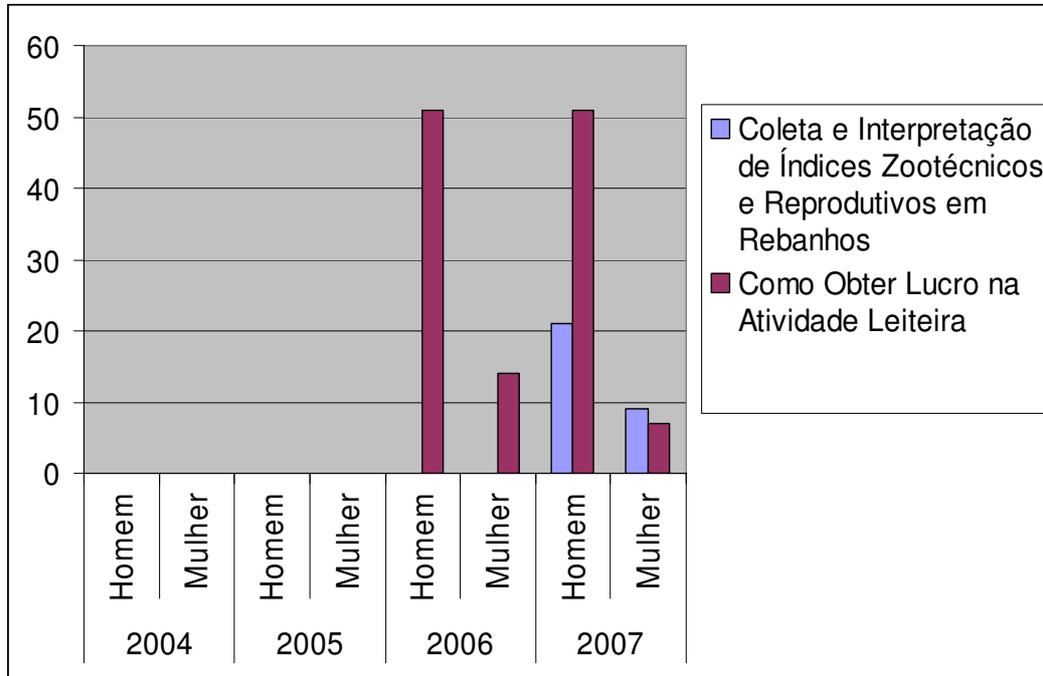
**7.1.18 Pelo COLUNI (Colégio Universitário da UFV)**



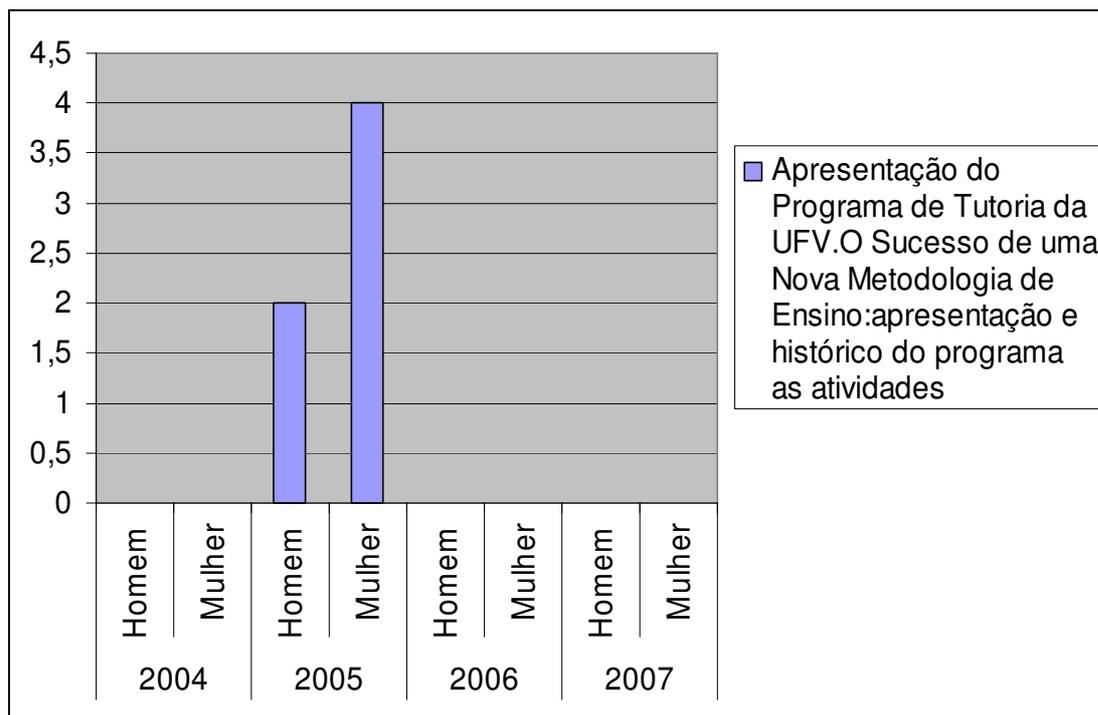
### 7.1.19 Pelo Grupo Entre Folhas



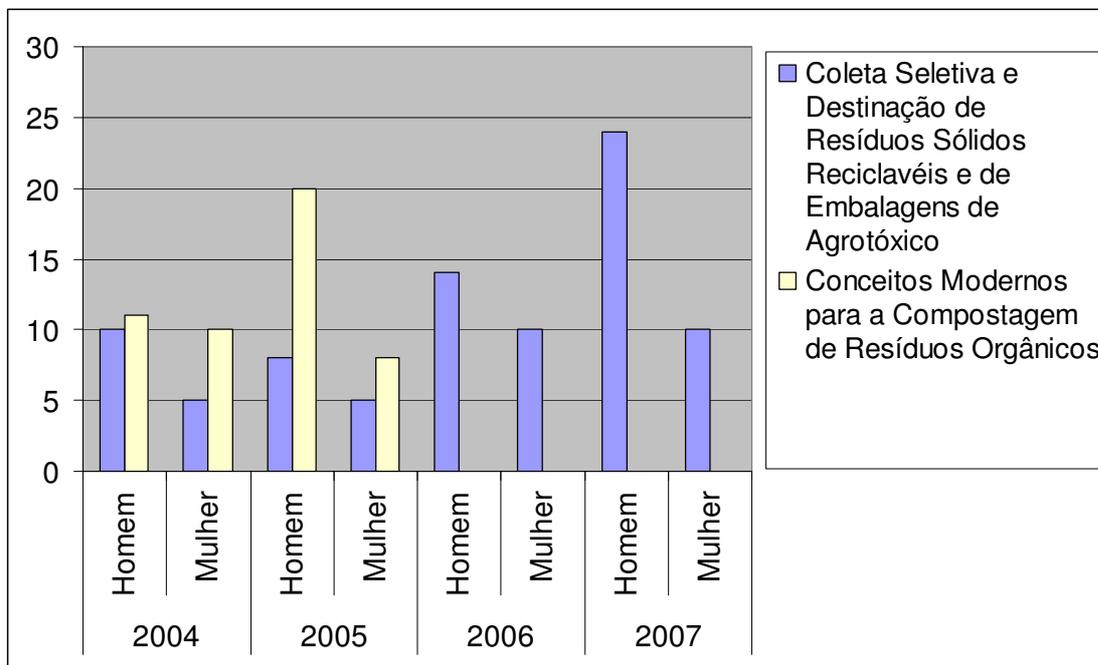
### 7.1.20 Pelo PDPL-CONVÊNIO FUNARBE/NESTLÉ/UFV



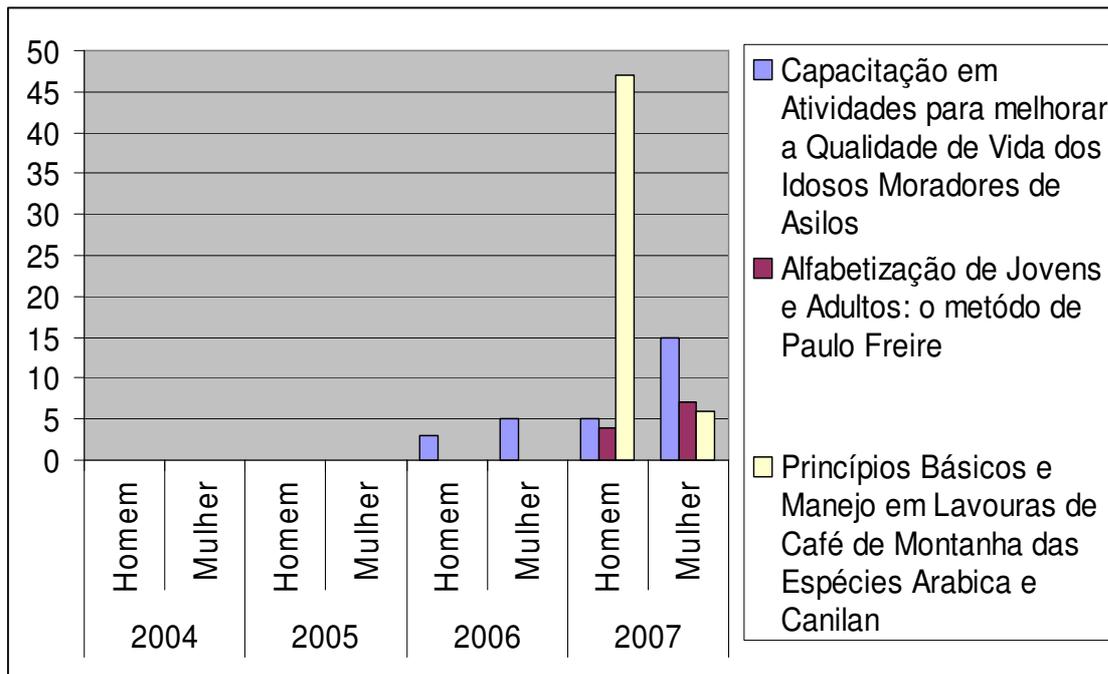
### 7.1.21 Pela Pró-Reitoria de Ensino



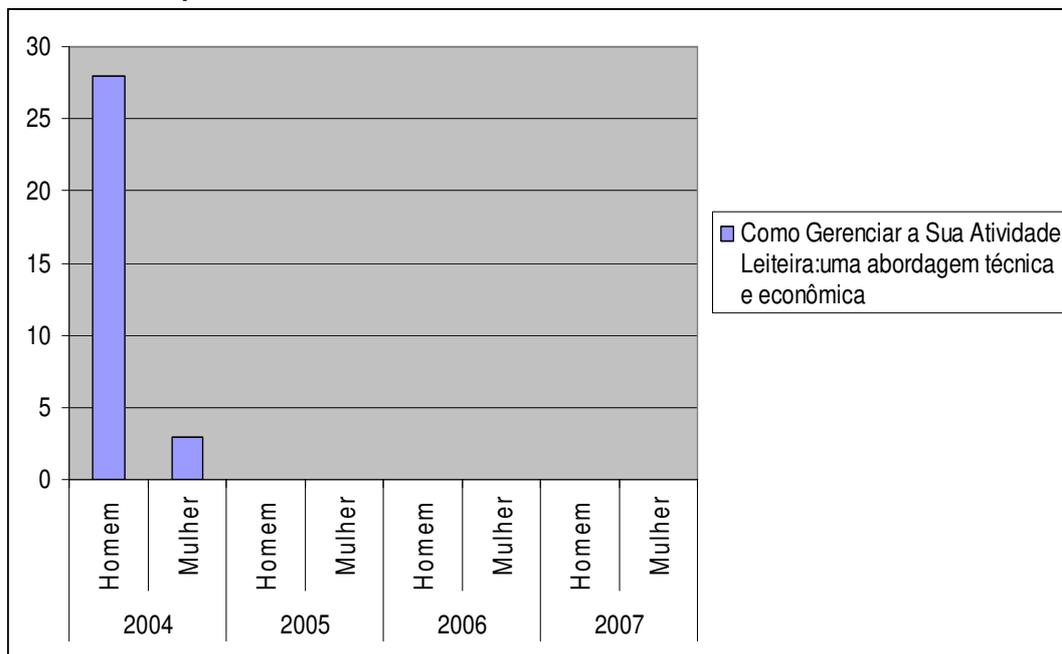
### 7.1.22 Pelo Projeto Reciclar (ASBEN)



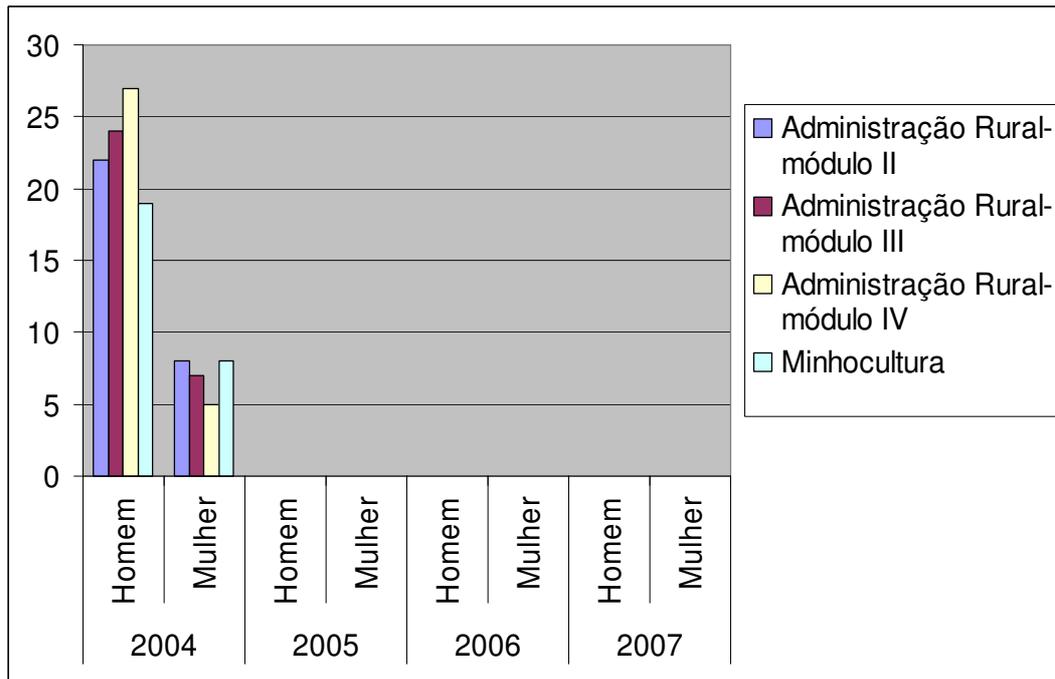
### 7.1.23 Pela Divisão de Extensão



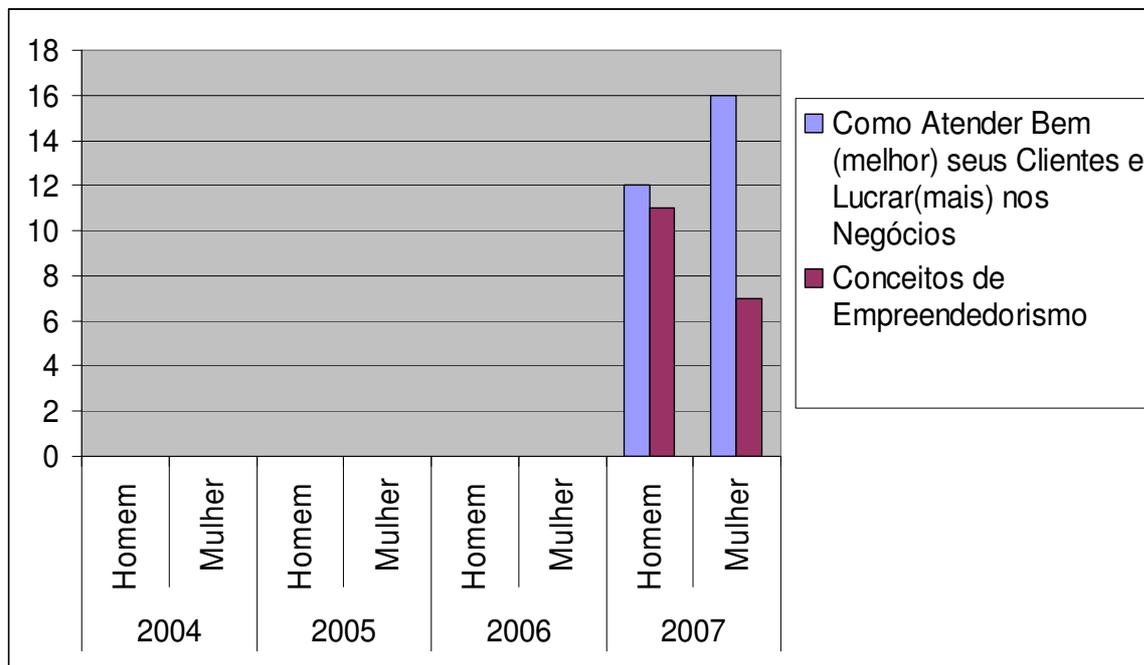
### 7.1.24 Pelo Depto der Zootecnia/Convênio Funarbe-Nestlé



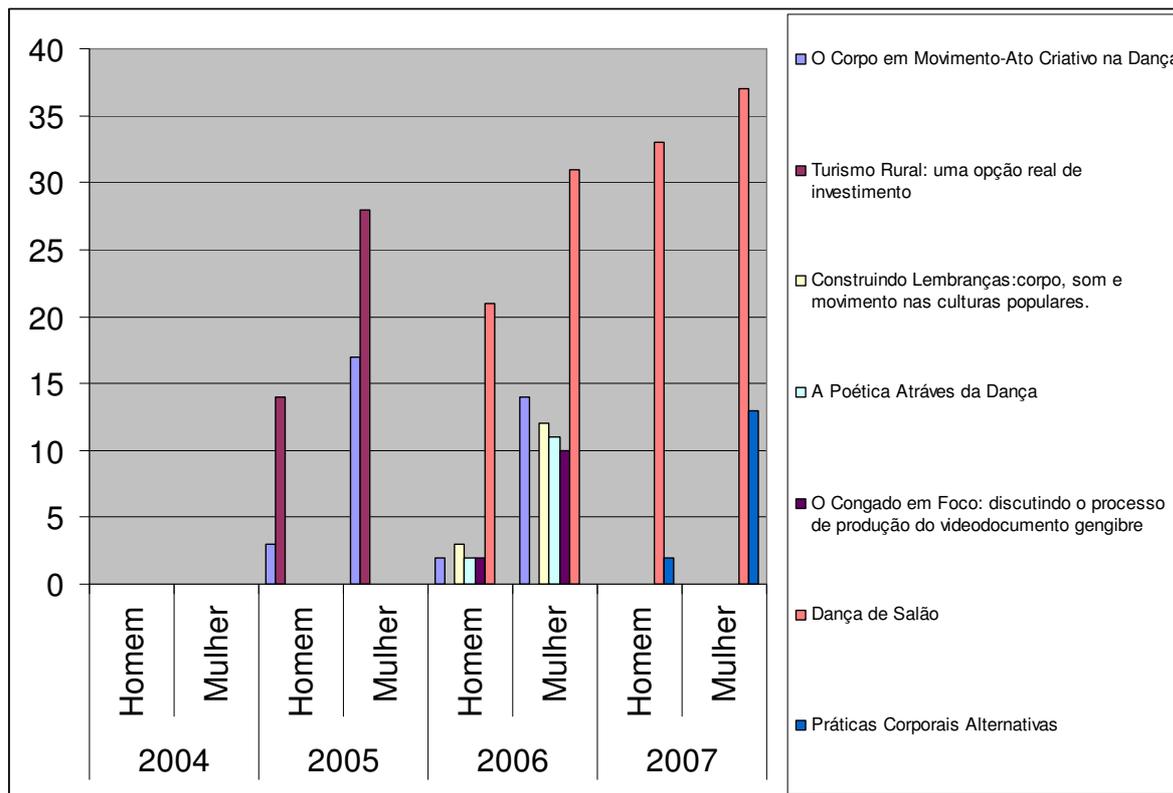
### 7.1.25 Pelo CEDAF



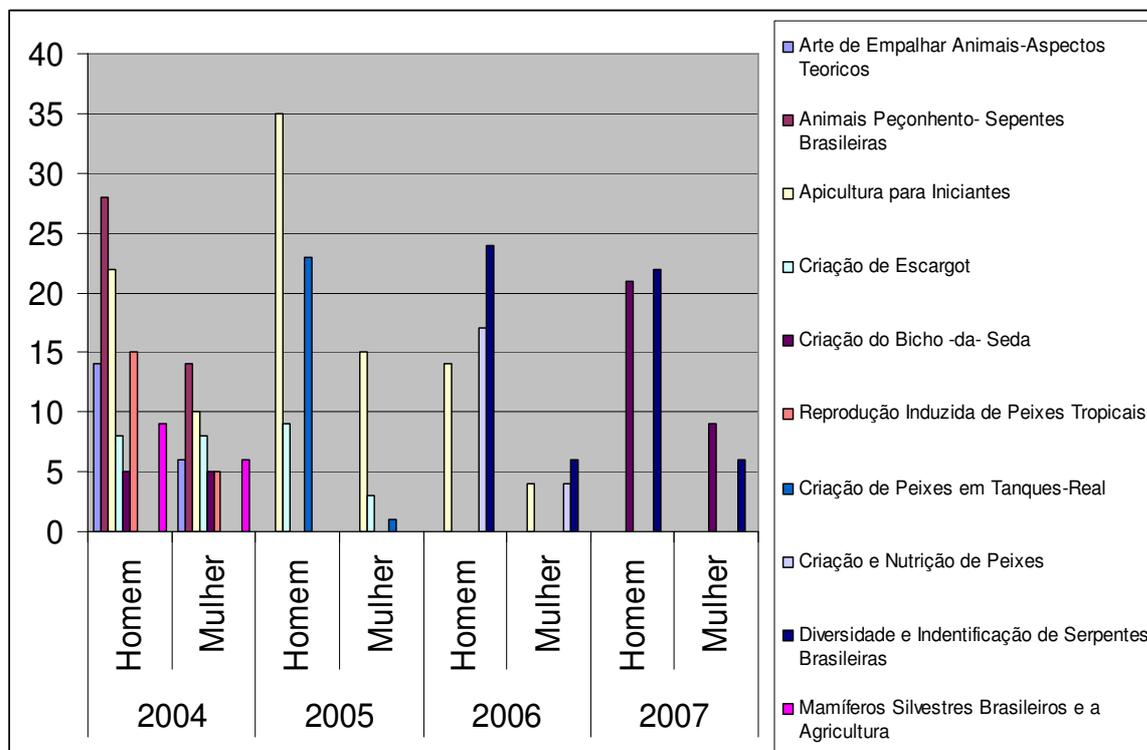
### 7.1.26 Pelo Departamento de Administração

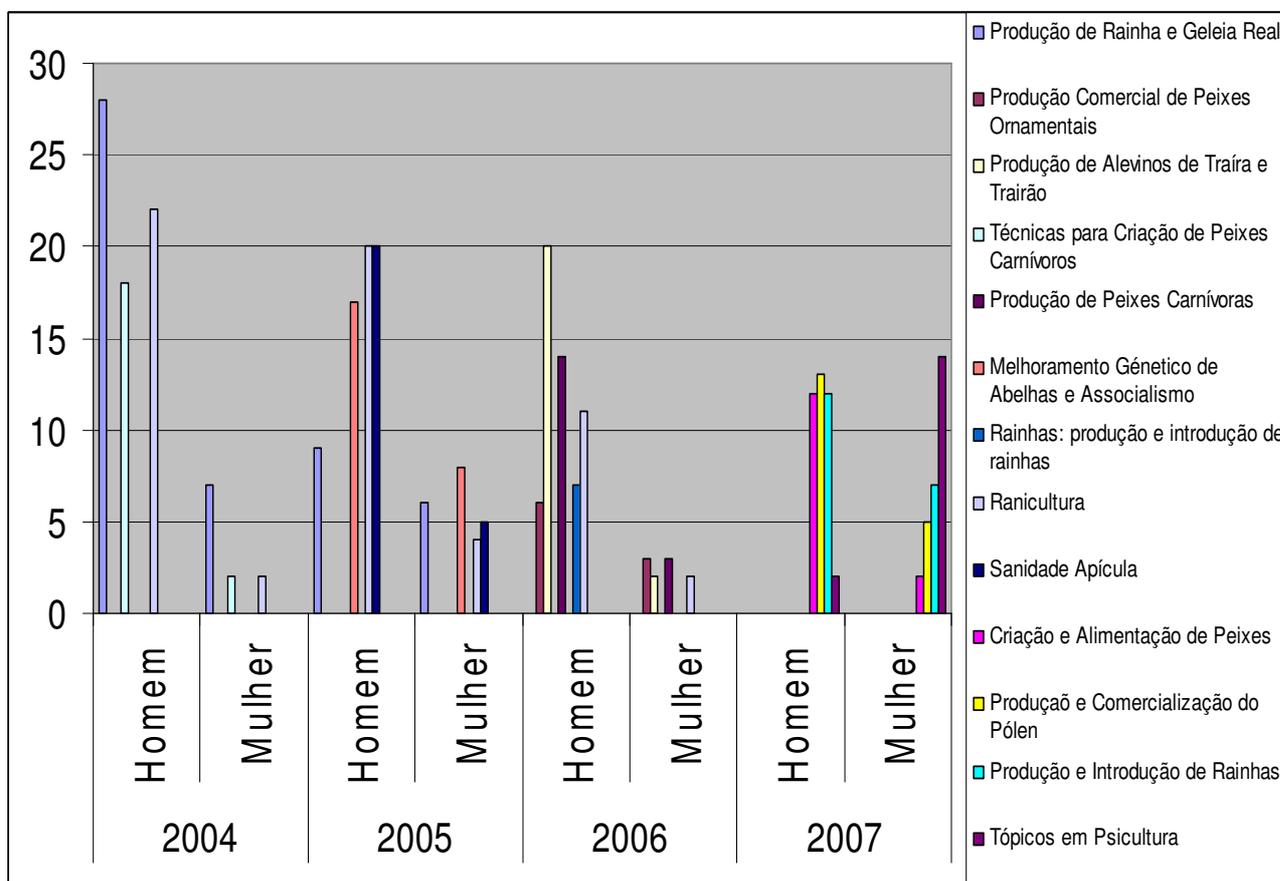
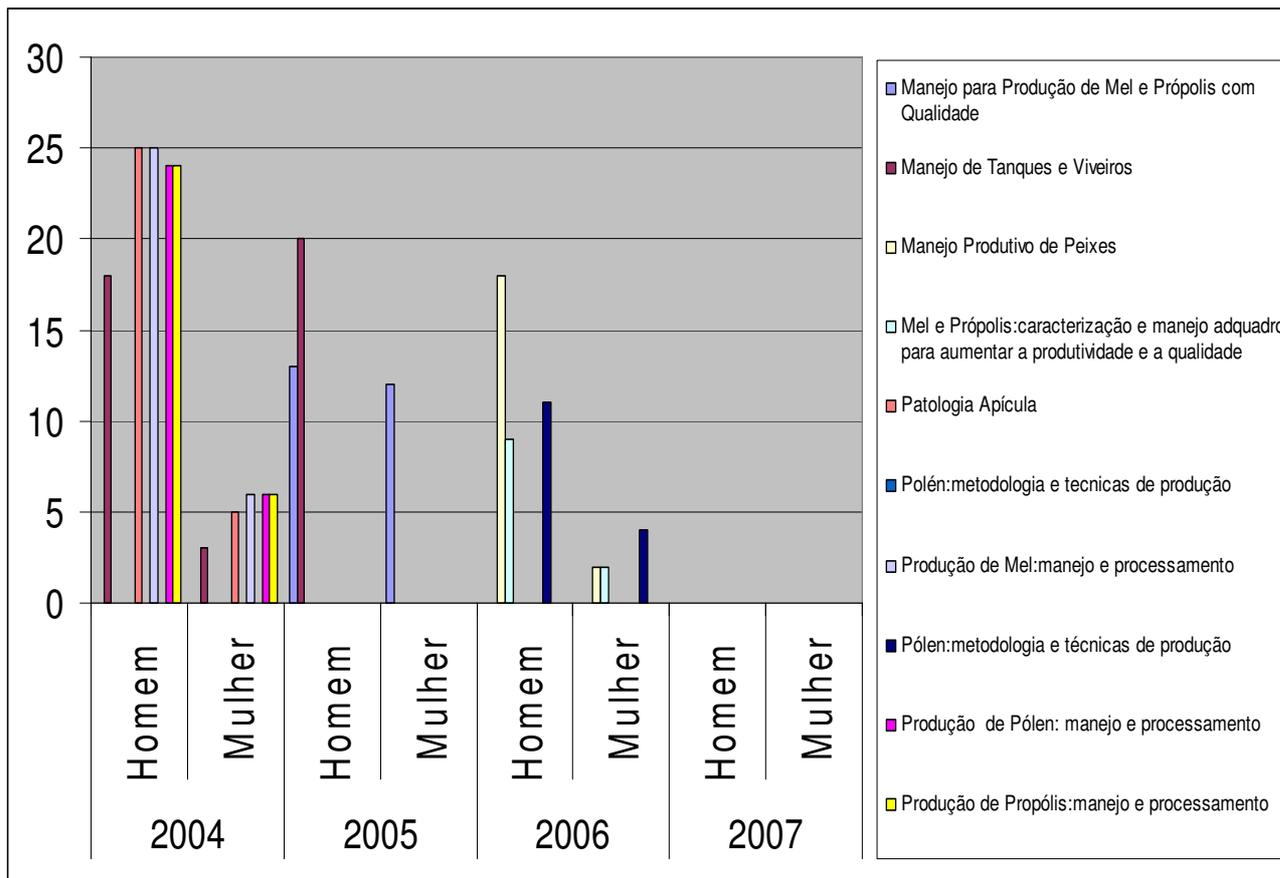


### 7.1.27 Pelo Departamento de Artes e Humanidades

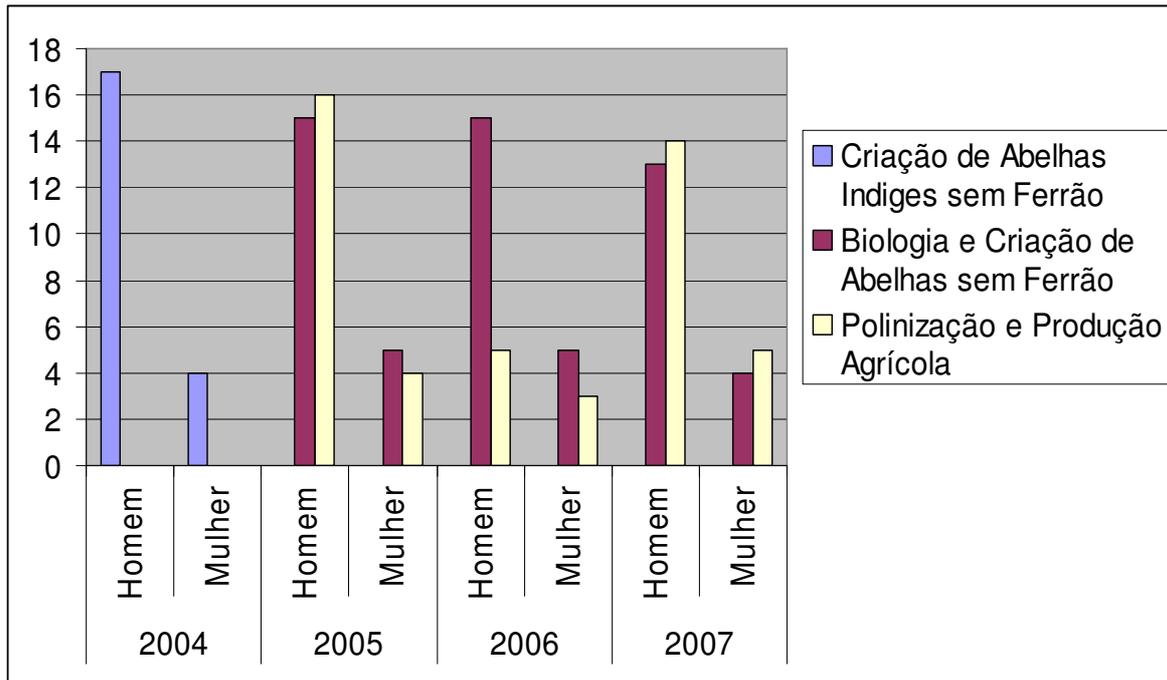


### 7.1.28 Pelo Departamento de Biologia Animal

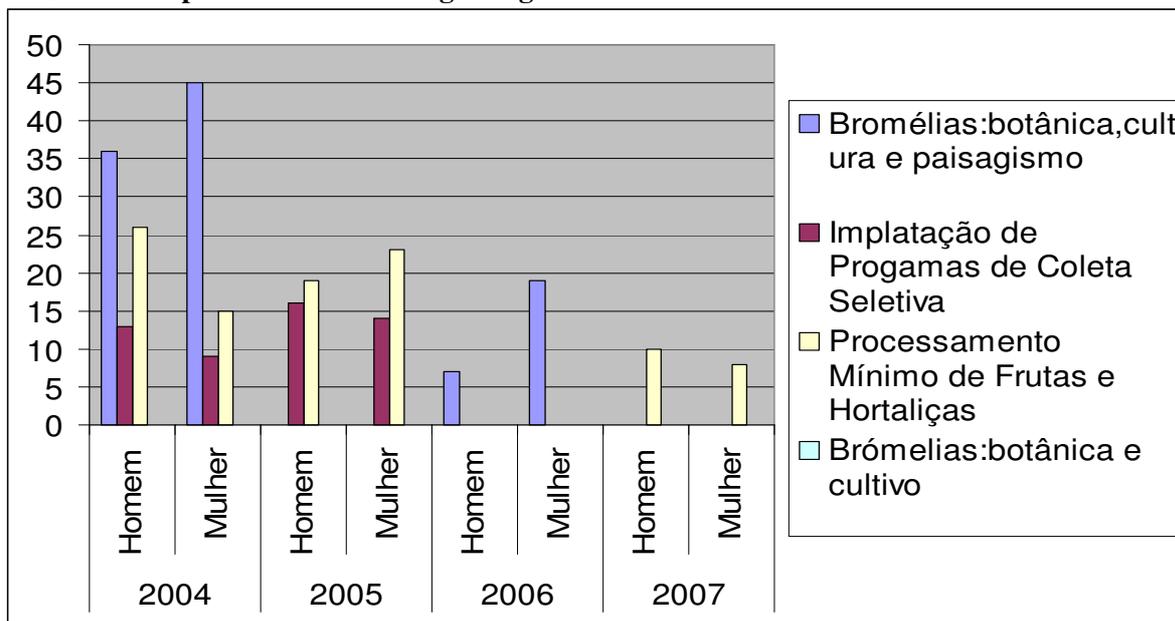




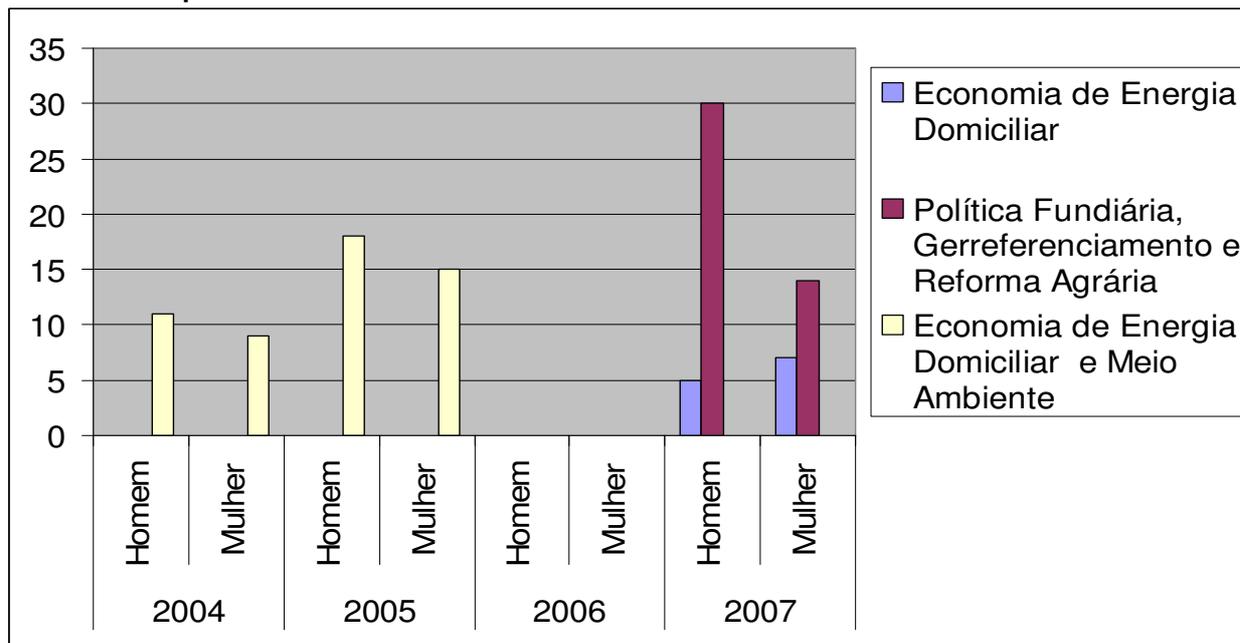
### 7.1.29 Pelo Departamento de Biologia Geral



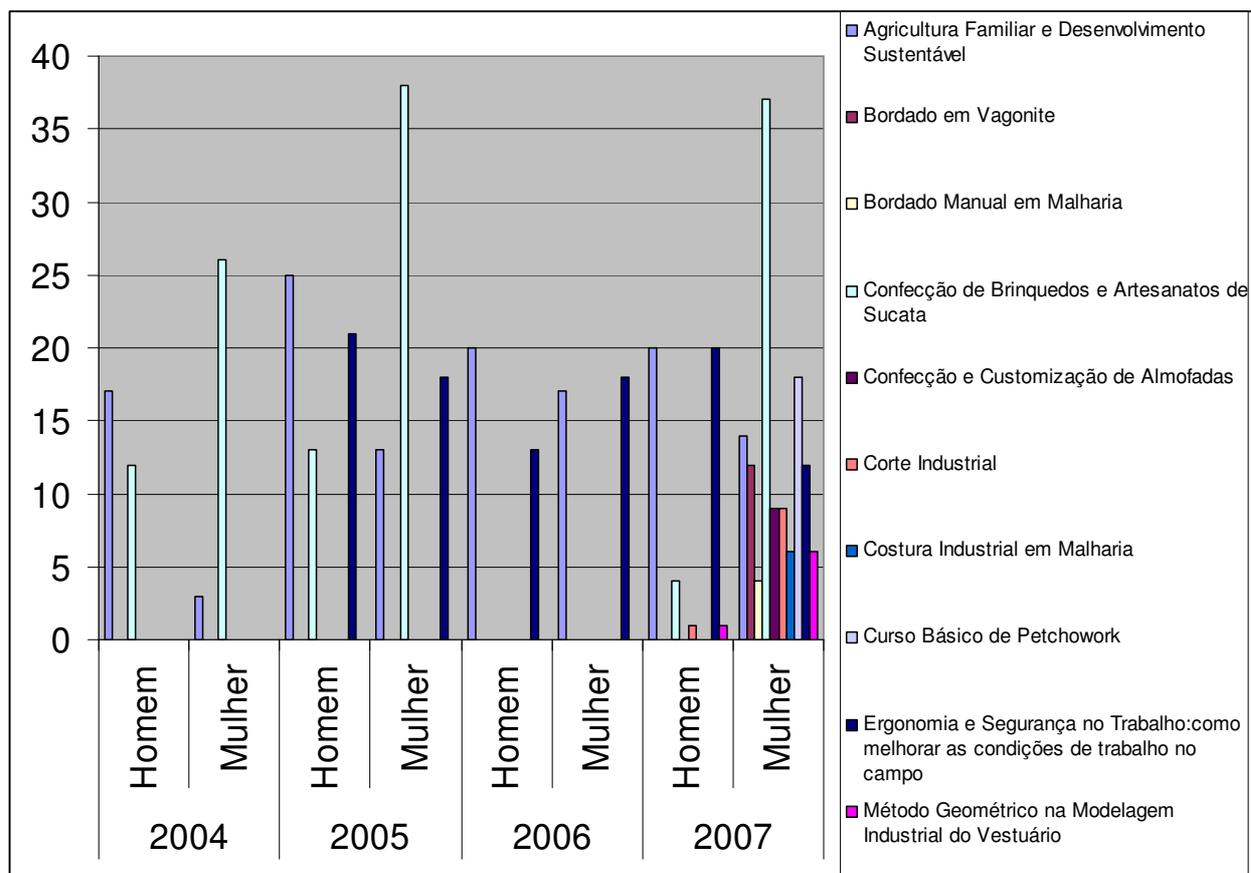
### 7.1.30 Pelo Departamento de Biologia Vegetal

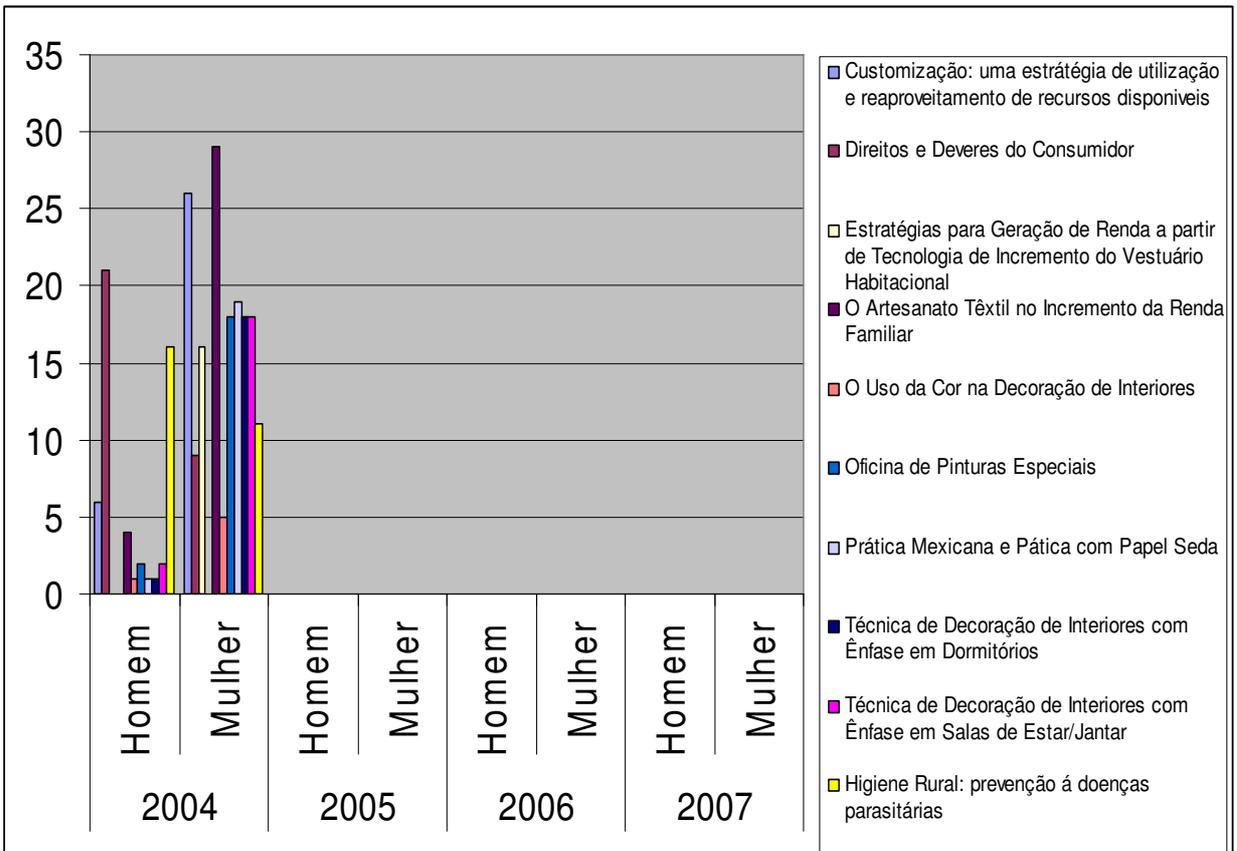
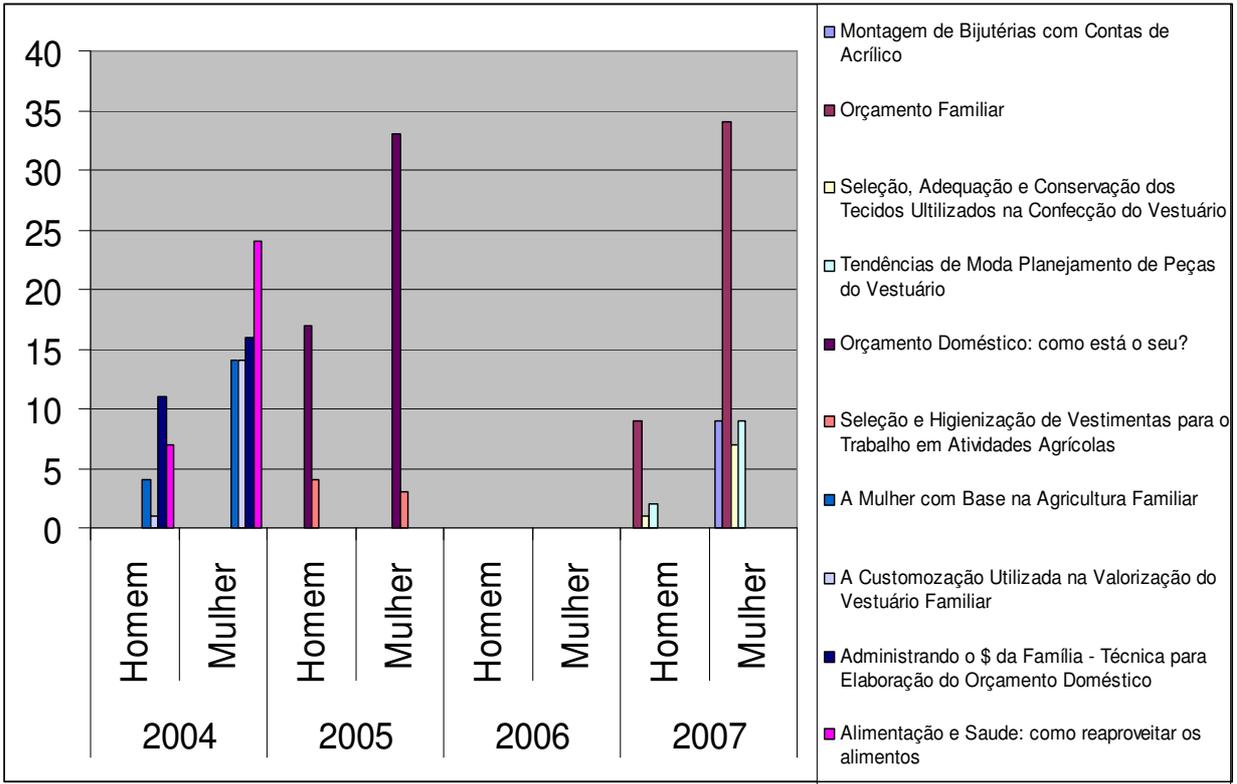


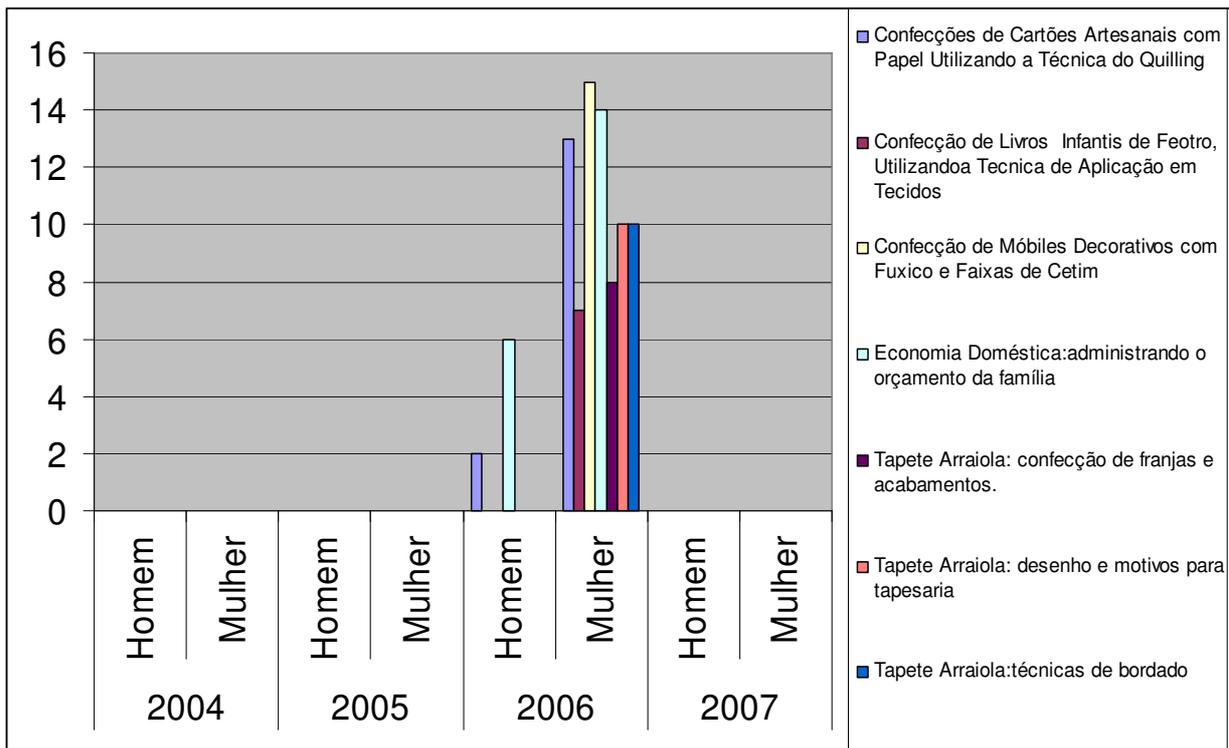
### 7.1.31 Pelo Departamento de Economia



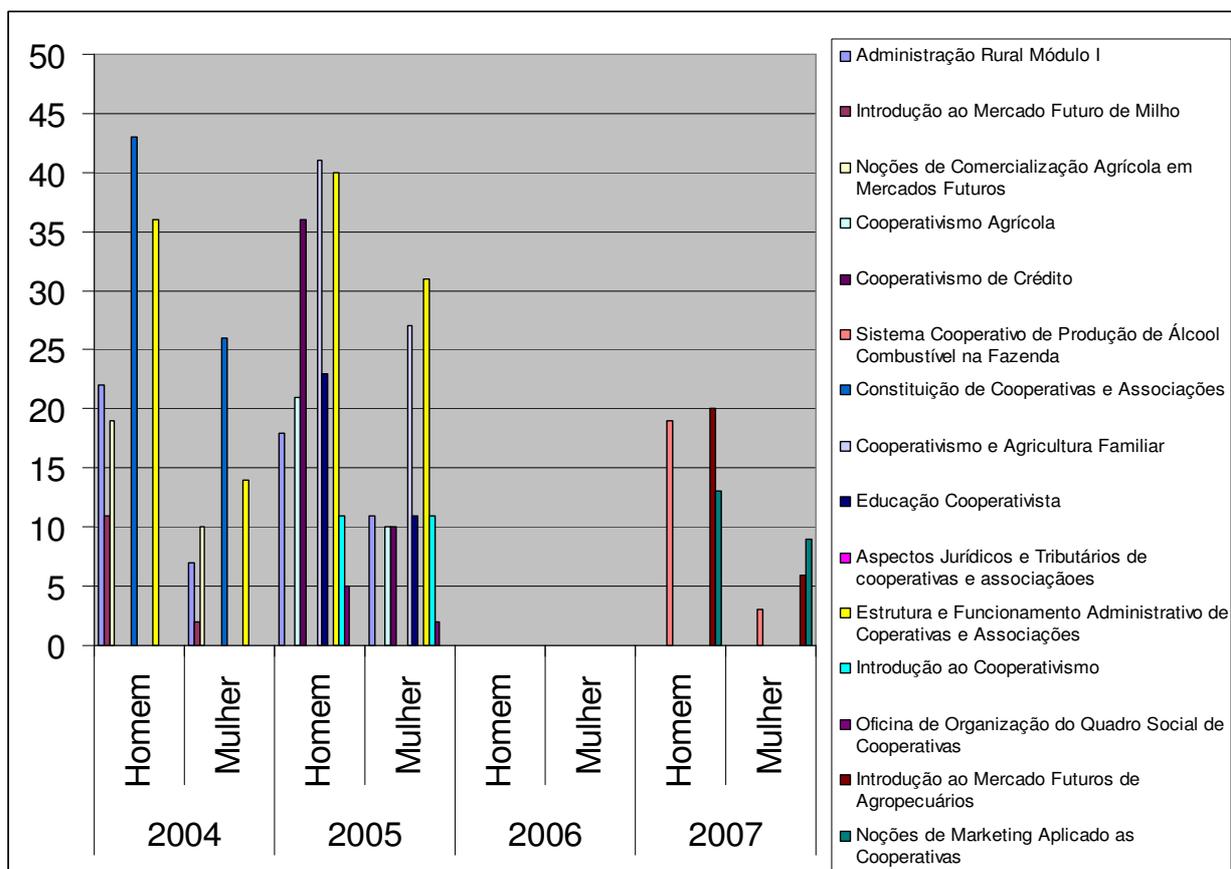
### 7.1.32 Pelo Departamento de Economia Doméstica



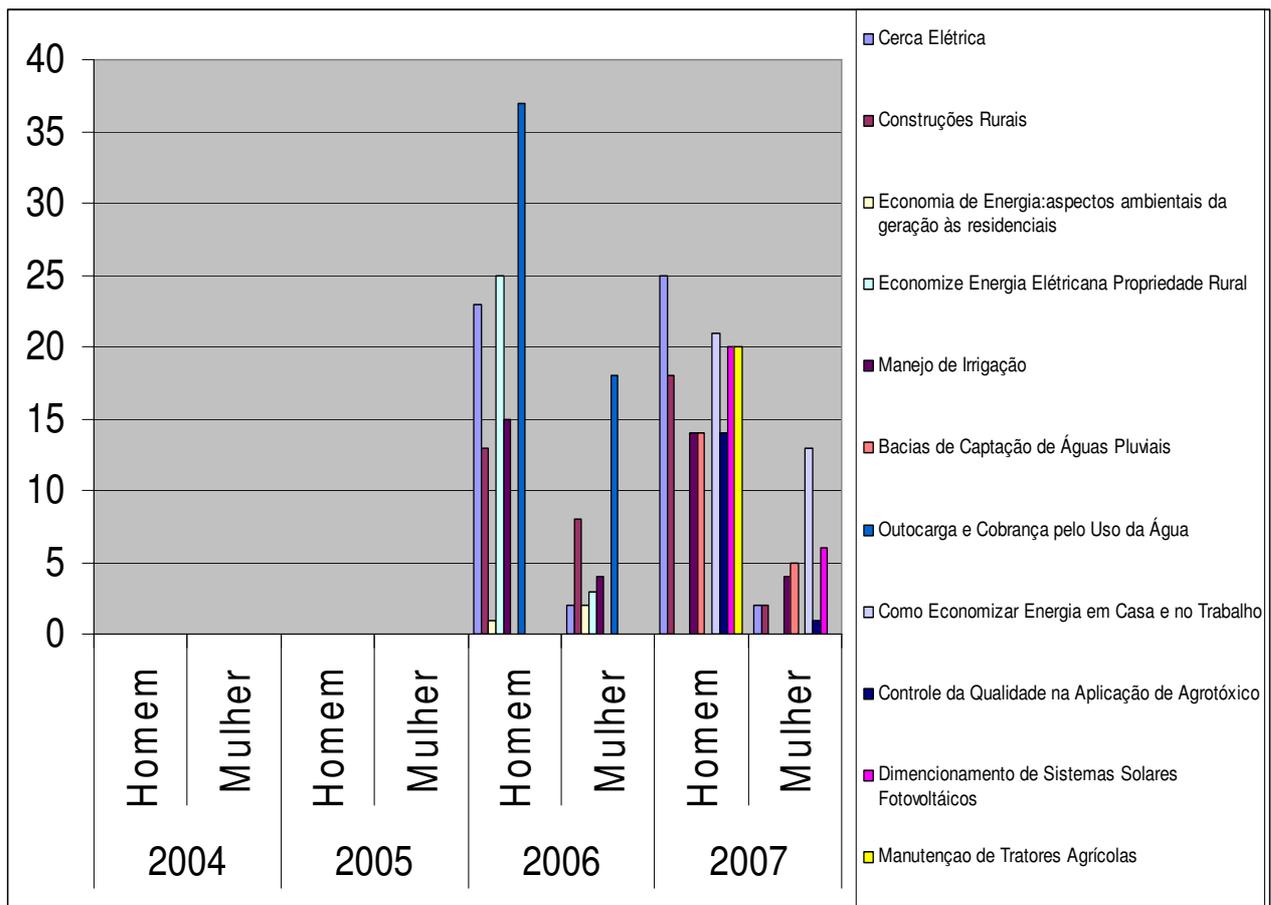
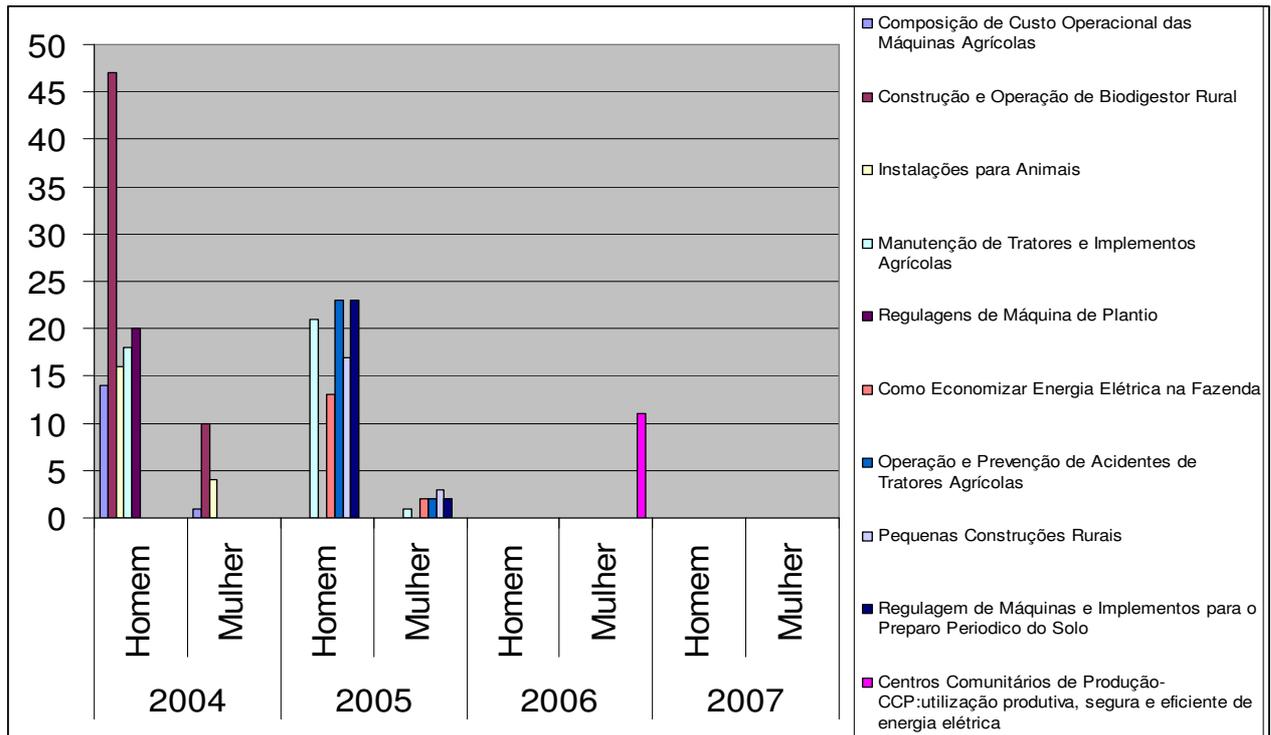




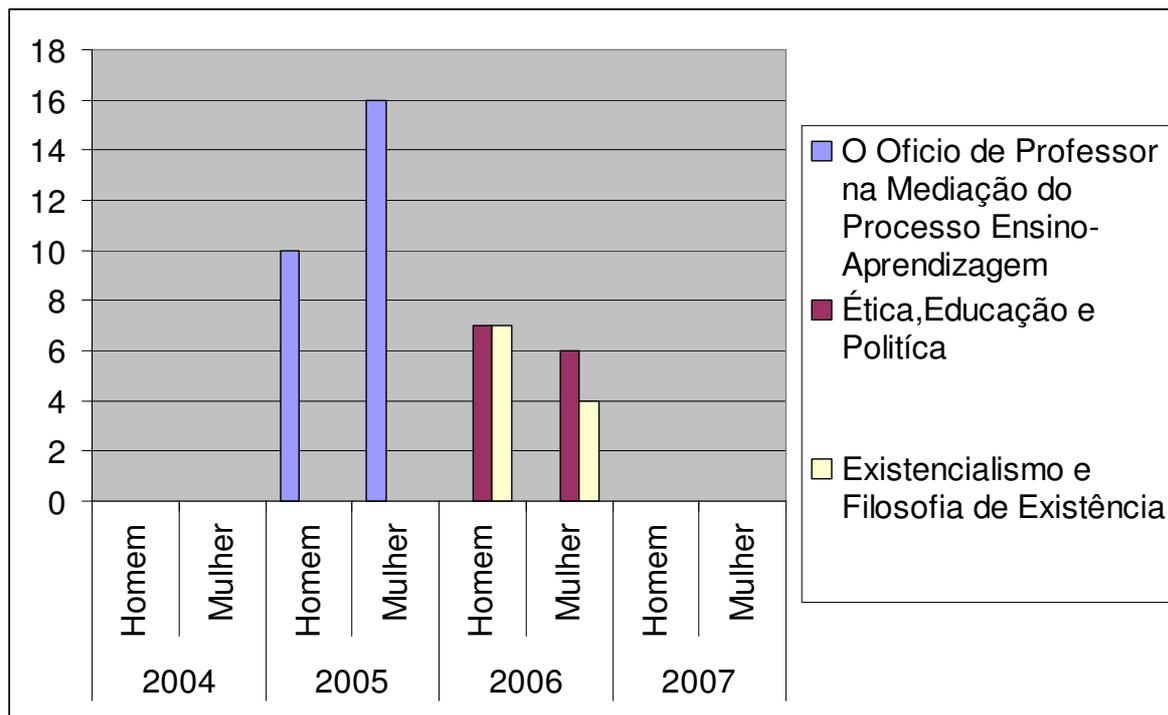
### 7.1.33 Pelo Departamento de Economia Rural



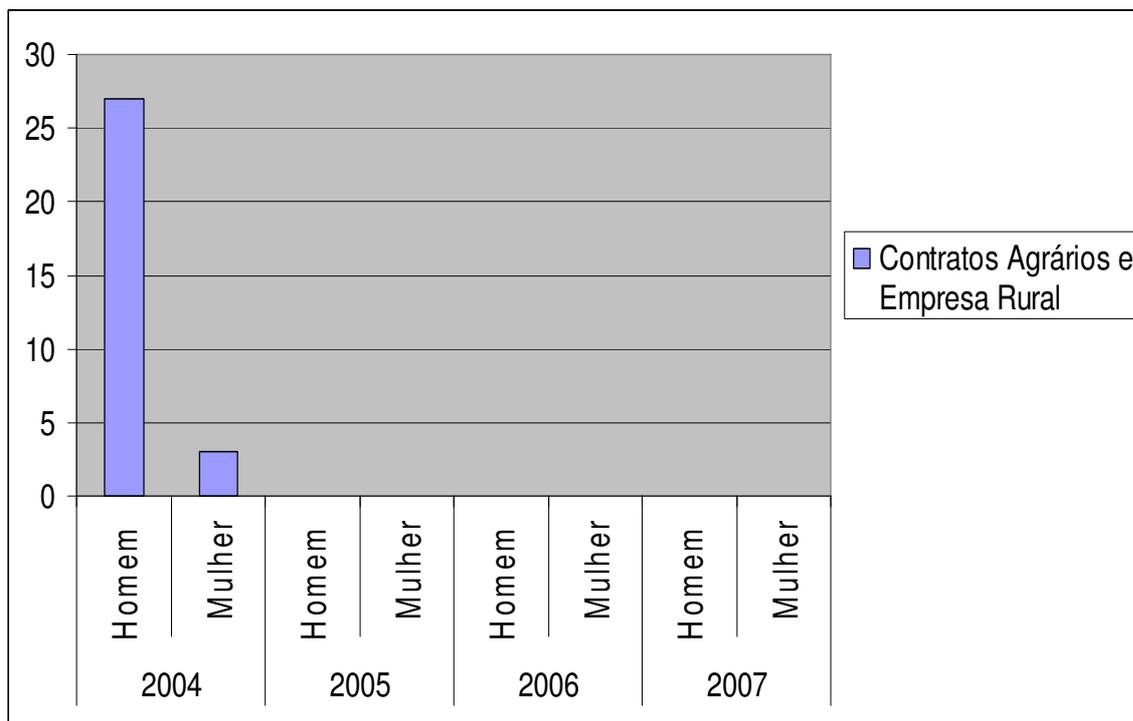
### 7.1.34 Pelo Departamento de Engenharia Agrícola



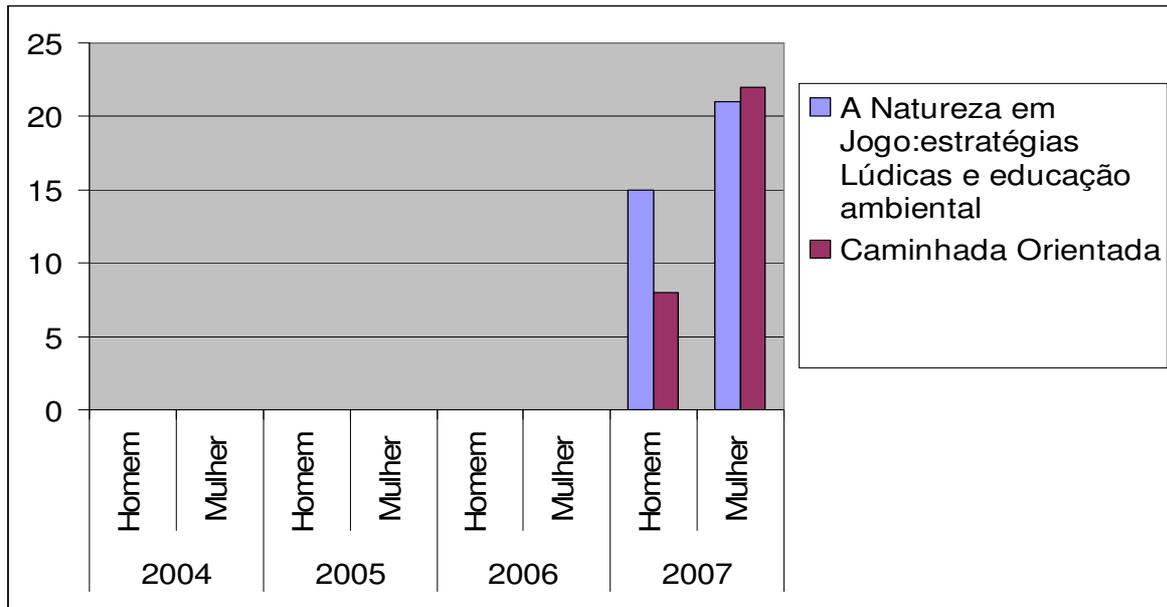
### 7.1.35 Pelo Departamento de Educação



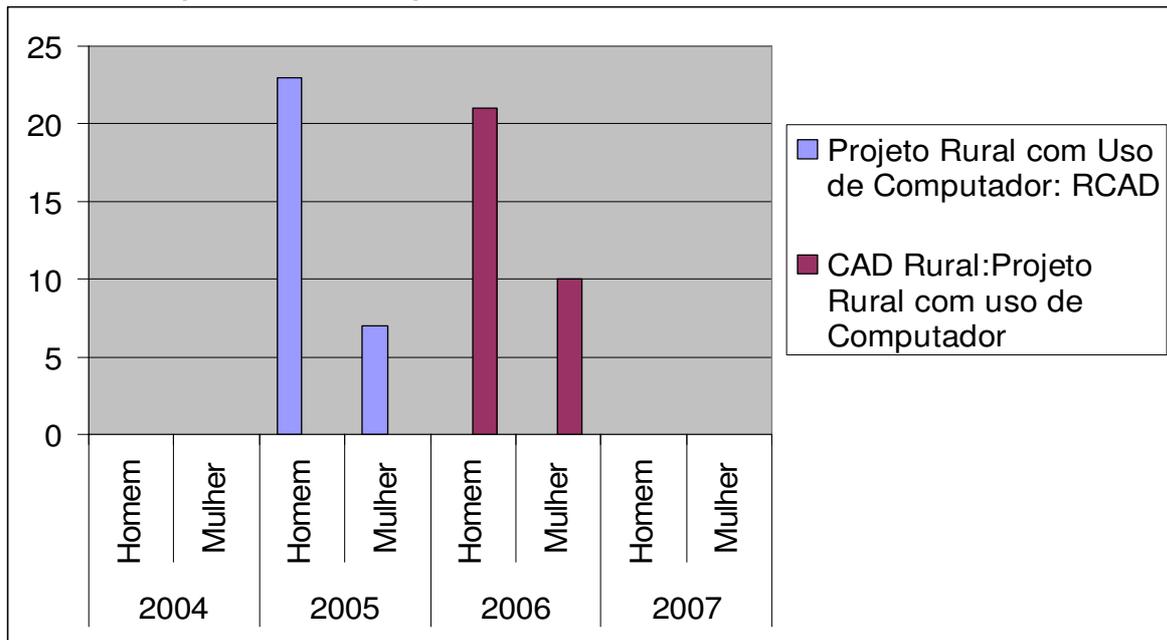
### 7.1.36 Pelo Departamento de Direito



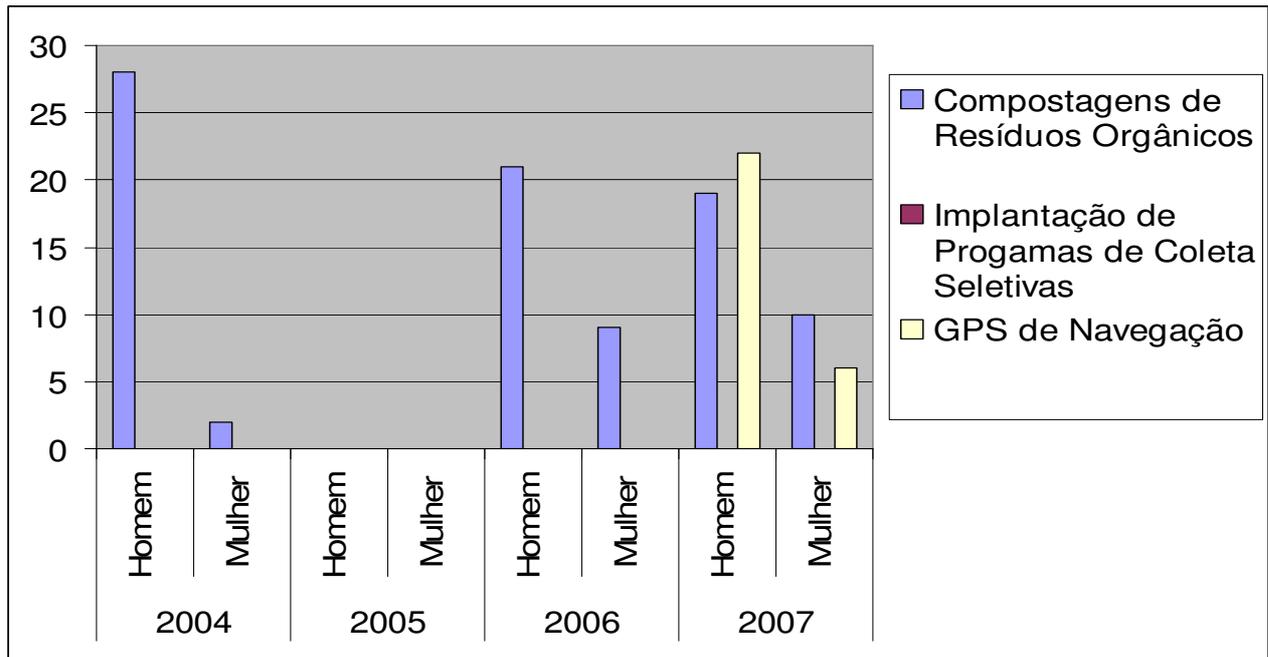
### 7.1.37 Pelo Departamento Educação Física



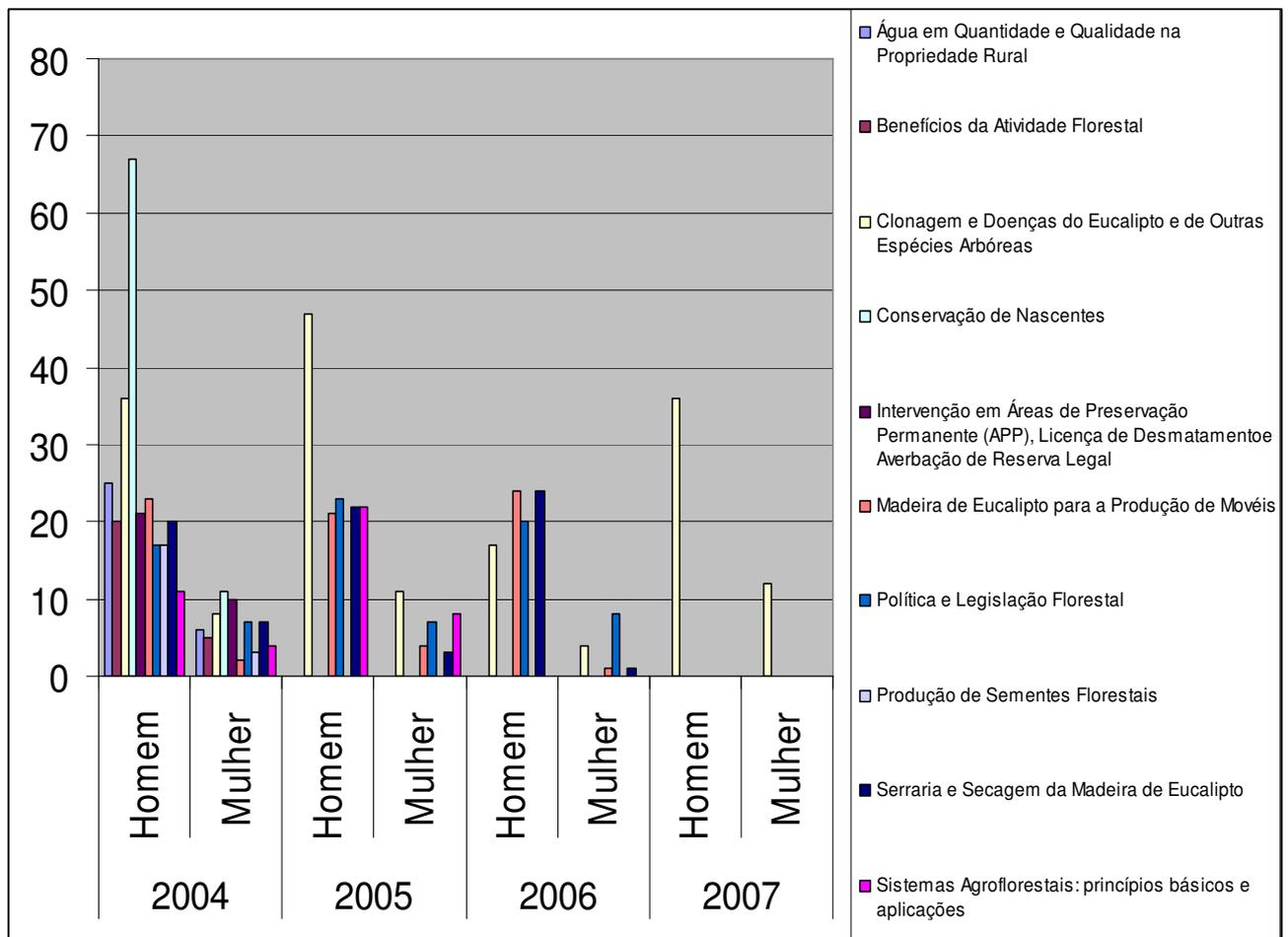
### 7.1.38 Pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo

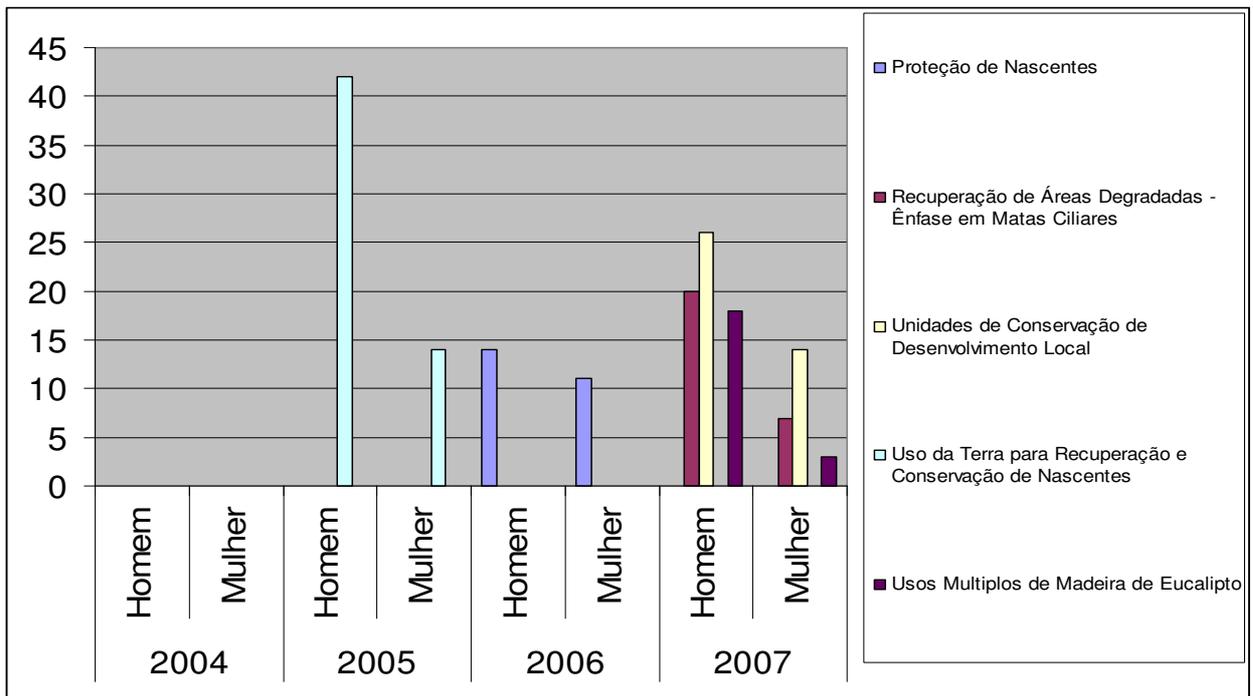
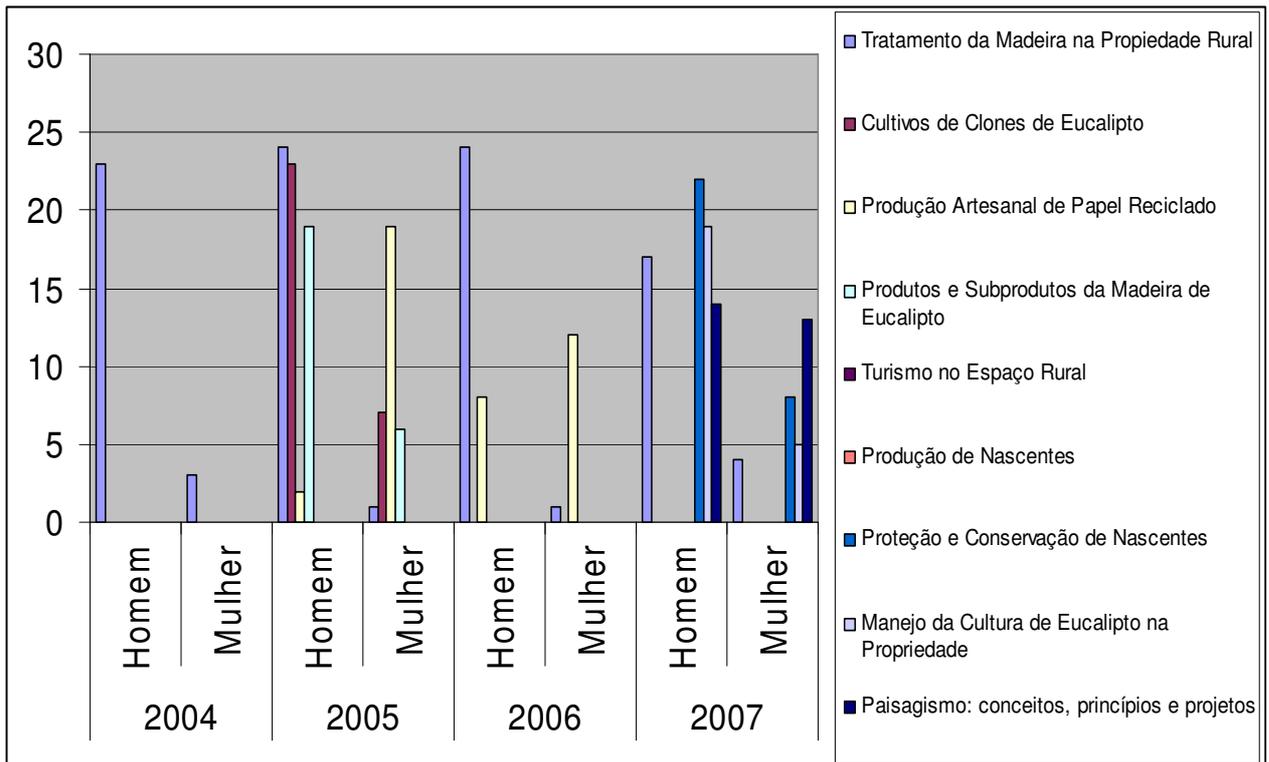


### 7.1.39 Pelo Departamento de Engenharia Civil

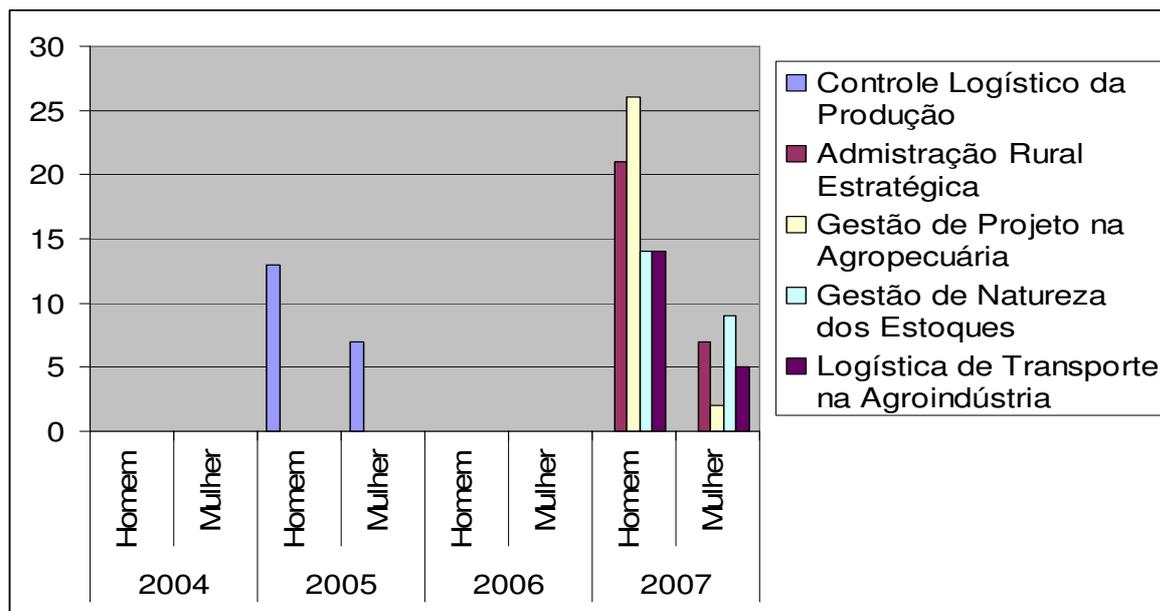


### 7.1.41 Pelo Departamento de Engenharia Florestal

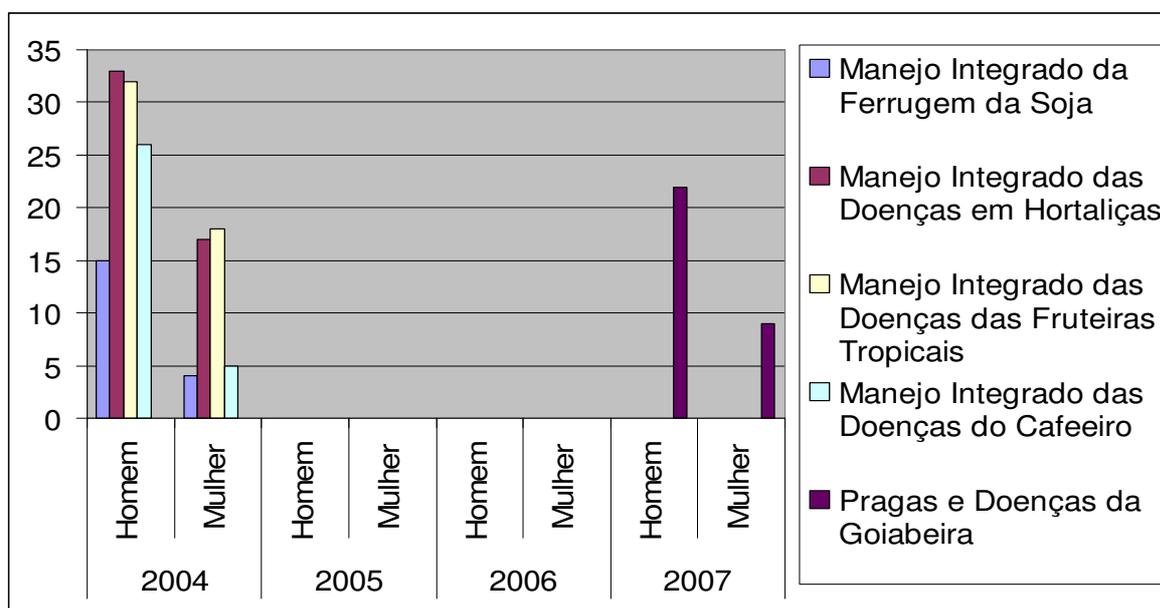




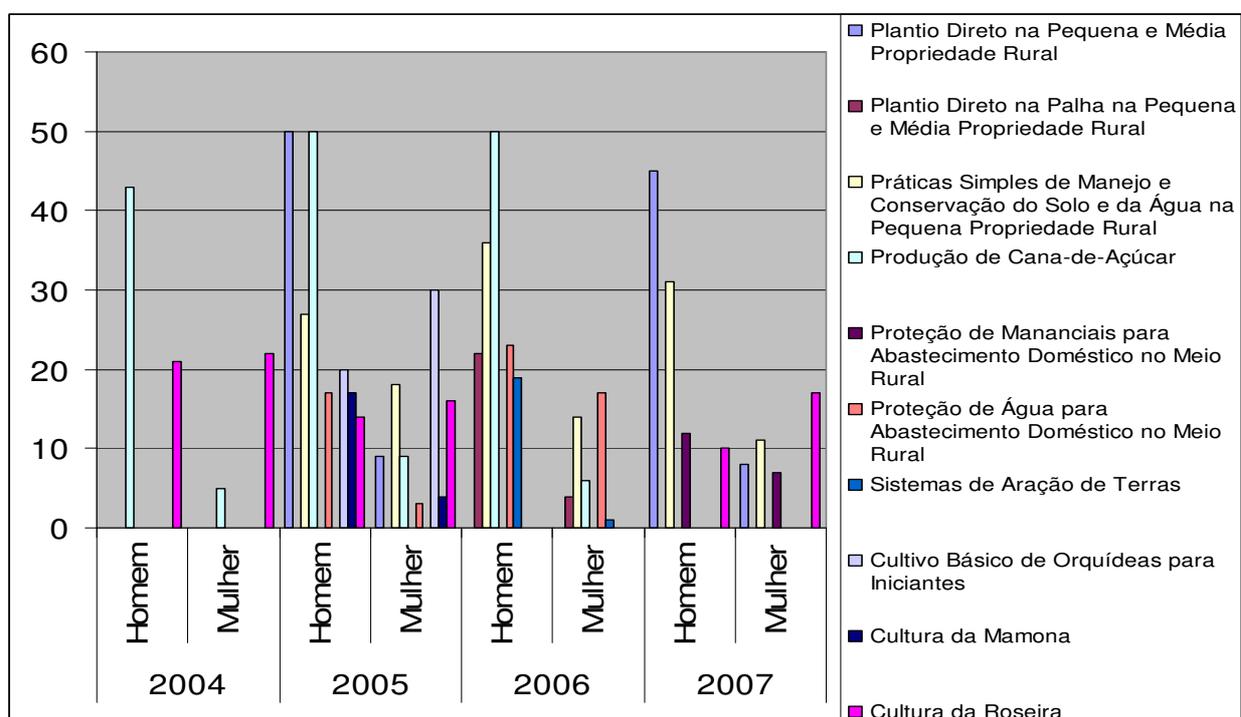
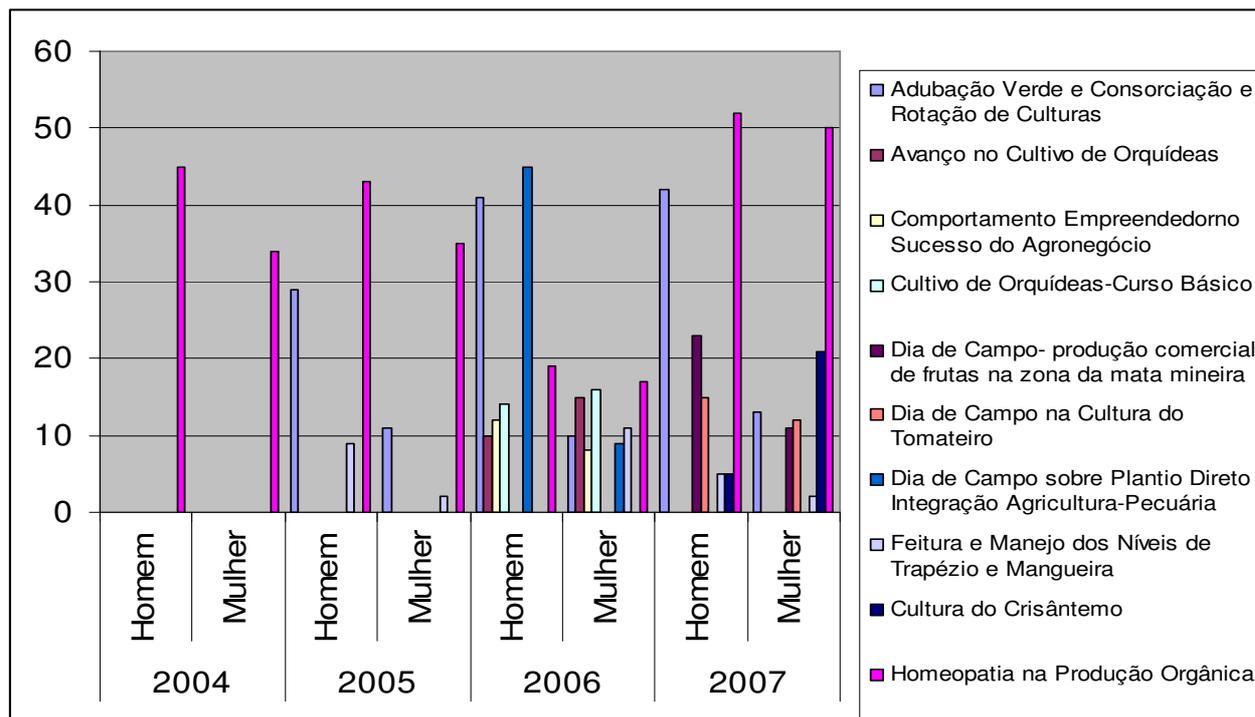
### 7.1.42 Pelo Departamento de Engenharia Elétrica e de Produção

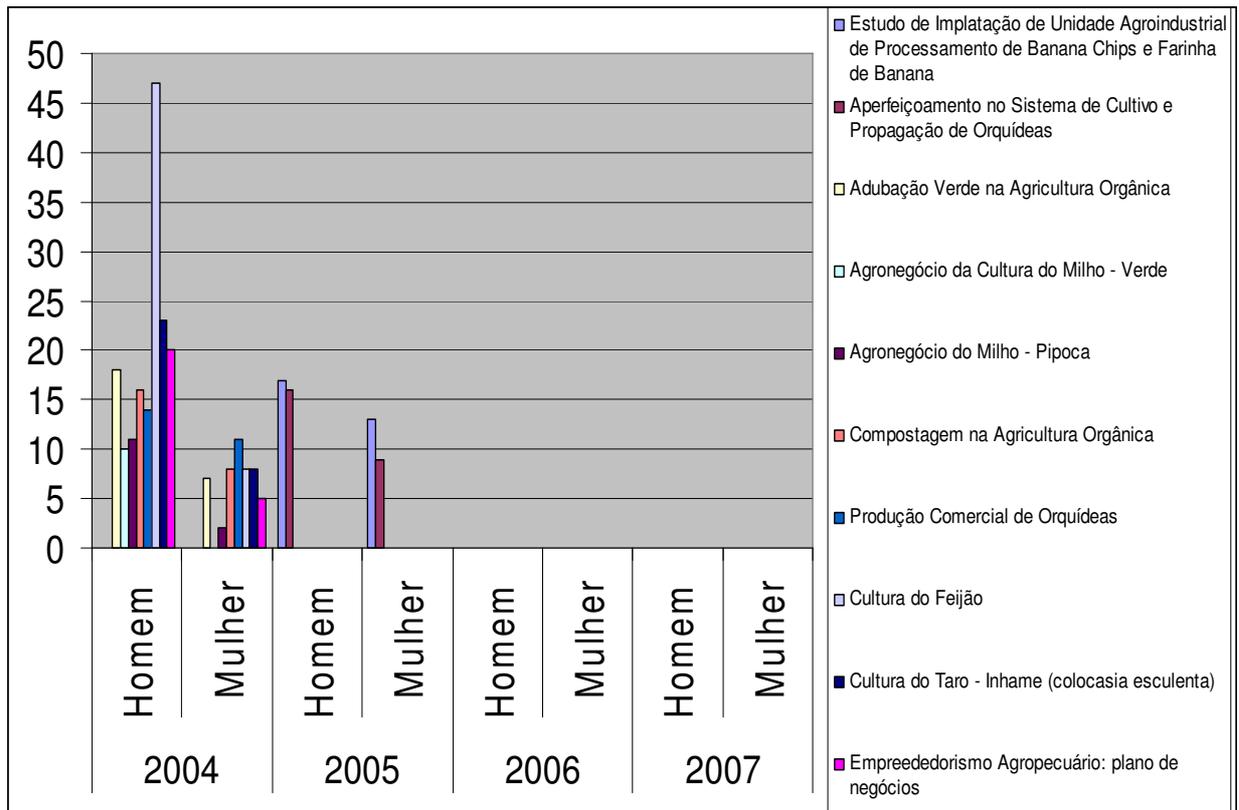
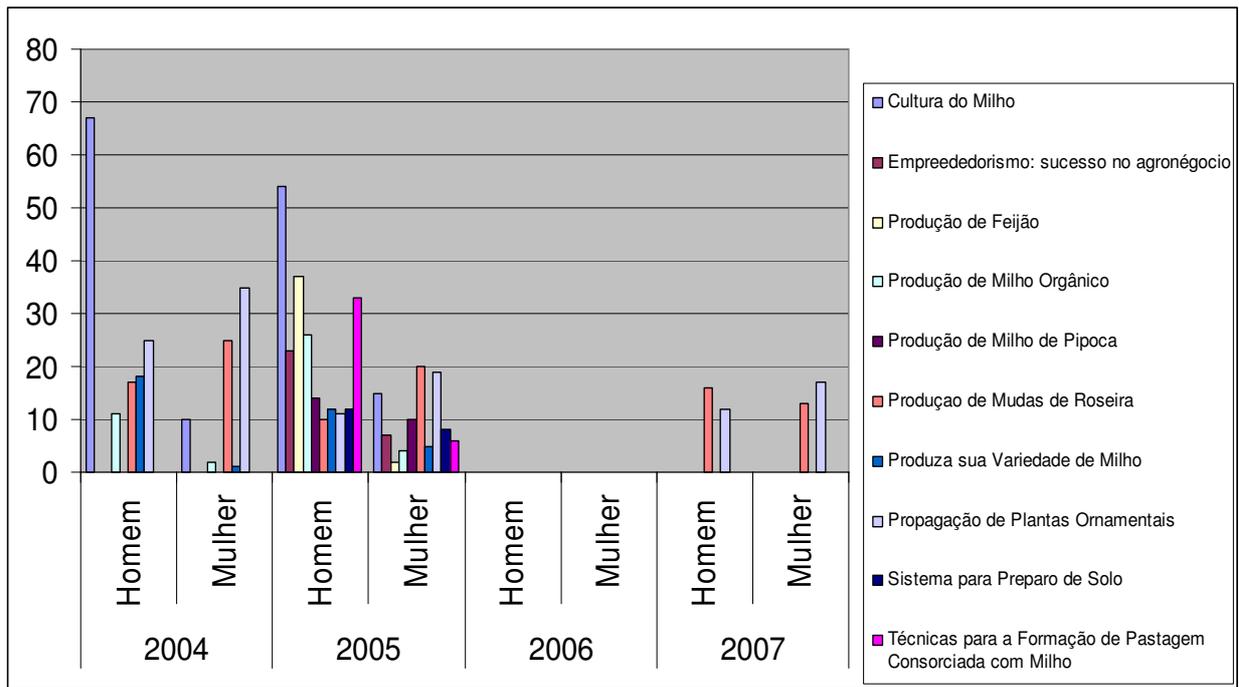


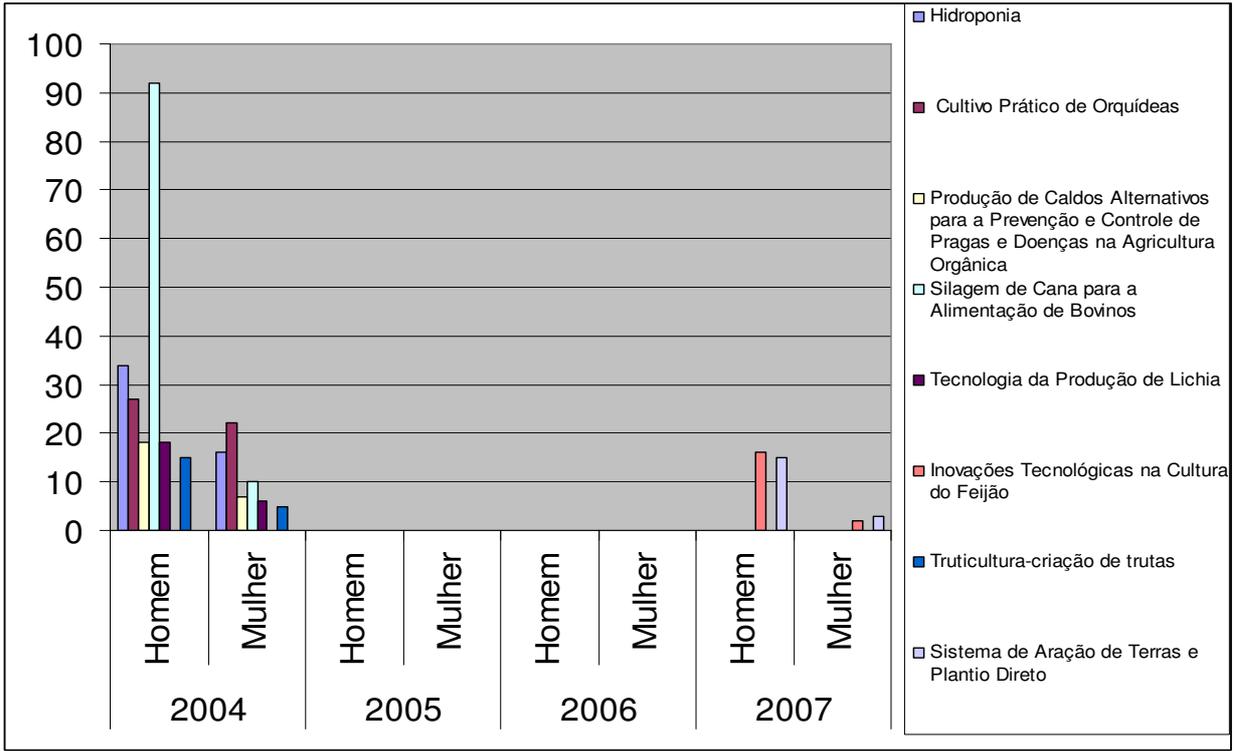
### 7.1.43 Pelo Departamento de Fitopatologia



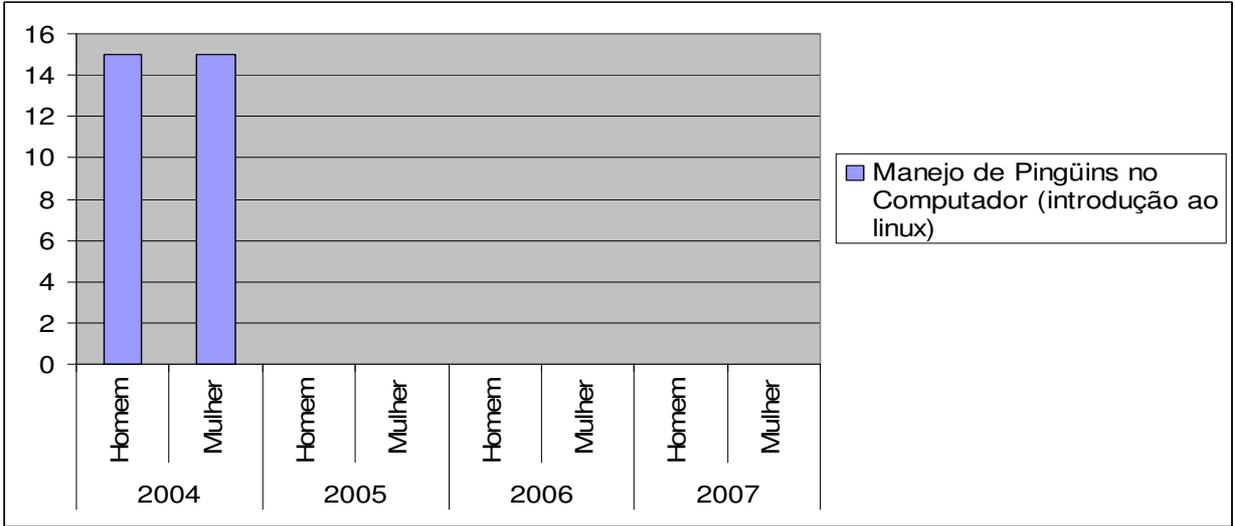
### 7.1.44 Pelo Departamento de Fitotecnia



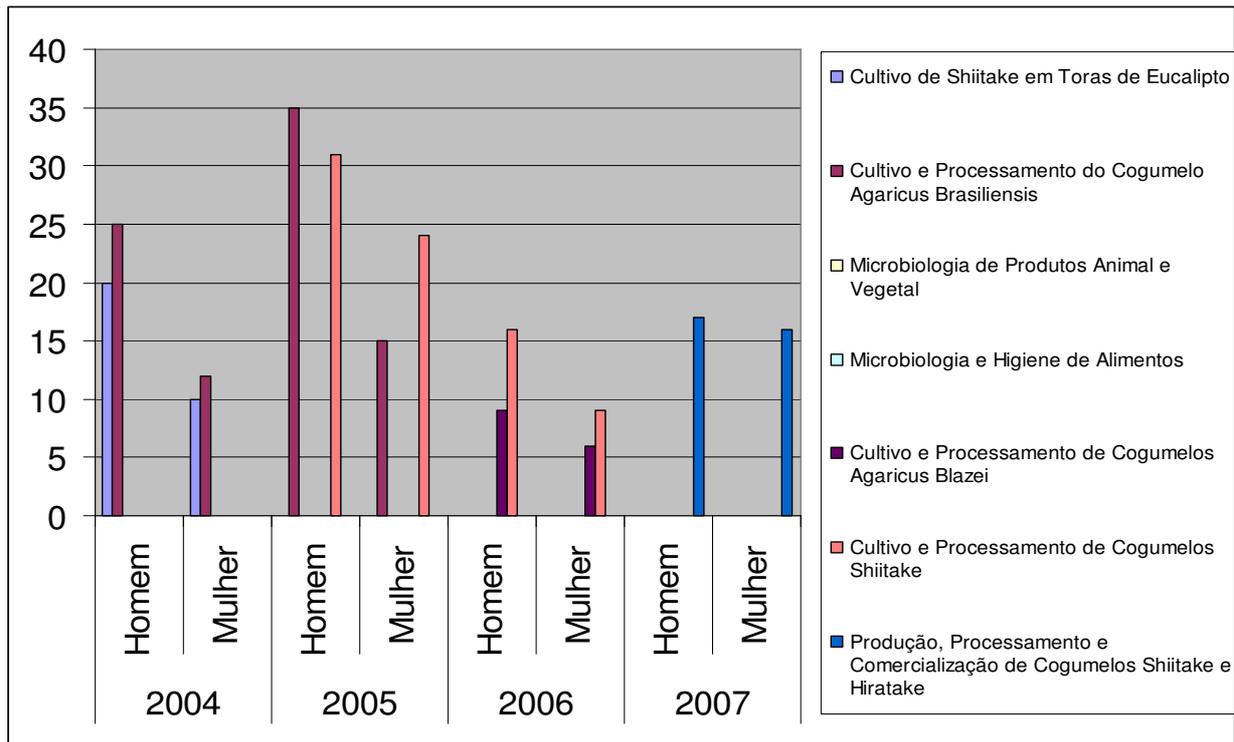




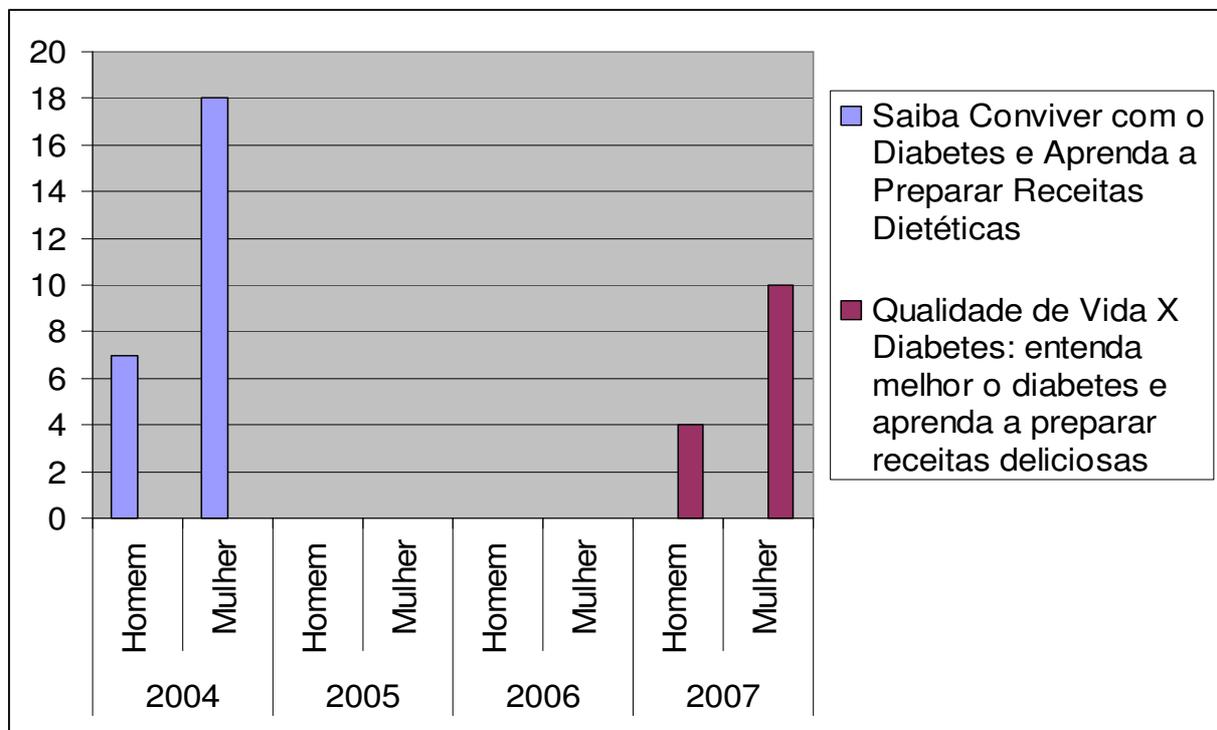
**7.1.45 pelo departamento de Informática**



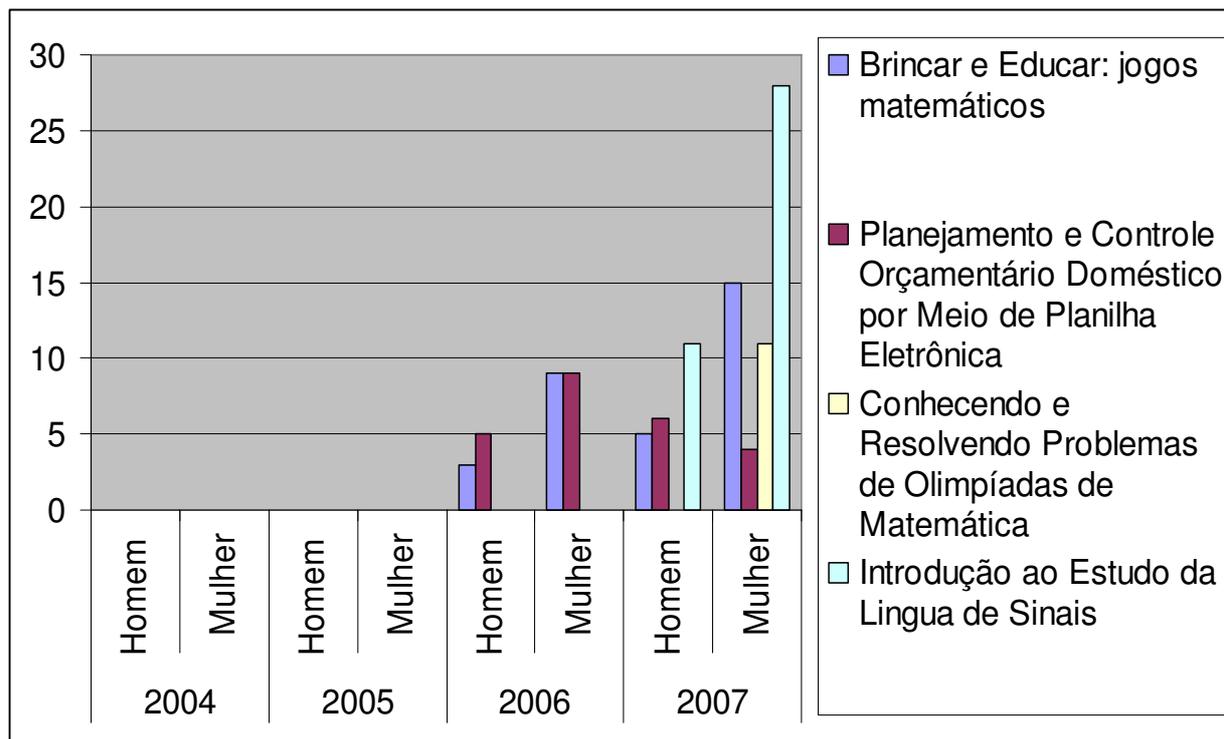
### 7.1.46 Pelo Departamento de Microbiologia



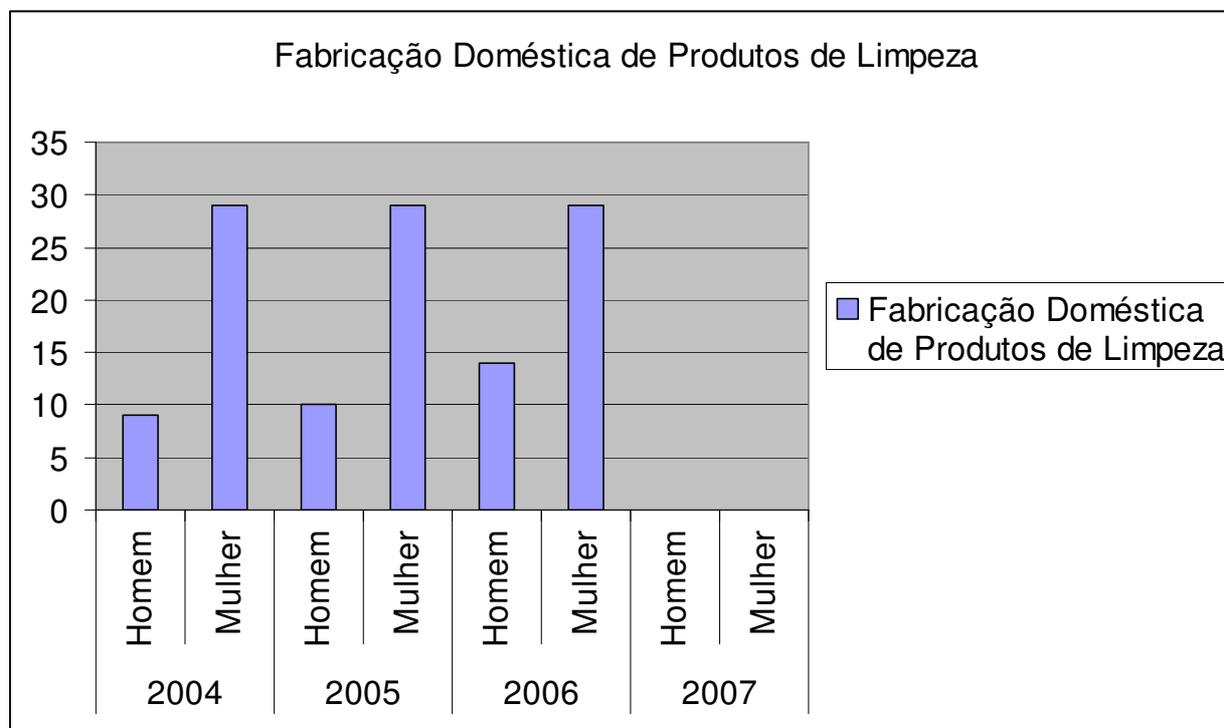
### 7.1.46 Pelo Departamento de Nutrição e Saúde



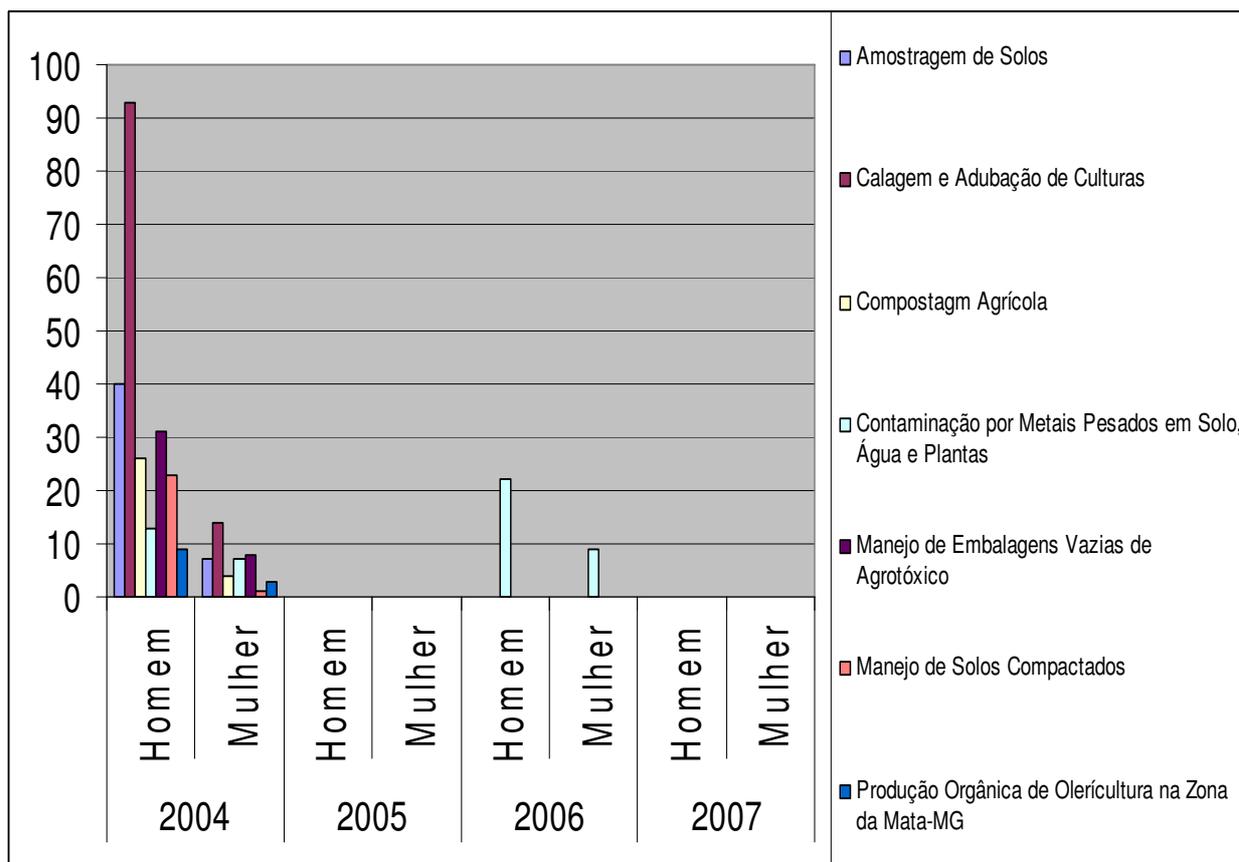
### 7.1.47 Pelo Departamento de Matemática



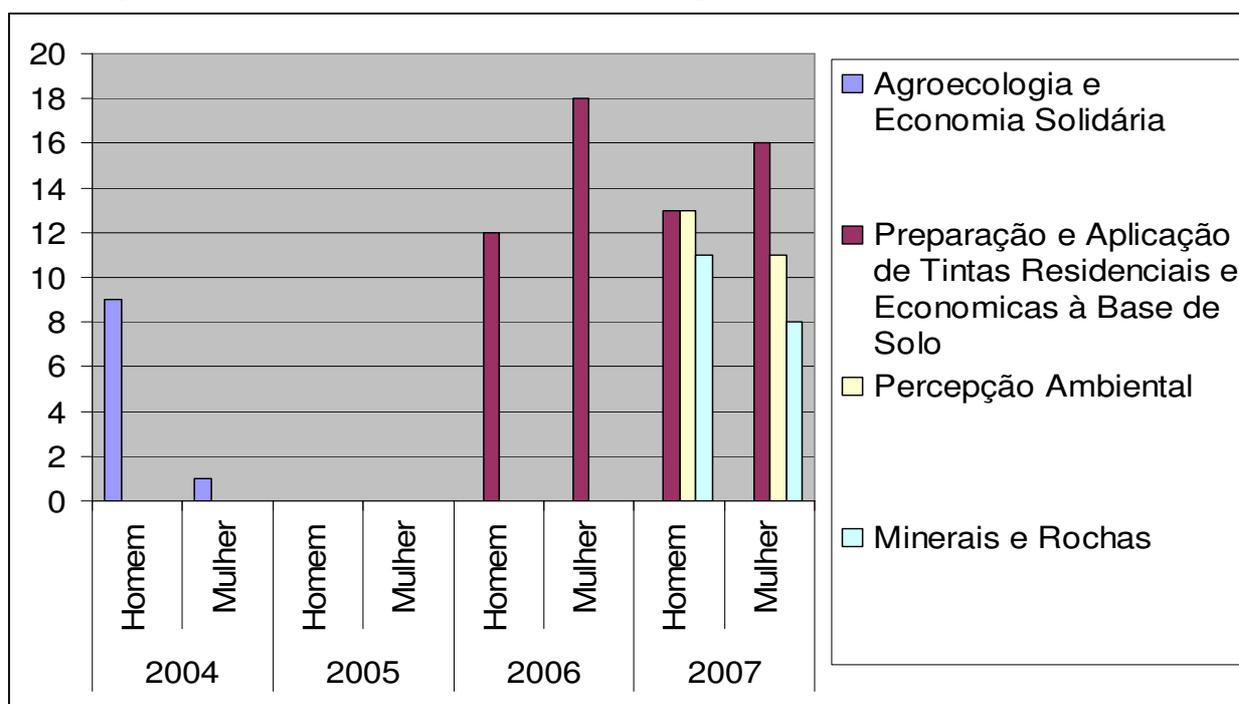
### 7.1.48 Pelo Departamento de Química



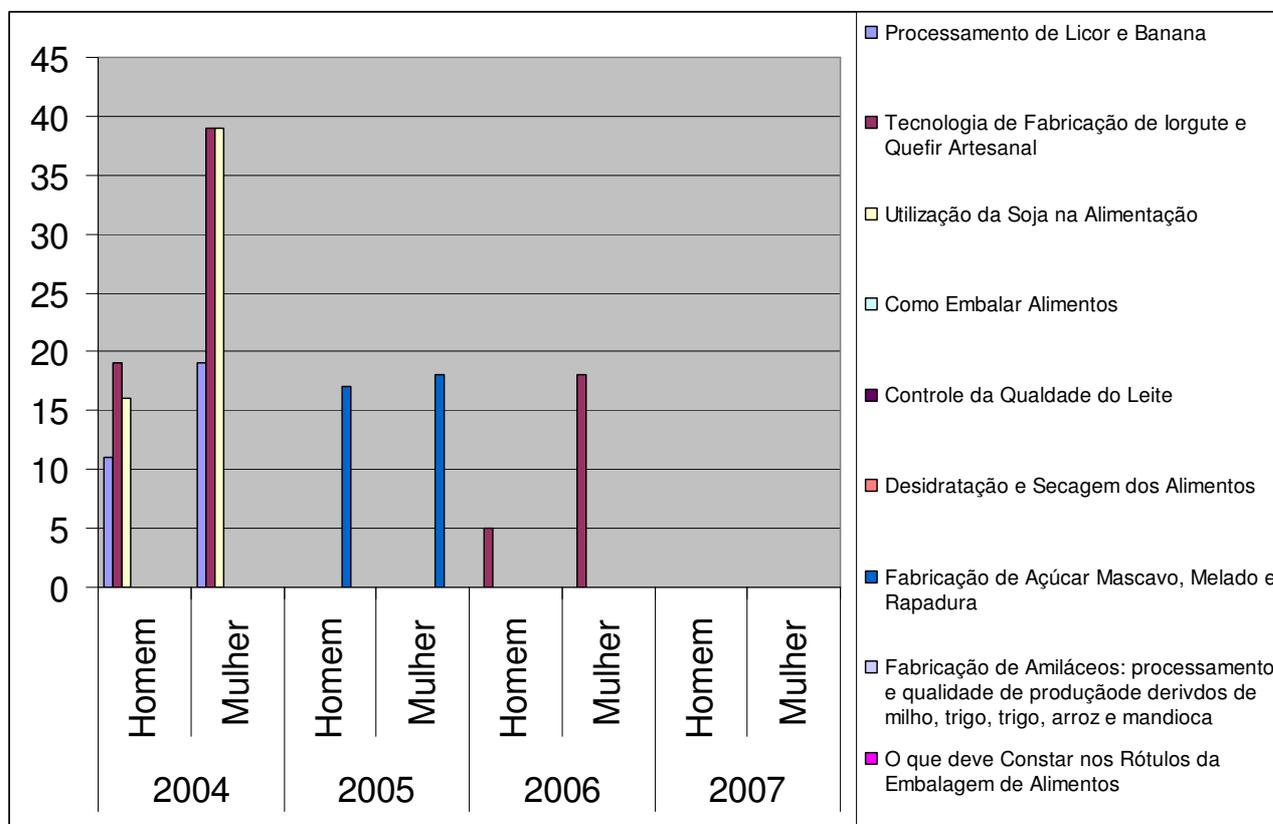
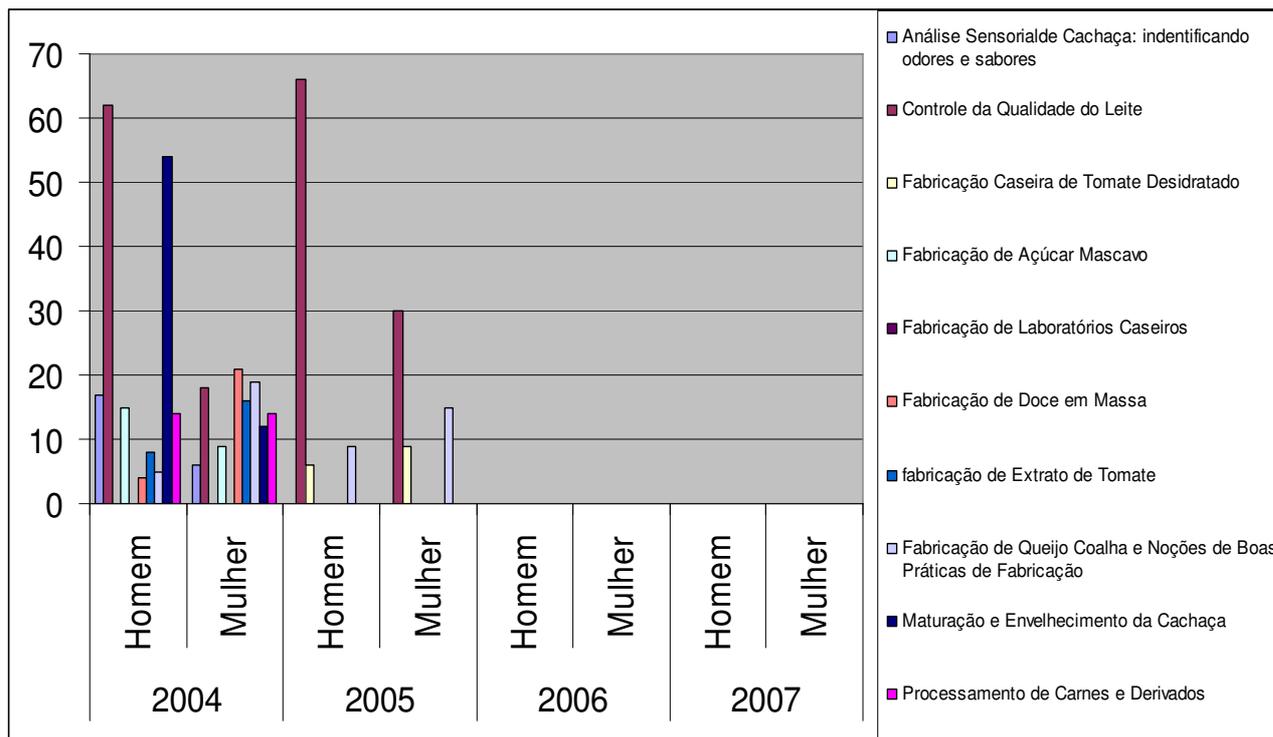
### 7.1.49 Pelo Departamento de Solos

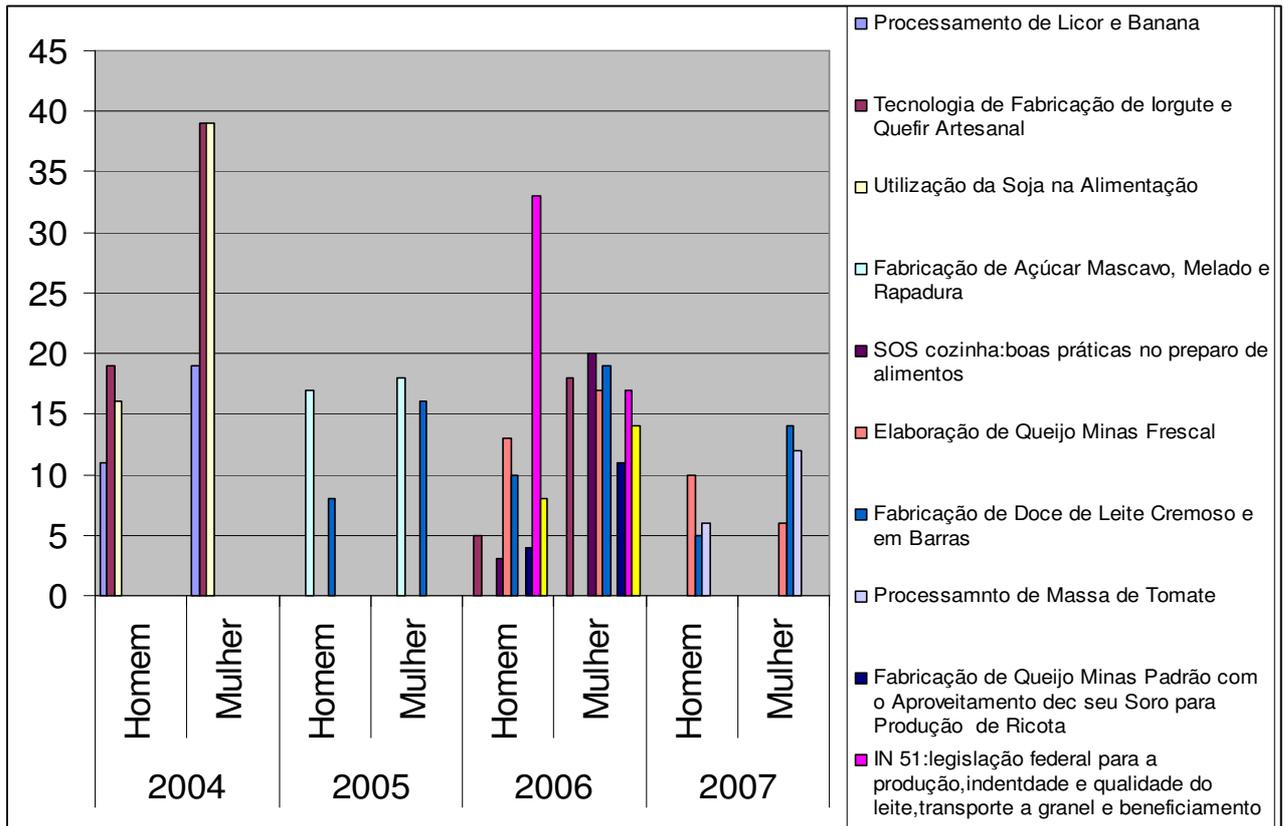


### 7.1.50 Departamento de Solos/CTA (Centro de Tecnologia Alternativa)

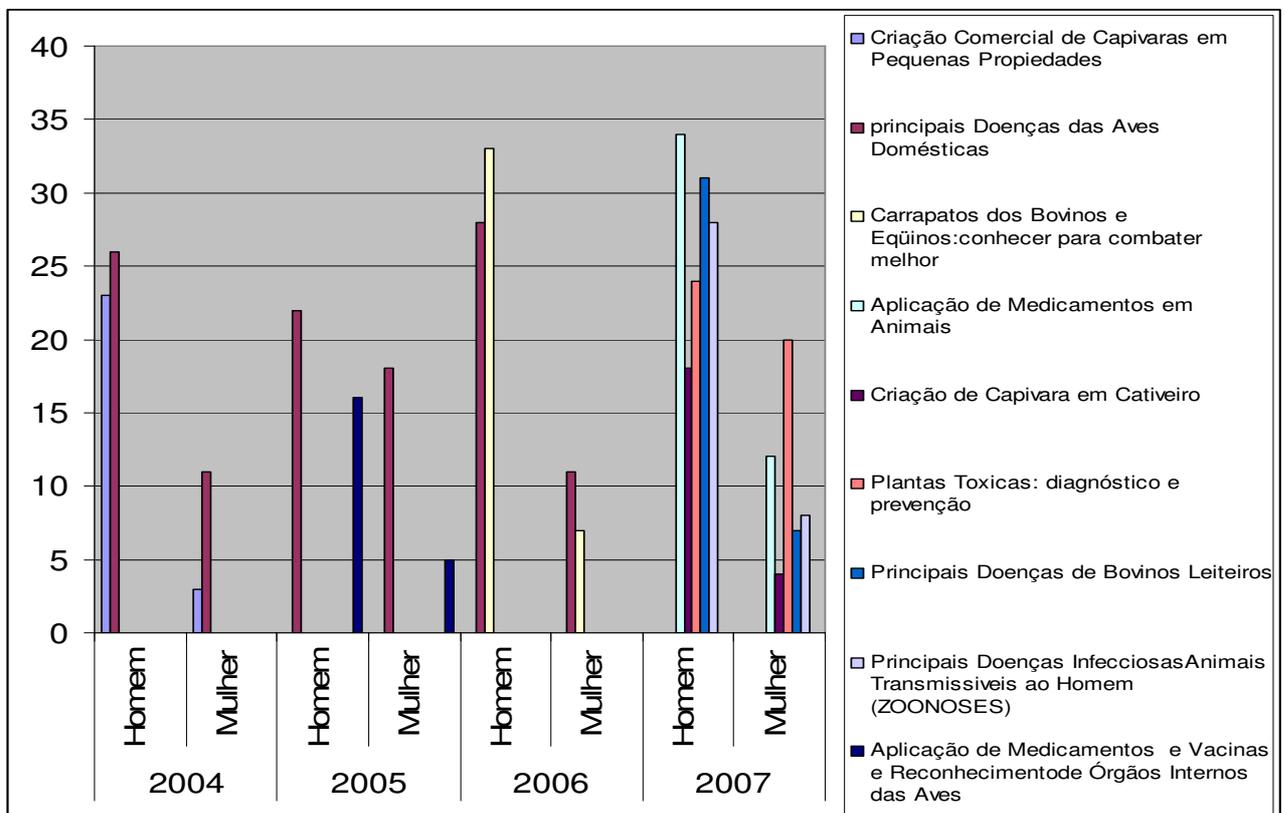


### 7.1.51 Pelo Departamento de Tecnologia de Alimentos





### 7.1.52 Pelo Departamento de Veterinária



### 7.1.53 Pelo Departamento de Zootecnia

